n. 18 2019

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital

Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial	**03**
O Papel do Facilitador de Conhecimento; Como Desenvolver Competências para a Prática da Docência Giordano, Ana Carina Batista de Andrade. Págs. 4 – 13	**04**
Riscos Ocupacionais do Profissional de Enfermagem: Um Estudo Sobre suas Características e Principais Normas. Silva, Carla Rosane Pereira da. Págs. 14 – 24	**14**
A Interface da Psicopedagogia Frente a Iclusão na Educação Infantil. Passarinho, Dulcilene de Carvalho. Págs. 25 – 46	**25**
As Vantagens na Adoção do Sistema de Inventário Rotativo, para o Aumento da Acuracidade, em Almoxarifados e Depósitos de Produtos Acabados. Pereira, Fábio de Oliveira. Págs. 47 – 60	**47**
Desburocratização e Simplificação: A Contribuição da Lei 13.726, no Processo de Inovação da Administração Pública. Pascoal, Josiane Cristina de Almeida. Págs. 61 – 70	**61**
Breves Considerações Acerca do Desenvolvimento de Atividade Econômica Face ao Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado. Alves, Luciana Calixto. Págs. 71 – 79	**71**
Gestão Participativa nos ambientes Escolares e o Resgate das Famílias no Cotidiano da Escola. Batista, Moésia da Cunha. Págs. 80 – 89.	**80**
Literatura e Filosofia: O Uso da Linguagem Literária no Desenvolvimento do Pensar Filosófico. Matos, Otainan da Silva. Págs. 90 – 100	**90**
Justiça Restaurativa uma Alternativa para a Medida Socioeducativa de Internação.. Bezerra, Tatiane Regina Galindo. Págs. 101 – 110.	**101**
Utilização das Ferramentas Tecnológicas e Métodos de Ensino nas Aulas de Ciências no Ensino Fundamental. Souza, Walter Andrade de Págs. 111 – 123	**111**
O Ensino de Ciências na Educação e no Ciclo I. Raineri, Iara Alessandra Donati; Sutili, Felipe Korbus. Págs. 124 – 133.	**124**

Editorial

A IMPORTÂNCIA DE SE TER UMA REDAÇÃO PRÓPRIA COMO DIFERENCIAL PARA VESTIBULARES, CONCURSOS E MERCADO DE TRABALHO.

A capacidade de escrever um bom texto sempre foi algo almejado e também evidenciado na educação como um dos principais itens a ser trabalhado, aprimorado e considerado como diferencial tanto no mundo acadêmico quanto fora dele.

Uma boa redação própria, motivo de orgulho para aqueles que conseguem durante sua vida acadêmica vencer o desafio de escrever com qualidade e competência sem que o texto produzido seja considerado plágio, deveria ser um dos objetivos principais da educação de um país. Escrever bem não significa usar palavras difíceis, vocabulário de entendimento restrito a um pequeno número de leitores, ao contrário, escrever com qualidade é sinônimo de clareza, objetividade, e, principalmente respeito ao público alvo.

Quando nos deparamos com o desafio de produzir um texto, é essencial que estejamos bem atentos ao tipo de texto a ser redigido, ou seja, ao gênero textual que está sendo solicitado, a quem irá ler o nosso texto, aos objetivos a serem alcançados, enfim, para quais finalidades e situações o texto será utilizado.

São diversos os gêneros textuais a serem observados, desde o texto livre escrito para um amigo no watszap até a redação nota mil do ENEM ou para ingressar em uma faculdade a fim de realizar o sonho de se fazer um curso superior. Escrever é sim, muitas vezes uma arte, o autor pode ter o dom das palavras, mas na maioria das vezes é fruto de esforço, boas leituras e principalmente do ato de se praticar a escrita. Quanto mais se lê e se pratica a escrita, melhores serão os textos produzidos. Na maioria dos vestibulares, concursos, processos seletivos que exigem a escrita de uma redação, o gênero textual escolhido é o dissertativo argumentativo, texto que exige pesquisa sobre o assunto, muita leitura e respeito às regras de escrita para essa modalidade textual.

O texto dissertativo não permite ao leitor dar a sua opinião pois pode de forma alguma ser escrito em primeira pessoa e deve conter argumentos reais contidos em pesquisas, jornais, telejornais, revistas científicas, dentre outras fontes seguras e idôneas. Portanto, um ótimo exercício para quem deseja aprimorar sua escrita, é começar a ler principalmente jornais e artigos científicos frutos de boas pesquisas. Mãos à obra!

Marcos Alexandre de Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza

Artigo: O Papel do Facilitador de Conhecimento; Como Desenvolver Competências para a Prática da Docência.
Giordano, Ana Carina Batista de Andrade. Págs. 4 – 13

O PAPEL DO FACILITADOR DE CONHECIMENTO; COMO DESENVOLVER COMPETÊNCIAS PARA PRÁTICA DA DOCÊNCIA.

Giordano, Ana Carina Batista de Andrade

Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.
(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

Considerando a necessidade de desvendar a concepção de competência aplicada ao trabalho dos professores, o presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a necessidade do desenvolvimento de habilidades específicas, ou seja, adquirir *Now How* (saber o que fazer, saber como fazer e querer fazer) por parte de professores e aprendizes, para ensino aprendizagem de línguas. Emprestando o conceito de habilidades do referencial teórico do ensino de línguas e aplicando este conceito à temática do letramento digital e sugestão de ferramentas pedagógicas. Para tanto, retoma-se estudos realizados, sempre pautando essas concepções em obras bastante conhecidas, buscando relacionar esses conceitos com base em pesquisas bibliográficas qualitativas, afirma-se a necessidade dos professores terem uma formação continuada e para além disso, que seu trabalho seja percebido como uma ação em relação a outros indivíduos, na perspectiva da produção do conhecimento.

PALAVRA-CHAVE: Habilidades. Competências. Formação Continuada. Ferramentas Pedagógicas. Tecnologia.

INTRODUÇÃO

A docência reflexiva nos leva a buscar constantes alternativas de aprimoramento pedagógicos seja, através de recursos ou atividades com as quais melhorem as suas práticas com o intuito de estimular as potencialidades de seus discente e aperfeiçoamento dos docentes.
Partindo desse pré suposto o presente artigo busca utilizar estudos que tratam do processo de ensino-aprendizagem mais precisamente do oficio de ser um educado/ facilitador e como exercer o magistério de forma contemporânea.
Perrenoud nos propõe uma lista criteriosa de competências a serem desenvolvidas e trabalhadas, para que assim possamos alcançar resultados diferentes dos quais estamos habituados a encontrar no contexto escolar. O autor argumenta que a discussão genebrina foi conclusiva para ele definir 10 grandes objetivos:

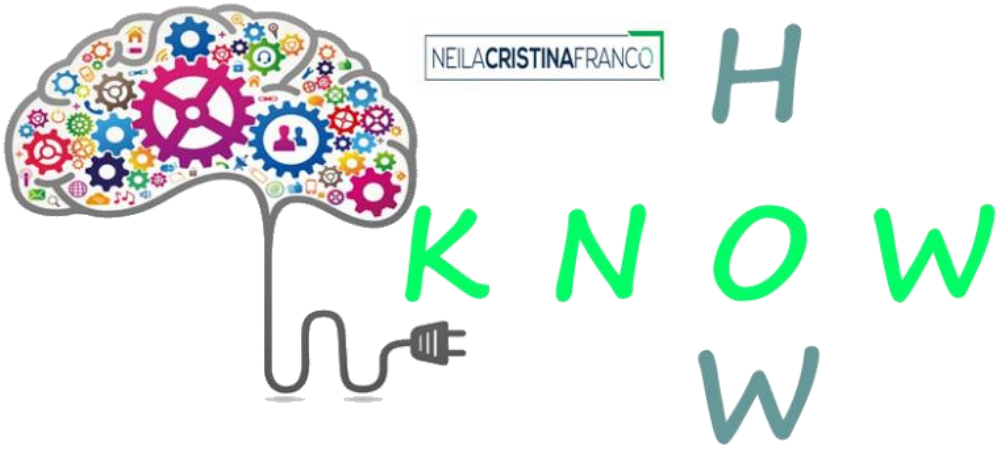
- Organizar e dirigir situações de aprendizagem;
- Administrar a progressão das aprendizagens
- Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação;
- Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho;
- Trabalhar em equipe;
- Participar da administração da escola;
- Informar e envolver os pais;
- Utilizar novas tecnologias;
- Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão;
- Administrar sua própria formação contínua.

De acordo com (PERRENOUD, 2000, p. 14). Envolver o aluno na gestão de saberes, o que evidenciará se o professor adquiriu competências, tais com; saber o que fazer, saber como fazer e querer fazer.

Para buscar respostas plausíveis aos desafios que essa nova educação propõe, o educador deve organizar-se buscando aprendizagens essenciais que, ao longo de toda sua vida, serão de algum modo sua bússola norteadora.

DESENVOLVER COMPETÊNCIAS (KNOW HOW) O QUE É NECESSÁRIO?

Inicia-se está reflexão falando acerca da relação necessária entre processos de ensino e aprendizagens, metodologias de ensino e avaliação, passando por uma problematização de ideias advinda das inquietações e percepções do cotidiano acadêmico, materializadas em ditos que regulam e direcionam o trabalho docente e movimentam e produzem efeitos na vida escolar como um todo. Na seção *know how* levanta-se algumas questões que envolvem a prática de sala de aula, tentando sinalizar possibilidades de trabalho que efetivamente contribuam para a realização de um trabalho centrado no desenvolvimento de competências e habilidades acadêmicas e profissionais.



Artigo: O Papel do Facilitador de Conhecimento; Como Desenvolver Competências para a Prática da Docência.

Giordano, Ana Carina Batista de Andrade. Págs. 4 – 13

Fig. 1 Conhecimento

COMO SE MOTIVA?

Entender que seus alunos são seres pensantes e precisam compreender e praticar as orientações a eles oferecida com segurança e autonomia, despertar a curiosidade ou faze-los refletir e mudar suas atitudes são excelentes motivos para buscar fazer mais e melhor pela educação.

COMO SE COMUNICA?

É importante que o professor consiga justificar cada uma de suas opções, mostrando existir uma intencionalidade de ensino, de condução do conteúdo abordado.

COMO TOMAR DECISÕES?

Expor essas justificativas aos alunos contribui para que compreendam a intenção do planejamento, incentivando sua adesão e comprometimento com a proposta apresentada.

COMO SE PLANEJA E ORGANIZA?

O planejamento engloba, entre outros elementos, as estratégias de ensino e o processo de avaliação. Esses dois tópicos do planejamento estão intrinsicamente relacionados. Uma estratégia de ensino pode, por vezes, constituir-se também em instrumento de avaliação. Ao planejar o trabalho bimestral, semestral ou anual, o professor deve estudar atentamente a caracterização de sua atividade acadêmica, verificando quais as competências específicas a serem desenvolvidas. Também deve conhecer o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso/escola no qual atua, bem como, o perfil desejado do egresso do curso ou a proposta pedagógica da escola na qual irá ensinar.

COMO GERENCIAR A SALA DE AULA?

A gestão da sala de aula, como uma extensão da gestão escolar, implica um espaço onde, com a orientação do professor, possam ser produzidos, manifestados e experimentados comportamentos democráticos. Ou seja, nesse espaço, os educandos serão levados a agir de forma coletiva e comprometida com os interesses coletivos. De acordo com Paro (2007, p. 104), quando afirma: "se estamos preocupados em formar cidadãos participativos, por meio da escola, precisamos dispor as relações e as atividades que aí se dão de modo a 'marcar' os sujeitos que por elas passam com os sinais da convivência democrática".

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES: O QUE SÃO?

Os termos competências e habilidades são daqueles temas que a ciências da educação adora aborda ao ponto de entrarem com muito vigor nos documentos oficiais do governo que ditam os rumos sobre a educação brasileira. Perrenoud (2000) define competência como a capacidade de agir eficazmente em determinado tipo de situação, apoiando-se em conhecimentos, mas sem se limitar a eles. Já habilidade refere-se, especificamente, ao plano objetivo e prático do saber fazer e decorre, diretamente, das competências já adquiridas e

que se transformam em habilidades, segundo Macedo (2009). Diz ainda Macedo (2009) que a competência é uma habilidade de ordem geral, enquanto a habilidade é uma competência de ordem particular, específica. É a qualidade relacional de coordenar a multiplicidade (concorrência) à unicidade (competição). Para isso, supõe habilidade de tratar simultaneamente diferentes fatores e em níveis diferentes. O que não quer dizer que competência seja apenas uma reunião de habilidades. ” Sendo assim, desenvolver as competências e habilidades de ler e escrever nos educandos é desenvolver lhes capacidades.

DESENVOLVER HABILIDADES ESTRATÉGICAS DE ENSINO DE LÍNGUAS

Através de observações empíricas, percebe-se que o desinteresse dos discentes é causa relevante para acentuar as dificuldades de aprendizagem o que nos leva a refletir as suas causas. Podendo ser provocado, entre outros fatores, pela falta de estímulos relevantes e baixa autoestima diante do que é oferecido em sala de aula e pela pedagogia tradicional de ensino conteúdista irrelevante e descontextualizado, sem uma relação com o mundo social real do aluno. Essa realidade reflete o despreparo técnico, didático e pedagógico dos professores de LP. Por isso, há a necessidade da utilização de diferentes formas de linguagem e metodologias de ensino mais eficazes para o desenvolvimento das práticas de linguagem pelas quais se dá o aprendizado significativo da referida língua em consonância com os estudos e pesquisas da ciência da linguagem.

Para se construir conhecimentos, deve-se exercitar os pensamentos, a atenção e a memória, selecionando as informações que efetivamente possam ser contextualizadas com a realidade que se vive e capazes de serem expressas através de linguagens diferentes, visto que, através delas que se dá o processo de comunicação de acordo com (FRANÇA, 2006, p. 64) possibilitar aos discentes o contato com as várias linguagens, entre as quais as das Artes – o lúdico a tecnologia e a música entra como meio intermediador e facilitador no processo de ensino-aprendizagem da LP e LI, em conjunto com uma proposta de trabalho com gêneros textuais, uma forma de desenvolver competências e habilidades para as capacidades de linguagem.

DESVENDANDO A NECESSIDADE DE UMA FORMAÇÃO CONTINUADA: TÉCNICA, DIDÁTICA E PEDAGÓGICA.

O Ensino Superior na área das licenciaturas vem passando por um processo de discussão e renovação com reformulação de grades curriculares a inserção da nova BNCC (Base Nacional Curricular). Isso demonstra uma preocupação em estar atualizado com as novas tendências e os novos paradigmas. Com o curso de licenciatura em

Letras não é diferente. Demonstra-nos que todas essas reformulações são no sentido de fugir a uma formação tradicional no campo das Letras que ao longo do tempo se mostrou ineficiente, incapaz de atender ao ensino de língua que de fato leve o aluno a dominar a escrita e a leitura com proficiência. Assim, partimos da seguinte questão: o docente de língua portuguesa e Inglesa está preparado técnica, didática e pedagogicamente para ensinar a língua materna e/ou uma língua estrangeira dentro dos novos paradigmas da Didática, da Pedagogia e da Linguística? A nossa hipótese é que falta um preparo *técnico-didático-pedagógico*, em nível de graduação, por isso repetem "mais do mesmo" da tradição de um ensino ainda baseado na pedagogia normativo-gramatical. Uma parte dos docentes de Línguas seja materna ou estrangeira cada uma com suas especificidades que as distingue, carece, pois, de se atualizar com essas discussões e formar mentes mais abertas e reflexivas sem o dogmatismo desse ensino tradicional dominando o cenário no ensino de língua materna e estrangeiro. Ao discutirmos a formação *técnico-didático-pedagógica* do professor de língua, partindo do pressuposto de que ele é carente de uma formação mais sólida e consistente, procuramos chamar a atenção quanto à necessidade de uso de métodos e técnicas em conformidade com o momento histórico-ideológico e com as novas tecnologias educacionais assim como com os avanços das ciências da linguagem. Que a formação o possibilite dominar as novas tecnologias em favor do processo ensino aprendizagem e que o possibilite inovar e estar atualizado com as novas tendências e os novos paradigmas sobre a linguagem e para que isso faça parte de sua prática docente.

Ao organizar a prática pedagógica a partir da noção de competências, tal como vem sendo abordada, as exigências de ensino e de aprendizagem intensificam-se. O conhecimento, especificamente, torna-se mais abrangente, sendo exigida não somente compreensão, mas a capacidade de mobilização desse conhecimento. Pensar a necessidade de mobilizar conhecimento é impossível sem articulá-lo com as habilidades (saber fazer) e com as atitudes (saber ser).

Buscar conhecimento norteadores que permitam ao docente elaborar seus métodos avaliativos com segurança e probabilidade de avaliar seu discente de forma global e atualizada, uma sugestão seria o uso dos descritores específicos de cada matéria. Os descritores indicam habilidades gerais que esperam dos alunos e constituem a referência para seleção dos itens que devem compor uma prova de avaliação.

Poderão ser desenvolvidas atividades que busquem explorar o potencial linguístico-artístico-criador dos alunos por meio de exploração das várias linguagens pertinentes a essas áreas de conhecimento, além de outros, claro:

Produção de textual oral ou escrito: notícia, artigo de opinião, editorial, entrevista (verbal e escrita), comics (tirinhas), crônica jornalística e literária, poemas e afins.
Leitura e interpretação de texto; acentuação gráfica; ortografia; estrutura e processos de formação de palavras.
Em Artes podem ser trabalhadas linguagens artísticas, tais como: coreografia, textos literários, painel, música, coral, teatro, paródia, história da arte.
Todos os tópicos acima aplicados a sala de aula estarão conectados as diretrizes educacionais elencadas pelos descritores em sua matriz referência.
As habilidades e competências definidas em unidades chamadas descritores, agrupadas em tópicos para a 8ª série do ensino fundamental, a Matriz de Referência completa, em Língua Portuguesa é composta pelo conjunto dos seguintes descritores:
Descritores do Tópico I. Procedimentos de Leitura D1 – Localizar informações explícitas em um texto. D3 – Inferir o sentido de uma palavra ou expressão. D4 – Inferir uma informação implícita em um texto. D6 – Identificar o tema de um texto. D11 – Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.
Descritores do Tópico II. Implicações do Suporte, do Gênero e /ou do Enunciador na Compreensão do Texto D5 – Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto, etc.). D12 – Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.
Descritores do Tópico III. Relação entre Textos D20 – Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido. D21 – Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema.
Quanto a Língua Inglesa podemos observar nas propostas de Intervenção Pedagógica de Língua Inglesa a partir da Matriz de Referência de Língua Portuguesa. Eixo Temático I- Língua Inglesa – Compreensão de escrita (leitura) Tópico I – Procedimentos de Leitura. II – Implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto. Na tabela abaixo podemos verificar diretrizes importantes para a elaboração de avaliações que mesa as habilidades esperadas que os educandos adquiram no seu cotidiano escolar principalmente relacionadas a leitura e compreensão do gênero textual proposto.

Artigo: O Papel do Facilitador de Conhecimento; Como Desenvolver Competências para a Prática da Docência.
Giordano, Ana Carina Batista de Andrade. Págs. 4 – 13

Fig. 2 descritores ensino fundamental anos finais – Língua Inglesa

TÓPICO 1 – Estratégias de leitura	
D01	Compreender as diferentes condições de produção/recepção de discursos.
D02	Localizar informações explícitas a partir da leitura dos diversos gêneros textuais (scanning).
D03	Inferir informações implícitas em textos.
D04	Identificar o tema geral do texto e suas condições de produção: suporte, autor, data e local de publicação (skimming).
D05	Inferir o significado de palavras desconhecidas a partir da temática textual, do conhecimento de regras gramaticais e aspectos lexicais.
D06	Deduzir o sentido dos vários gêneros textuais, no processo de interação leitor-texto a partir dos conhecimentos de mundo, textual e léxico-sistêmico.
D07	Estabelecer relações entre gêneros e os recursos linguísticos e não linguísticos utilizados pelo autor.
D08	Identificar o gênero de um texto.
D09	Identificar a função de textos de diferentes gêneros.
TÓPICO 2 – Processamento do texto – Recepção e compreensão de textos em LEM	
D10	Comparar textos, por meio do reconhecimento de diferentes formas de tratar uma informação e de posições distintas relativas ao mesmo fato ou tema.
D11	Fazer uso de coerência e coesão no processamento de informações textuais.
D12	Identificar características lexicais e sintáticas de alguns dos tipos textuais (argumentações, exposições, injunções, descrições, narrações).
D13	Estabelecer relações referenciais entre termos, expressões e ideias, de modo a construir os elos coesivos (lexicais e gramaticais) nos vários gêneros textuais.
D14	Reconhecer o efeito de sentido de itens lexicais.

NOVOS FORMATOS DE ENSINAR E APRENDER.

Atividades on-line; o computador trouxe novas e profundas mudanças sociais e culturais, as redes sociais, aplicativos, buscadores, blogs e outros, estão criando novas formas de relações humanas. Nesse sentido, a tecnologia ajuda, completa e amplia horizontes antes limitados, nos provoca fascínio e nos assusta ao mesmo tempo.

Segundo Belloni (2002), o uso de uma tecnologia, em situação de ensino e aprendizagem, deve estar acompanhado de uma reflexão sobre a mesma no sentido do conhecimento embutido no componente e em seu contexto de produção e utilização, o que reforça a necessidade de assegurar sua dupla dimensão como ferramenta e objeto de estudo e reflexão.

Atualmente, a tecnologia educacional está em pleno uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Comunicação e educação estão cada vez mais interdependentes, o que constitui para o educador um grande desafio na dimensão pedagógica de sua atividade.

Artigo: O Papel do Facilitador de Conhecimento; Como Desenvolver Competências para a Prática da Docência.

Giordano, Ana Carina Batista de Andrade. Págs. 4 – 13

A realidade do mundo atual solicita da sociedade educacional um novo perfil de profissional e cidadão que coloca para as instituições educacionais novos desafios. Cotidianamente, encontram-se situações que demandam o uso de novas tecnologias que provocam e transformam a nossa maneira de pensar e de nos relacionar com o mundo ao redor.

Garantido o acesso às informações, organizam-se redes de interação apoiadas nas tecnologias disponíveis, o que acaba por alterar forma e conteúdo do trabalho, provocando a renovação dos locais de trabalho e estudo (MELLO, 2003 apud PORTO, 2003). Levar os educandos a refletir que não se trata apenas de ter acesso a informações, mas sim de saber buscá-las em diferentes fontes e sobretudo, transformar as informações em conhecimentos para resolver problemas da vida e do trabalho que venham conseguir no futuro.

Outro bom motivo é auxiliar na melhoria do desempenho dos alunos: ampliando a sala de aula para fora do horário e do ambiente escolar, e melhorando, inclusive, a produtividade na lição de casa. O que corrobora com a colocação de (PERRENOUD, 2000, p. 16) onde este afirma que o desenvolvimento de competências implica exercício e treino: "A maioria dos conhecimentos acumulados na escola permanece inútil na vida cotidiana, não porque careça de pertinência, mas porque os alunos não treinaram para utilizá-los em situações concretas".

A educação precisa acompanhar as mudanças na sociedade, está por sua vez evoluiu e ensinar se tornou mais complexo, as tecnologias exigem de modo geral dos discentes as formas dinâmicas de ensinar, onde o grande desafio é tornar o aprendizado significativo propondo ao professor que ele crie, reflita e ouse na sua pratica diante da tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra "habilidades" parece ser especialmente propícia para pensar-se sobre o assunto aqui abordado porque estabelece naturalmente uma conexão entre a prática docente que conhecemos no contexto do ensino de línguas e as práticas docentes que precisaremos desenvolver como resposta às demandas das informações desencontradas disponível ao nosso público alvo os alunos. Se no ensino de línguas a palavra "habilidades" está ligada ao uso da língua-alvo, em suas diferentes modalidades, de maneiras específicas e em eventos de comunicação significativos, no contexto da interação demanda-se de professores e aprendizes que ponham a língua-alvo em uso em eventos de comunicação significativos, nos quais, entretanto, a mediação tecnológica impõe certas particularidades assim como abre novas possibilidades. Do mesmo modo, devemos supor que o desenvolvimento da competência

interativa de professores será facilitado pela utilização de estratégias cognitivas e metacognitivas específicas.
Evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes (habilidades) e a sua reconstrução no interior do evento comunicativo", e tendo em conta o efeito complexo da mediação tecnológica na construção de sentido no ambiente eletrônico, compreende-se que a leitura e a busca de fontes de informação na grande rede demanda muito mais do que o domínio de programas de navegação, tais como; buscadores, aplicativos, podcast, bloggers, etc. Uma atitude efetivamente integrada ao ambiente hipertextual dependerá do uso de estratégias cognitivas e metacognitivas o que exige que o educador esteja preparado e ambientado com tais ferramentas que o permita direcionar, organizar, monitorar e avaliar criticamente a construção de conhecimento na travessia não linear de diversas fontes informativas e em num ambiente multimodal e que nos remete sobre adquirir a competência de saber o que fazer, saber como fazer e querer fazer.

REFERÊNCIAS

ALTET, M; CHARLIER, É. (Org.) Formando professores profissionais. Quais estratégias? Quais competências? 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 83-100)

BELLONI, M. L. (org.). A formação na sociedade do espetáculo. São Paulo: Loyola, 2002.

BUZATO, M. E. K. (2001) Sobre a Necessidade de Letramento Eletrônico na Formação de Professores: O Caso Teresa. In: Cabral, L.G, Souza, P., Lopes, R.E.V. & Pagotto, E.G
(Org.) *Linguística e Ensino: Novas Tecnologias*. Blumenau: Nova Letra: 229-267.

CHARLIER, É. "Formar professores profissionais para uma formação contínua articulada à prática". In: PERRENOUD, P; PAQUAY, L;

FRANÇA, J. M. A didatização de um gênero do argumentar: a carta do leitor. In: **Interdisciplinar.** Ano 5, v. 12, jul-dez de 2010. p. 151-166

INEP<Http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/menu_do_professor/prova_lingua_portuguesa/matriz_lp_8a_serie_prof.pdf>. Acesso em 06/07/19

Koch, I. (2002) *Desvendando os Segredos do Texto*. São Paulo: Cortez.

MACEDO, Lino de. Competências e habilidades: elementos para uma reflexão pedagógica. In: **BRASIL**. ENEM: textos teóricos e metodológicos 2009. Brasília: junho de 2009. p. 49-70

MELO, D.; PEIXOTO, J. **Manual de mídia impressa**. Instituto Recriando. Aracaju, s/d (mimeo.)

PERRENOUD, P. "Construir competências é virar as costas aos saberes? " In: **Revista Pátio,** Porto Alegre: ARTMED, ano 03, nº 11, jan. 2000 (p. 15-19)

PERRENOUD, P. "Construir competências é virar as costas aos saberes? " In: **Revista Pátio,** Porto Alegre: ARTMED, ano 03, nº 11, jan. 2000 (p. 15-19)

PORTO, M. Nova realidade digital tem reflexos nas relações de trabalho. Projeto Ponto-Futuro. Disponível em: http://www.pontofuturo.org/home/modules.php. Acesso em: 07 Junho. 2019.

PORTO, M. **Nova realidade digital tem reflexos nas relações de trabalho**. Projeto Ponto-Futuro. Disponível em: http://www.pontofuturo.org./home/modules.php. Acesso em 06/07/19

RISCOS OCUPACIONAIS DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM: UM ESTUDO SOBRE SUAS CARACTERÍSTICAS E PRINCIPAIS NORMAS

Silva, Carla Rosane Pereira da [1]

RESUMO

O estudo dedicou-se a refletir sobre os riscos ocupacionais que acometem os profissionais de enfermagem, bem como a conhecer as normas regulamentadoras que caminham em prol do objetivo de reduzir ou evitar que tais riscos se efetivem. Ao compreender tais riscos, verificou-se que riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos acometem enfermeiros e a norma regulamentadora de NR 32 é a principal que rege os cuidados para tal profissão. A área de enfermagem é uma profissão que lida diretamente com riscos elevados, principalmente, os de contaminação. Devido a isso, entendeu-se que este estudo era relevante para todos os profissionais da área. O objetivo geral, portanto, foi compreender os riscos ocupacionais que incidem sobre os profissionais de enfermagem, bem como as normas que auxiliam para reduzir tais riscos. O método para tanto foi bibliográfico e a conclusão foi de que os riscos biológico, químico, físico e ergonômico podem ser evitados tomados os devidos cuidados necessários.

PALAVRAS-CHAVES: Riscos Ocupacionais da Área de Saúde. Normas Regulamentadoras. Norma Regulamentadora NR 32.

INTRODUÇÃO

As atividades profissionais desenvolvidas pela equipe de enfermagem possuem características peculiares, exposição a uma série de riscos e situações que podem afetar a saúde e a qualidade de vida desses trabalhadores. Para prevenir riscos, existem normas regulamentadoras que, por definição, são entendidas como um conjunto de requisitos e procedimentos relativos à segurança e saúde do trabalhador, de aplicação e adoção obrigatória por parte de empresas públicas e privadas, além de órgãos governamentais que possuam empregados regidos pela CLT – Consolidação das Leis de Trabalho.

O tema do trabalho, dessa forma, é discutir sobre os riscos ocupacionais das equipes de enfermagem, tendo como principal justificativa que a exposição sobre otema contribuirá para que profissionais de saúde possam abranger seus conhecimentos e, cada vez mais, promover medidas de proteção, não só as que, por obrigatoriedade, possam partir das organizações de saúde, mas também como forma de prevenção individual.

[1] Formada em Enfermagem e pós-graduanda em Enfermagem do Trabalho
Orientadora: Cheila Souza

O problema de pesquisa assim definido é: quais os principais riscos ocupacionais dos profissionais de saúde e quais as principais normas regulamentadoras?

Para cumprir com a resposta do questionamento, o objetivo geral do trabalho é compreender os riscos ocupacionais em que profissionais de saúde ficam mais expostos, bem como observar as normas mais relevantes. Em prol deste objetivo, os objetivos específicos são: estudar, de forma geral, questões referentes à saúde do trabalhador; refletir sobre os riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos que recaem sobre os profissionais de enfermagem; observar as principais normas regulamentadoras recorrentes da área de saúde, com foco na NR32.

O método de realização da pesquisa é o bibliográfico, onde artigos digitais serão analisados, sendo estes da base Scielo e/ou das principais revistas de saúde e enfermagem, seguindo palavras-chaves como: riscos ocupacionais da área de saúde, normas regulamentadoras e norma regulamentadora NR 32. Artigos que não contiverem tais palavras-chaves serão excluídos da pesquisa. A data de publicação recorte do estudo é de 2009-2019 e a pesquisa antecedeu dois meses da realização deste artigo.

O trabalho divide-se em quatro seções principais: introdução, o tópico primeiro que trata da saúde do trabalhador, o tópico segundo que trata dos riscos ocupacionais dos profissionais de enfermagem e o quarto sobre as considerações finais.

SAÚDE DO TRABALHADOR

De acordo com Lins, Vasconcellos e Palacios (2015), a norma maior da saúde do trabalhador é a Constituição Federal de 1988. Nada abaixo dela pode divergir de conhecimento em relação ao que está escrito nela. Abaixo dela, existem as leis e a lei disciplina a Constituição, detalhando-a. A lei 8080 de 1990 trata da vigilância ao trabalhador. Além das leis, há os decretos, geralmente, feitos pelo poder Executivo, pelo presidente da República, que amplia a lei. Além desses, as Portarias regulamentam os decretos. As Portarias vêm depois dos decretos, que são específicas de ministérios, que não podem divergir da lei, apenas detalhar no sentido de tornar o direito acessível ao cidadão.

Para tratar da saúde do trabalhador é preciso recorrer à história. Segundo Pereira et al., (2014), o trabalho escravo é um passo bem considerável no Brasil em relação à exploração do trabalho, em relação ao trabalho forçado, não remunerado, que ainda não acabou no País. O Ministério do Trabalho ainda executa punições a muitas empresas, embora o trabalho escravo tenha sido abolido em 1888.

Outro marco importante na saúde do trabalhador é a Revolução Industrial, com o aparecimento das máquinas que lesionavam os trabalhadores e diminuíam a produtividade, havendo uma preocupação com a saúde com foco na produtividade, não com foco prevencionista, mas sim assistencialista, no tratamento das doenças e não em prevenir acidentes.

O foco hoje é atuação e prevenção em todos os níveis de atenção (PEREIRA, et al., 2014).

Nesse período, afirmam Zavarizzi e Alencar (2018), surge a Medicina do Trabalho, onde as indústrias instituem médicos dentro do seu setor, estando limitada ao adoecimento. Não existiam ainda os direitos trabalhistas, que surgiram em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT sendo regulamentados na Constituição Federal de 1988. Após a Revolução Industrial, então, surge a especialidade medicina do trabalho. Inicialmente, quando foi implementada, como dito, tinha foco na produtividade, no médico que estava na empresa para garantir a produtividade da equipe.

Uma série de fatores dentro da saúde do trabalhador contribuem para o aparecimento das doenças ocupacionais, dentre elas as questões mentais e físicas. Os fatores relacionados com a doença do trabalho são: instituições de meta. Para o trabalhador cumprir determinada meta, gera um estresse muito grande; a repetitividade, onde incluem as doenças LER e DORT, doenças no aparelho músculoesquelético relacionadas à repetitividade; a pressão por produtividade, relacionado às metas; pouca flexibilidade, por parte gestão da empresa, principalmente na época da Revolução Industrial, condições precárias, sem uso de proteção individual e coletiva; salários baixos com relação ao trabalho; pressões das chefias. Todos estes são fatores que ocasionavam o aparecimento de doenças (LINS; VASCONCELLOS; PALACIOS, 2015).

Em 1919 houve a criação da Organização Internacional do Trabalho que dedicou-se à preocupação com a saúde do trabalhador e fiscalizar as instituições no atendimento das normas. Em 1958, a OIT recomendou os serviços de medicina do trabalho dentro das instituições. No século XX surgiram diversas leis trabalhistas que propuseram condições melhores ao trabalhador, com produtividade caminhando junto com a saúde do trabalhador. Esta dá início ao tema das normas regulamentadoras, que são emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A partir de 1978 são emitidas as normas regulamentadoras, sendo estas sempre atualizadas de acordo com as necessidades do trabalhador (PEREIRA, et al., 2014).

Com as NRs foi implementado o Serviço de Engenharia e Segurança do Trabalho, espaço onde as equipes de enfermagem trabalham. Este está regulamentado na NR4. Com relação ao PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, está descrito na NR9, relacionados aos riscos ambientais. E o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, previsto na NR7, onde estão descritos os aspectos admissional, demissional e outros exames os quais o trabalhador está submetido para trabalhar de forma regular (ZAVARIZZI; ALENCAR, 2018).

Há também os limites de tolerância, ou seja, até onde a empresa pode usar determinado produto para garantir a saúde do trabalhador, que inclui a NR7 (limites de exposição) e a NR15, a qual trabalha com a

insalubridade. Ainda a fiscalização do ambiente do trabalho feita pelos auditores do Ministério do Trabalho e Emprego que analisam as condições do trabalhador no ambiente empregatício (ZAVARIZZI; ALENCAR, 2018).
Conforme Souza e Queiróz (2018), a saúde do trabalhador é, conceitualmente, um campo do saber que visa compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde/doença. O fundamento de suas ações é a articulação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial, funcionando em forma de rede, onde o trabalhador é atendido em toda a Rede do SUS – Sistema Único de Saúde em diferentes locais. É multiprofissional porque não engloba somente o médico como em décadas atrás, mas também enfermeiros, por exemplo.
Outro conceito importante é o trabalhador. É toda pessoa que trabalha, independente de ter vínculo empregatício ou não. O trabalhador pode ser definido como empregado, contribuinte individual, temporário, empregado doméstico, etc. Assim, trabalhador é toda pessoa que exerça uma atividade de trabalho, independente de estar inserido no mercado formal ou informal de trabalho, inclusive na forma de trabalho familiar ou doméstico. Tanto o trabalhador formal quanto informal está inserido no campo da saúde do trabalho (SOUZA; QUEIRÓZ, 2018).
Destaca Vianna et al., (2017) que o trabalhador está exposto a uma série de vulnerabilidades, quais sejam: o trabalhador rural está submetido ao uso de agrotóxico; a preocupação com o trabalho escravo, onde tanto o Ministério do Trabalho e Emprego quanto a Justiça do Trabalho fiscalizam; o trabalho infantil também é preocupante no Brasil, principalmente a questão da saúde na infância. O trabalho infantil é proibido na Constituição Federal; outra vulnerabilidade é o trabalhador da construção civil. Este setor envolve altura, exposições a céu aberto, equipamentos perigosos; relações precárias de trabalho, principalmente no trabalho informal sem condições de saúde; e subnotificações de acidente do trabalho, os quais existem por diversas formas. Uma delas é quando o trabalhador não notifica, outra é quando a empresa não notifica. A notificação é obrigatória, pois traz garantias ao trabalhador, inclusive estabilidade no emprego.
Dentro deste contexto, algumas definições são importantes, como acidentes de trabalho e doenças do trabalho. Conforme o artigo 19 da Lei 8213:

> acidente de trabalho é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou do empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (BRASIL, 1991).

Assim, para ser acidente de trabalho deve ocorrer pelo exercício do trabalho a serviço da empresa e provocar lesão corporal ou perturbação

funcional. A Lei também mostra outras situações que se constituem em acidentes do trabalho, por exemplo, trabalhador em horário de retenção ou por satisfação de suas necessidades fisiológicas, trabalhador em viagem a serviço da empresa também são situações consideradas acidentes do trabalhador. Ou ainda qualquer outra atividade que o trabalhador fizer para a empresa a fim de trazer renda para a mesma. Ou seja, o acidente pode ocorrer fora da empresa, mas em situação referente à prestação do serviço.

Considera-se acidente do trabalho também a doença ocupacional e a doença do trabalho. Segundo o artigo 20 da lei 8213/91, a doença ocupacional é a desencadeada pelo exercício do trabalho. A doença do trabalho é adquirida em funções especiais em que o trabalho é realizado e que se relacione diretamente com ele. É considerado ainda acidente do trabalho o acidente de trajeto, ou seja, o caminho que o trabalhador faz da casa para a empresa e vice-versa. No entanto, este não incide direito à indenização por parte da empresa, pois a Constituição Federal no seu artigo 7 diz que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social: seguro contra acidente de trabalho a cargo do empregador (o seguro previdenciário) e, mesmo a empresa pagando esse seguro, pode ser obrigada a indenizar somente quando ocorrer dolo ou culpa, ou seja, quando a culpa do acidente ser do empregador. Logo, quando ocorre o acidente de trajeto, o empregador não é considerado culpado (SOUZA; QUEIRÓZ, 2018).

Conforme Zavarizzi e Alencar (2018), o fato de o acidente de trabalho ocorrer durante o horário de trabalho não necessariamente gera responsabilidade civil do empregador. Há responsabilidade se a prestação de serviço contribuir para o acidente ou para a doença. Assim, se a prestação de trabalhador não contribui para a doença, não haverá responsabilidade do empregador. Quando trata-se da responsabilidade civil remete-se ao nexo de causalidade. Em linhas gerais, é preciso estabelecer um nexo entre o acidente e a doença.

O acidente de trabalho repercute em várias esferas, mais especificamente na esfera civil, criminal, trabalhista e previdenciária. Ocorrendo o acidente de trabalho ou a doença do trabalho, dependendo da gravidade, repercute em todas as esferas ou apenas em algumas delas. Em acidentes leves não haverá repercussão na esfera civil, por exemplo, em indenização. Porém, se ocorrer um acidente grave, como o trabalhador ter um braço amputado por uma máquina, na esfera civil ocorre a indenização; na esfera criminal, responsabilização dos culpados; na esfera trabalhista, emissão da CAT, afastamento do trabalho; na esfera previdenciária, o recebimento de benefícios acidentários. São esferas do ponto de vista mais imediato (VIANNA, et al., 2017).

No Brasil, as despesas decorrentes dos riscos/acidentes de trabalho ou doenças chegam a quase 57 bilhões de reais. Dos anos 1970 para a data

atual teve uma redução da ocorrência de acidentes, principalmente em decorrência das leis e direitos adquiridos em saúde do trabalhador (SANTANA, et al., 2016).

Segundo Lins, Vasconcellos e Palacios (2015), o trabalhador no seu dia a dia enfrenta condições inusitadas, como condições inseguras, maquinário inadequado, etc. Os três principais motivos de afastamento são: corte de membros, chamados traumatismos; em segundo lugar a LER e DORT, relacionados aos movimentos repetitivos. Isso decorre também da intensificação do ritmo da produção; e o terceiro motivo os transtornos mentais e comportamentais. Em tempos atrás, o trabalhador usava muito a força em suas atividades. Atualmente, utiliza-se mais a força mental para o trabalho e, assim, o estresse é maior, assim como a depressão.

O crescimento econômico também acelera a produção, a pressão no mundo do trabalho traz consequências nefastas ao trabalhador. No entanto, é possível trabalhar com maior qualidade de vida, em que se ofereça condições melhores ao trabalhador. Estão aí as tecnologias para melhor atender o trabalhador. Desde 2008 reúnem-se os ministérios e as centrais sindicais dos trabalhadores discutindo a Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho.

É preciso, cada vez mais, dar ênfase à cultura da prevenção, à cultura da proteção no ambiente do trabalho. Dentre os organismos que discutem essa questão, há duas particularidades: o setor da construção civil e o setor do transporte rodoviário de cargas, os quais são considerados setores de maior gravidade em acidentes, que representam 32% de mortes e invalidez, de acordo com a Previdência Social.

Segundo Santana et al., (2016), com o aumento de acidentes de trabalho, a partir de 2007, houve um reconhecimento maior dos acidentes. Até então, o empregador preenchia a comunicação do acidente e encaminhava o trabalhador para o INSS. Agora, independente da comunicação do acidente de trabalho, o perito do INSS verifica se o acidente tem ou não relação com o trabalho. O registro, portanto, foi melhorado em função da nova metodologia. Inclusive, um dos princípios da Política Nacional é aumentar as pesquisas nessa área, pois se não estuda-se os fatores que levam à acidentalidade, não é possível adotar políticas públicas e a adoção destas, na área principalmente do Ministério do Trabalho, quando há definição das normas regulamentadoras.

A partir da explanação geral sobre a história, acidentes e doenças do trabalho, a próxima seção discutirá os riscos ocupacionais na área de enfermagem, bem como os fatores de redução dos mesmos.

RISCOS OCUPACIONAIS EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Ao lembrar o que são riscos ocupacionais, nota-se que estes são uma obrigatoriedade das normas regulamentadoras. O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), por exemplo, visa a preservação da saúde e da integridade do trabalhador. Há a antecipação do risco, avaliação e

acompanhamento controlando a ocorrência do risco no ambiente do trabalho (FILUS, et al., 2018).

O PPRA é de responsabilidade do empregador com participação dos trabalhadores dos profissionais de saúde. Em função de sua natureza o risco, a concentração, a intensidade e o tempo de exposição ao risco são capazes de causar danos à saúde. Pensando em uma clínica, hospital, consultório, laboratório, todos estes espaços possuem riscos: ergonômicos (remover o paciente de maca, por exemplo. O corpo é utilizado no movimento). Caracteriza-se, portanto, em qualquer atividade feita com o corpo e que poderá vir a ser causa de lesão (FILUS, et al., 2018).

Conforme Pedro et al., (2017), o Programa possui várias etapas: antecipação e reconhecimento de riscos – verifica-se a iluminação, por exemplo; se há gases anestésicos no espaço que podem gerar vazamentos é outro exemplo; profissional que realiza atividade no procedimento cirúrgico, possui risco de ferimentos por algum instrumento em que possa se contaminar. Esses riscos, conforme a exposição, sofrem medidas de controle. No profissional de saúde, o maior trabalho em prevenção de riscos é em relação à comportamento ou em como o profissional pode ser prevenir, principalmente, na manipulação dos equipamentos. A avaliação de risco é feita pelos profissionais do SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho ou por trabalhadores que vivenciam o dia a dia da organização, como um enfermeiro.

Ressalta ainda Pedro et al., (2017) que o reconhecimento dos riscos segue os seguintes itens: identificação, a localização da fonte geradora, as possíveis trajetórias e meios de propagação e a quantidade dos trabalhadores expostos (pela NR 32 verifica-se o risco e a quantidade de exposição a esse risco). Nem sempre é possível medir o quantitativo. Por outro lado, ruído, radiação, ionizante podem ser medidos pela utilização de um dosímetro. Das medidas de controle, o objetivo deve ser eliminar ou minimizar a exposição a determinado risco. Para a identificação dos riscos e trabalhar na prevenção existe hierarquia:

> medidas que eliminem ou reduzam a utilização ou a formação de agentes prejudiciais à saúde; medidas que previnam a liberação ou disseminação desses agentes no ambiente de trabalho; e medidas que reduzem os níveis ou a concentração desses agentes no ambiente de trabalho (GUIA TRABALHISTA, np, 2019).

De acordo com Nazario, Camponogara e Dias (2017, p.4), os tipos de riscos na enfermagem são:

> Risco físico – são formas de energia que os trabalhadores possam estar expostos, como, por exemplo: ruídos, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes e não ionizantes;

> Risco químico – são substâncias ou produtos que entram no organismo por via respiratória, ou através da pele e ingestão: poeira, fumo, gases e vapores;
> Risco ergonômico – qualquer fator que possa interferir nas características psicofisiológicas causando desconforto ou afetando a saúde do trabalhador, como, por exemplo, o ritmo excessivo e postura inadequada;
> Risco biológico – são considerados agentes de risco biológicos bactérias, parasitas, fungos, como, por exemplo, manipulação de objetos, materiais perfuro-cortantes, contato com pessoas com doenças transmissíveis, contato com secreções, e fluidos e erros de procedimentos.

Para os profissionais de enfermagem, a norma regulamentadora NR 32, já citada, é fundamental de ser compreendida, pois minimizará as ocorrências dos principais riscos ocupacionais. Para compreender de forma geral, as normas regulamentadoras são ações de medicina do trabalho (CUNHA; MAURO, 2010).

A NR 32 estabelece padrões mínimos de proteção e saúde do trabalhador da área de saúde, independente do espaço: clínica, hospitais, casas de socorro, etc. O objetivo dessa norma é prevenir acidentes e adoecimento dos profissionais de saúde, inclusive de diminuir os riscos de que esse trabalhador adoeça a longo prazo. A enfermagem engloba diversos riscos, sejam eles biológicos, químicos, ergonômicos, etc. Logo, a norma tem grande importância, inclusive quando trata-se de vacinação (CUNHA; MAURO, 2010).

Com relação aos riscos biológicos, a NR 32 diz que é proibido o reencape de agulhas e a reconexão. Outro tópico importante é que o empregador, ou escolas e universidades, não podem deixar um profissional trabalhar com sapatos abertos e adornos. O sapato e o jaleco devem ser ofertados sem ônus para o funcionário e os adornos não são indicados uma vez que possuem riscos muito alto de infecção. Nesse mesmo tópico, a Norma deixa clara que a roupa de trabalho não pode ser utilizada fora do ambiente de trabalho. Em relação às máscaras, o uso deve ser exclusivo do profissional e do aluno e deve ser adaptada para cada paciente (SANTOS, et al., 2012).

Com relação aos riscos com gases medicinais, conforme a NR 32, não cabe ao serviço de enfermagem o transporte de gases medicinais, ou seja, cilindros de oxigênio não cabe à enfermagem carregar, exceto os portáteis. Afirma ainda a norma que é proibido ao profissional de enfermagem manusear cilindros que estejam com vazamento de ar (SANTOS, et al., 2012).

Com relação aos recipientes de perfuro-cortantes, só pode ser manuseados em até 5cm da porta ou do local. Outra questão interessante é que o profissional de enfermagem ou de saúde de modo geral deve ter a sua disposição materiais para o ideal transporte do paciente sem o esforço

do profissional. Existem, por exemplo, macas utilizadas entre as clínicas e centro cirúrgico onde só se manuseia a estrutura de tábua, por exemplo. Ou seja, é um material que minimiza o esforço do profissional, diminuindo os riscos ergonômicos. A norma ainda diz que o uso de materiais perfuro-cortantes só pode ser finalizado quanto estes forem colocados dentro do recipiente que são guardados (SANTOS, et al., 2012).

Outras normas importantes para o conhecimento do profissional de enfermagem são: a NR1 que determina a obrigatoriedade por parte das empresas públicas ou privadas que possuam em seu quadro funcional trabalhadores regidos pela CLT, a adoção de medidas protetivas dispostas nas demais normas regulamentadoras. A empresa que negligenciar e não cumprir as determinações do Ministério do Trabalho estará passível de aplicação de multas e demais penalidades previstas em lei; já a NR2 estabelece que todo o estabelecimento, antes de começar suas atividades, deve solicitar a inspeção de suas instalações pelo Ministério do Trabalho, que aprovará e emitirá o certificado de aprovação das instalações tornando o estabelecimento apto ao funcionamento (FILUS, et al., 2018).

A NR4 estabelece regras de constituição dos serviços especializados de engenharia de segurança e medicina do trabalho, conhecido como SESMT, como já citado no estudo. Este é composto por uma equipe de profissionais de formação de nível técnico e superior, distribuído em profissionais como enfermeiro do trabalho, médico do trabalho, auxiliar de enfermagem do trabalho e técnico de segurança do trabalho, dentre outros. A NR5 estabelece a obrigatoriedade da formação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA em empresas que possuam, no mínimo, 20 empregados, a qual é composta por empregados que se dividem em dois grupos distintos: um é de representantes eleitos por voto secreto e o segundo grupo é o composto por representantes diretamente indicados pelo próprio empregador. Para fazer parte da CIPA o empregado não precisa possuir qualquer tipo de qualificação na área de engenharia de segurança e medicina do trabalho. Os membros da CIPA têm como atribuição identificar os riscos do processo de trabalho, participar da elaboração do mapa de risco e do plano de trabalho que possibilitará a ação preventiva na solução de problema de segurança e saúde do trabalho, além de outras atividades afins (FILUS, et al., 2018).

De acordo com Oliveira Junior et al., (2014), a NR6 trata dos equipamentos de proteção individual, estabelece as condições sob as quais esses equipamentos devem ser oferecidos pelas empresas. Equipamento de proteção individual tem como objetivo proteger o trabalhador individualmente contra riscos que ameacem a segurança, sua saúde e integridade física durante a atividade do trabalho. O EPI oferece proteção contra riscos químico, biológico, ergonômico e de acidente. A NR7 dispõe sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e tem como objetivo promover e preservar a saúde dos

trabalhadores durante o exercício de suas atividades laborativas. O PCMSO estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação de instrumentos técnicos que realizem a prevenção, rastreamento e diagnósticos de agravo à saúde relacionados ao trabalho. Como exemplo de exames obrigatórios estão os exames admissionais, os periódicos, de mudança de função, os de retorno ao trabalho e o exame demissional.

A NR9 dispõe do Programa de Riscos Ambientais – PPRA e tem como objetivo: "a proteção da saúde e da integridade física dos trabalhadores através da antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais existentes no meio ambiente do trabalho" (GUIA TRABALHISTA, np, 2019).

Relembra Santos et al., (2012) que os potenciais riscos ambientais encontrados nos ambientes profissionais de assistência à saúde, onde atuam os enfermeiros são os seguintes: riscos físicos são formas de energia, como exemplo, o calor, o frio, a radiação ionizante, a iluminação e são identificados pela cor verde; os riscos químicos são representados como substâncias químicas que na atividade de enfermagem podem ser: medicamentos manipulados e preparados empregados no tratamento do paciente. O vermelho é a cor que o representa; os riscos biológicos são os compostos por microbiota patogênica: fungo, bactéria, protozoários, vírus existentes no ambiente ou colonizando o organismo do paciente e são representados pela cor marrom; os riscos ergonômicos são caracterizados pela interação do homem com o meio ambiente profissional: manipulação de equipamentos e artigos hospitalares, sustentação do paciente no banho de leito são exemplos claros de riscos ergonômicos que são representados pela cor amarela; e por fim, os riscos de acidentes, que podem ser exemplificados por queda, cortes, perfurações, dentre outros, e são representados pela cor azul.

É fundamental que estudantes ou profissionais de enfermagem conheçam e saibam identificar os riscos ambientais, os quais poderão ser expostos para fazer a escolha correta e adequada do equipamento de proteção individual para cada tipo de procedimento assistencial junto ao paciente.

A palavra insalubridade significa fazer mal à saúde e, portanto, o trabalho insalubre é que expõe o trabalhador a agentes que podem fazer mal à sua saúde. Diante disso, há a NR15 que tem como objetivo determinar quais as atividades que são consideradas insalubres. No Brasil, existe a política da monetização do risco, onde há pagamento de adicional de insalubridade nos casos de exposição à agentes nocivos da saúde acima do limite de tolerância. O percentual pago ao trabalhador como critério de adicional de insalubridade varia entre 10, 20 e 40% sobre o salário mínimo, de acordo com o artigo 192 da CLT (OLIVEIRA JUNIOR, et al., 2014).

A NR17 trata da ergonomia, a fim de garantir a saúde, segurança e conforto do trabalhador através do planejamento, adaptação e avaliação

do meio ambiente do trabalho. Exemplos de inadequações ergonômicas que expõe o trabalhador ao risco de adoecimento estão as LER – Lesão por Esforço Repetitivo e distúrbios osteomusculares – DORT (OLIVEIRA JUNIOR, et al., 2014).

Cunha e Mauro (2010) ressaltam a importância da NR 32, que estabelece as diretrizes básicas para implementação de medidas de proteção à saúde dos trabalhadores dos serviços assistenciais de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção à saúde em geral. Dentro desta, a incorporação de outras NRs de modo a construir uma gama de conhecimento que sirvam de base para elaboração de políticas sanitárias que ofereçam proteção e segurança às equipes multidisciplinares em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se, portanto, com o estudo que a saúde do trabalhador passou a ser considerada dentro do contexto de produção em massa, que datou da Revolução Industrial, no entanto, esta preocupação era em garantir a saúde do funcionário para que sua produtividade não fosse afetada. Assim, o trabalho, geralmente em série, trazia muitos riscos ergonômicos aos trabalhadores.

Somente em 1958, a Organização Mundial do Trabalho passou a exigir o cumprimento das normas nas organizações. A partir de então, empresas e indústrias que não cumprissem em promover as condições mínimas de qualidade de vida ao trabalhador, bem como assegurar sua segurança, eram passíveis de sanções. Para selar o compromisso com o trabalhador, surgem em 1978, as normas regulamentadoras, as NRs.

Em relação aos profissionais de enfermagem, os principais riscos que incorrem sobre eles são o risco físico, o risco químico, o risco ergonômico e o risco biológico. Dentro dos riscos físicos, exemplificou-se os ruídos, vibrações e radiações ionizantes; dentre os ruídos químicos, destacou-se as substâncias ou produtos que acometem o organismo pela via respiratória, como poeira e fumaça; dentre os riscos ergonômicos citou-se movimentos impróprios do corpo, como postura inadequada e, ainda, ritmo excessivo de trabalho; por fim, como risco biológico, destacou-se manuseio inadequado de materiais perfuro-cortantes, contato com secreções ou contato com pessoas que possuem doenças transmissíveis.

Para evitar que os riscos se efetivem, a norma regulamentadora NR 32 é fundamental para os profissionais de enfermagem terem como conhecimento, pois esta busca minimizar as ocorrências dos riscos visando à proteção do profissional de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1991). **Lei nº 8213**, de 24 de julho de 1991. Brasília, DF, 1991.

CUNHA, Ana Carina da; MAURO, Maria Yvone Chaves. Educação Continuada e a Norma Regulamentadora NR 32: utopia ou realidade na enfermagem?. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [s.l.], v. 35, n. 122, p.305-313, dez. 2010.

FILUS, Walderes Aparecida et al. Percepção de equipes de trabalho sobre o ruído em pronto-socorro. Audiologia - Pesquisa em Comunicação, [s.l.], v. 23, p.1-9, 13 dez. 2018.

GUIA TRABALHISTA. **Legislação:** NR9. 2019. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr9.htm>. Acesso em: 15 ago. 2019.

LINS, Thiago Amorim; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; PALACIOS, Marisa. Bioética e saúde do trabalhador: uma interface. **Revista Bioética**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.293-303, ago. 2015.

NAZARIO, Elisa Gomes; CAMPONOGARA, Silviamar; DIAS, Gisele Loise. Riscos ocupacionais e adesão a precauções-padrão no trabalho de enfermagem em terapia intensiva: percepções de trabalhadores. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [s.l.], v. 42, p.1-11, 10 ago. 2017.

OLIVEIRA JUNIOR, Adenilson Raimundo de et al. **Atuação do enfermeiro na saúde do trabalhador:** um enfoque na prevenção. 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.bahiana.edu.br/jspui/bitstream/bahiana/516/1/Artigo%20Enfermagem%20do%20Trabalho%202014.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PEDRO, Danielli Rafaeli Candido et al. Violência ocupacional na equipe de enfermagem: análise à luz do conhecimento produzido. **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 41, n. 113, p.618-629, abr. 2017.

PEREIRA, Érico Felden et al. Associação entre o perfil de ambiente e condições de trabalho com a percepção de saúde e qualidade de vida em professores de educação básica. **Cadernos Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.113-119, jun. 2014.

SANTANA, Vilma Sousa et al. Acidentes de trabalho: custos previdenciários e dias de trabalho perdidos. **Revista de Saúde Pública**, [s.l.], v. 40, n. 6, p.1004-1012, dez. 2016.

SANTOS, José Luís Guedes dos et al. Risco e vulnerabilidade nas práticas dos profissionais de saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [s.l.], v. 33, n. 2, p.205-212, jun. 2012.

SOUZA, Andréa Domingues da Silva; QUEIRÓZ, Maria de Fátima Ferreira de. Percepção dos trabalhadores inseridos na reabilitação profissional do Instituto Nacional do Seguro Social: a organização do trabalho adoece?. **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 42, n. 116, p.100-112, jan. 2018.

VIANNA, Lorena Cristina Ramos et al. Vigilância em Saúde do Trabalhador: um estudo à luz da Portaria nº 3.120/98. **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 41, n. 114, p.786-800, set. 2017.

ZAVARIZZI, Camilla de Paula; ALENCAR, Maria do Carmo Baracho de. Afastamento do trabalho e os percursos terapêuticos de trabalhadores acometidos por LER/Dort. **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 42, n. 116, p.113-124, jan. 2018.

A INTERFACE DA PSICOPEDAGOGIA FRENTE À INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Passarinho, Dulcilene de Carvalho

RESUMO

Este trabalho apresenta as contribuições de alguns autores sobre a inclusão e ressalta que Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, visa o desenvolvimento integral da criança utilizando práticas do cuidar e educar, através da valorização do brincar, do lúdico como meio de expressão natural e de crescimento da criança, na intenção da complementação da educação familiar, e sociocultural. Para a realização deste trabalho a busca à literatura foi imprescindível. Saber o que os autores apontam com relação à temática sobre a interface da psicopedagogia frente à inclusão na educação infantil em favor da aprendizagem. Nesse sentido é um avanço focalizar desde esta primeira etapa do ensino formal um plano de educação inclusiva que envolva a criança já na primeira infância para seu desenvolvimento global, possibilitando a deficiência ser o ponto de partida para suas potencialidades, e não de chegada, oportunizando de forma mais igualitária o ensino, favorecendo seu futuro, e proporcionando oportunidades substanciais na sociedade. Incluir desde a educação infantil significa romper com o atual padrão educacional, buscando um caminho para que a escola possa constituir sua ação formadora para todos os que dela participam. Partindo dessa premissa objetiva-se delinear possibilidades de intervenção psicopedagógicas para inclusão na educação infantil. É perceptível que diversas mudanças são essenciais para a inclusão escolar de alunos com deficiência na Educação Infantil, e que exige compromisso amplo de todos.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão. Educação Infantil. Psicopedagogia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está centrado na Interface da Psicopedagogia frente à Inclusão na Educação Infantil, buscando analisar as possíveis práticas psicopedagógicas que permeiam e facilitam processo de inclusão na educação infantil baseando-se nas ideias de autores que já pensaram no assunto e podem nos ajudar achegar a uma conclusão, norteando nossa prática.

A Educação Infantil consiste em uma modalidade de ensino para crianças antes de sua entrada no Ensino Fundamental. É fornecida geralmente para os infantis de até quatro anos de idade. Nesta modalidade de educação, as crianças têm seus estudos voltados e sempre estimulados de forma lúdica, que são necessárias para desenvolver as capacidades motoras e cognitivas, além do desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social

da criança, ajudando sempre a fazer novas descobertas e iniciando, assim, o processo de alfabetização.

Atualmente a Educação Infantil tem um cunho obrigatório, que antes só era considerado indispensável o Ensino Fundamental e Médio. A Educação Infantil, que é a primeira etapa da Educação Básica foi relegada por muito tempo, mesmo com os clamores sociais e as construções teóricas que preconizam a importância da participação da criança nessa modalidade de ensino, para o desenvolvimento infantil no momento próprio.

Em se tratando da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, essa é um fator que pode possibilitar o desenvolvimento do infante. Pois, a inclusão escolar é um contíguo de elementos, ação e efeitos que tenta desenvolver globalmente o indivíduo com deficiência. A inclusão também favorece o combate à exclusão aos benefícios de uma vida em sociedade, que muitas vezes acompanha a realidade de pessoas com deficiência.

O termo incluir é uma novidade no âmbito da escola regular, principalmente na Educação Infantil. Mesmo estando por lei garantida a inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, isso ainda não é uma realidade concreta, pelo menos não no sentido da efetivação de um trabalho educativo adequado e especializado. Pois, para que isso venha ocorrer é indispensável ser desvelado, para que assim possa ser compreendido por todos e aceito sem resistências.

Entretanto, imaginar os avanços da inclusão na Educação Infantil é perceber a importância desta para o desenvolvimento global das crianças com deficiência, desde a sua primeira infância, de maneira que venha a lhes favorecer um futuro mais justo, onde possa passar a conviver, em um mundo igual para todos. Incluir desde a Educação Infantil significa romper com o atual padrão educacional, buscando um caminho para que a escola possa fluir, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam (DRAGO, 2011). Pensando desta forma, estamos almejando uma escola que seja inclusiva. Mas, para isso é necessário desde as séries iniciais, então com base neste enfoque, foi identificado à contribuição que este construto, que busca mostrar a importância de uma inclusão desde a Educação Infantil, pois a partir do momento que a criança com deficiência é inclusa nesta educação, irá lhe proporcionar um grande ganho em sua vivência social.

A importância em debater sobre esta temática justifica-se pelo fato de que para pessoas com deficiência adentrarem na escola desde a educação infantil é algo muito raro de se acontecer, tanto em ambientes públicos quanto no âmbito privado, mesmo já se falando tanto nos impactos da intervenção para o desenvolvimento da criança com deficiência. Neste sentido, vale ressaltar Martins (2010, p.19) quando enfatiza a:

> "importância do desenvolver deste construto, trazendo uma contribuição sobre a inclusão desde a Educação Infantil, pois são inúmeras as preocupações que envolvem este processo".

Mas, o mais importante que pode ser realizado é aceitação das diferenças das crianças com deficiência por toda a comunidade escolar.

É fato que inclusão causa certo desequilíbrio na estrutura escolar, pois por mais organizadas que sejam estas instituições, acabam produzindo alguma forma de exclusão. As demandas de conteúdos escolares são tantos, que acabam tornando alunos, professores e pais reféns de um programa que pouco respeita as particularidades e interesses das crianças. Isso, sem falar em algumas barreiras que ainda faltam serem derrubadas como: ausência de formação dos professores para atender estas crianças sem segregá-las, ausência de rampas, banheiros adaptados e recursos pedagógicos adaptáveis às necessidades de cada indivíduo e um acompanhamento de diversas áreas para dar um suporte a este trabalho (psicopedagogo, fonoaudiólogo, entre outros).

Na Educação Infantil, a inclusão exerce uma enorme importância, já que nesta etapa são fornecidas propostas que aspira ao desenvolvimento da criança como um todo. Deste modo, acontece nesta fase, o primeiro contato da criança com a própria deficiência, com o mundo novo que a escola tem para mostra. Portanto, o conhecimento acerca das particularidades desse processo é imprescindível.

Para a realização desse trabalho a metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, livro de diversos autores, revistas, citações e artigos usados para nortearem o desenvolvimento deste trabalho. Entretanto, infelizmente ainda são pouquíssimas as instituições que fazem de sua Educação Infantil realidades de inclusivas. Algumas ainda integram as crianças achando que estão incluindo. Contudo, há uma diferenciação enorme entre incluir e integrar: em meio ao processo de integração, os alunos têm de mudar para se adaptarem às exigências da instituição escolar, ao passo que na inclusão, é a escola que se adapta ao aluno com deficiência.

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É de suma importância que a inclusão nos sistemas educacionais se inicie na Educação Infantil, pois, este é um local onde as questões levantadas a respeito da diversidade e o encontro com o diferente ocorre em ocasiões corriqueiras, diferente do que ocorre em outros níveis educacionais. Até mesmo pelo fato de que na primeira infância é onde acontece o começo da escolarização, a partir do qual devemos discorrer e praticar uma verdadeira educação emancipatória.

Tendo em vista o que foi discutido anteriormente sobre a Educação Inclusiva, partindo dessa premissa, então a abordagem agora será de como este modelo de educação está sendo desenvolvida na Educação Infantil, pois a mesma é a primeira etapa da Educação Básica no Brasil. Será que realmente tem a inclusão na Educação Infantil? De acordo com Candau (2000, *apud* DRAGO, 2011):

> [...] o discurso oficial apresenta a educação como grande responsável pela modernização das sociedades em que vivemos e, com certeza, isso é indiscutível, pois o caminho para conseguir

> transformar o cenário atual é, sem dúvida, o desenvolvimento de políticas voltadas para o setor educacional em todos os sentidos (p. 33).

Confirmado por um dos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – onde prevê que se adote, como alternativa preferencial, o atendimento aos educandos com deficiência na rede pública de ensino (BRASIL, 1996). Em 2001, a resolução que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) aponta de forma inconfundível a obrigatoriedade das instituições de receberem todos os alunos, tarefa essa, para a qual devem se organizar.

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA FRENTE À INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para que possamos desenvolver uma inserção de pessoas com qualidade é preciso que o psicopedagogo desenvolva um trabalho juntamente com o professor, voltado para o processo de ensino-aprendizagem e como também ajudar a ampliar a relação professor-aluno. Conforme Miranda (2008);

> [...] acredita que as interações entre professores e alunos devem aprofundar-se no campo da ação pedagógica. O professor assume um papel muito importante neste processo, pois constrói e conduz o fazer pedagógico de maneira que atenda às necessidades do sujeito aprendente. No fazer docente acreditamos que deve prevalecer a visão humanística, onde a relação professor-aluno seja a base para o desenvolvimento cognitivo e psíquico em sala de aula (p.1).

Assim como, a Psicopedagogia pode acolher estas questões de inclusão escolar ao trabalhar com a subjetividade do professor, fazendo com que o mesmo resinifique seus padrões de aprendizagem e ensino, possibilitando este exercício favorável para o processo de inclusão. A possível intervenção dentro da Educação Infantil está abarcada ao papel que o psicopedagogo nesse processo inclusivista, dando suporte e apoio ao professor em sua prática educacional direcionando o melhor e mais seguro caminho para se atingir o objetivo que é a aprendizagem.

Pois cada criança tem o seu tempo para aprender mesmo dentro de suas limitações, porém a prática educacional deve ser motivadora e envolvente o bastante para despertar o prazer pelo desafiante processo de aprendizado. Para que esse processo se concretize, se faz necessárias atitudes de compromisso com a aprendizagem, com a formação e ressignificação do saber adquirido, dedicação e criatividade, e especialmente perceber que cada sujeito é único, singular, que tem seu tempo e sua forma de aprender, assim sendo deve ser apoiado e respeitado em sua individualidade.

O processo de ensino-aprendizagem focaliza o aprendiz, que cada um em sua singularidade, traz consigo seu contexto de vida, uma realidade em

que se está inserido em seu meio, trazendo expectativas e necessidades, perante isso, devemos trabalhar para alcançarmos o potencial de cada um modificando a sua limitação em algo positivo, desvendando que ele pode superar as suas dificuldades, uma vez que o educador é apenas um condutor para a aprendizagem e todo ser aprendiz tem seu próprio movimento para a aprendizagem.

Este processo inclusivista desde a Educação Infantil irá proporciona uma maior interação entre as crianças com e sem deficiência, contemplando assim, que as crianças desde cedo aprendam, a viver com a diversidade e com o "ser" diferente. E deste modo, perpassando uma ideia de heterogeneidade, com crianças tendo que vivenciar um ambiente diferente da normalidade, dos padrões, aprendendo com isso viver em meio à diferença e sem preconceitos. É necessário sustentar-se em construir novas bases, novas maneiras de ensinar, e assim construindo pouco a pouco continuamente. Somente após essa construção que a inclusão ocorrerá verdadeiramente na prática, pensando apenas nos resultados obtidos.

Portanto, a Psicopedagogia tem grande contributo no acompanhamento do processo inclusivo dos alunos com deficiência, em todas as idades e níveis escolares, mediante suas atuações clínica e institucional.

O psicopedagogo irá observar também os processos cognitivos e psicológicos que interfiram no processo de aprendizagem do indivíduo, sendo assim como irá fazer uma avaliação para entender como o mesmo aprende e quais são os elementos que estão limitando sua aprendizagem, considerando sua autoimagem e autoestima, sucedendo, se necessário, o encaminhamento para outros profissionais (SILVA, 2008).

Portanto, vale ressaltar que o trabalho do psicopedagogo não será eficaz se não houver um vínculo com a instituição de ensino que o sujeito frequenta, pois é neste lugar que ele passará muitas horas do seu dia e onde ele será estimulado (ou não) a aprender. O diagnóstico psicopedagógico irá ponderar: qual a relação que o sujeito com deficiência tem com o conhecimento; qual é a melhor forma de se transmitir o conhecimento a esse sujeito; qual a forma de intervir de forma que se sinta integrado na comunidade escolar; quais as expectativas que o sujeito tem a respeito da própria aprendizagem (GUIMARÃES, 2009, p. 204).

O Profissional psicopedagogo atuante, pautado em pressupostos clínicos ou institucionais, atende à perspectiva de possibilitar ao indivíduo seu desenvolvimento potencial, atribuindo-lhe autoria do seu processo educacional, constituindo-se cidadão e, consequentemente, promovendo sua inclusão social. Uma possibilidade viável de ação psicopedagógica no processo inclusivo é o AEE (Atendimento Educativo Especializado) ou sala de recursos multifuncionais. Por ser um serviço especializado, o atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos, tais como: Psicopedagogo,

preparado para trabalhar o desenvolvimento cognitivo, especialista no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros. Esses fatores supram referidos são respaldados no dizer de Vygotsky (1998, p. 118), que diz:

> "[...] o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer."

Como pode ser percebido no dito por Vygotsky e Luria (1996), já no início do século passado, a criança com deficiência necessita de complementação e/ou suplementação no seu processo educativo para que aconteça a equidade com relação aos demais alunos. E, neste processo, o aluno não se desenvolve sozinho, de modo que a escola tem um importante desafio a enfrentar: encontrar caminhos que possam superar os limites impostos pela deficiência, através do mecanismo de compensação, e localizar sua atenção nas condições em que a aprendizagem ocorre. Nesse sentido, cabe à escola e seus profissionais criarem as condições necessárias para o desenvolvimento do aluno e para a superação de seu próprio limite. Vygotsky e Luria (1996, p. 220) demonstram que "[...] paralelamente às características negativas de uma criança defeituosa, é necessário também criar suas características positivas". Para os referidos autores, o que ocorre é um:

> [...] mecanismo singular e especial [...]: ocorre a compensação do defeito. No correr da experiência, a criança aprende a compensar suas deficiências naturais; com base no comportamento natural e defeituoso, técnicas e habilidades culturais passam a existir, desestimulando e compensando o defeito. Elas tornam possível enfrentar uma tarefa inviável pelo uso de caminhos novos e diferentes. O comportamento cultural compensatório sobrepõe-se ao comportamento natural defeituoso. (p. 221).

Ao psicopedagogo nesse contexto de AEE, cabe-lhe trabalhar o desenvolvimento dos processos mentais superiores dos alunos com deficiência, os programas de enriquecimento curricular adaptado, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, além da tecnologia assistiva e outros.

Deste modo, o psicopedagogo se configura como o profissional que contribui para o resgate do prazer em ensinar e aprender, através de uma ação interdisciplinar, com os demais profissionais que atuam na escola, tendo como foco a prevenção das dificuldades, mas sem negligenciar as dificuldades já instaladas, especialmente no contexto da escola inclusiva.

CONHECENDO A PSICOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES

A Psicopedagogia é uma arte, ofício e paixão! Um saber que se constrói com muita informação e saberes de diversas áreas. Um fazer de cada dia, que acredita no potencial do aprendente, desenvolve a aprendizagem e realiza um trabalho de mudança, conquistando para a vida, adulto, jovem e criança. Para a psicopedagogia,

> "[...] cada ser é ensinante e ao mesmo tempo aprendente, dirige-se ao conhecimento de um modo muito envolvente" (BEAUCLAIR, 2009, p.25).

Nesse sentido, o autor acima citado nos leva a compreender que a Psicopedagogia não é apenas uma área de conhecimento ou profissão. O trabalho da Psicopedagogia é promover reflexões, mudanças e transformações, desenvolve aprendizados, entende o aluno como alguém com valores que ao mesmo tempo em que aprende ensina com sua maneira de aprender.

Historicamente, a Psicopedagogia surgiu na Europa a partir da junção de algumas ciências, como a Psicologia e a Medicina, as quais tinham como objetivo a reabilitação de crianças com baixo desempenho escolar, a fim de promover eficácia acadêmica das pessoas que apresentavam alguma dificuldade. Assim, afirma Bossa (2007) a Psicopedagogia surgiu pela necessidade de compreender o processo de aprendizagem, tendo, portanto, um caráter preventivo e terapêutico. Chegou ao Brasil na década de 80, com o dever de atender a criança com dificuldade em diferentes áreas do desenvolvimento. Atualmente vem buscando desenvolver seu próprio campo de conhecimento, com caráter multidisciplinar e atuando sobre as dificuldades de aprendizagem e distúrbios que precisam ser prevenidos. (ALMEIDA, 2010)

O autor com essa afirmação tenta definir a Psicopedagogia como uma área que se ocupa em compreender o problema de aprendizagem, dividindo-se em duas abordagens, sendo elas clínica e institucional. A abordagem clínica para Fontes (2006) consiste na intervenção terapêutica psicopedagógica sobre a pessoa que não aprende por motivos individuais ou familiares. Já a abordagem institucional ou preventiva tem seu foco na instituição de ensino e o problema de aprendizagem dos alunos, o trabalho é realizado principalmente sobre os profissionais envolvidos na prática educativa da escola.

Assim, entendemos que a Psicopedagogia tem como foco não só o aluno que tem dificuldades para aprender, mas a análise do meio em que vive e os agentes que de alguma forma fazem parte dessa aprendizagem, sendo eles a família, a escola e os profissionais que dela fazem parte.

De acordo com o código de ética da ABPp, a Psicopedagogia é o campo de atuação em educação e saúde que lida com o processo de aprendizagem humana; seus padrões normais e patológicos, considerando a influência do meio no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia; atuando com diagnóstico específico e tratamentos para

aqueles que, de um modo ou de outro, apresentam dificuldades na aprendizagem.

Como podemos observar a Psicopedagogia se propõe a compreender o processo referente às dificuldades de aprendizagem escolar com a tentativa de transformar a realidade; se preocupa com a aprendizagem humana e com os alunos que estão envolvidos nesse processo de aprender. Considerando como influência não só fatores orgânicos, mas o meio em que o aluno esta inserido: família, escola e sociedade, para que assim seja possível promover mudanças e construir saberes.

Durante muitos anos, o problema de aprendizagem era entendido como consequência de problemas orgânicos. Eram desprezados os componentes afetivos, sociais e culturais, que também interferem no ato de aprender. As crianças que não aprendiam eram levadas ao médico, que na maioria das vezes eram submetidas a exames e ao uso de medicamentos controlados. (SERRA, 2012)

Sabemos que, de fato, uma criança pode precisar de tratamentos médicos e possuir dificuldades de aprendizagem como consequência, mas nem sempre é o caso da maioria. Não devemos focalizar apenas na causa do "não aprender", mas também é necessário refletir sobre as práticas pedagógicas e todo contexto do educando. É importante levarmos em consideração de como a aprendizagem se constitui para podermos entender que os problemas de aprendizagem podem estar vinculados a escola ou a família e até do contexto socioeconômico.

Porto (2011) afirma que a aprendizagem é um processo vincular, que se dá entre ensinante e aprendente, ocorre entre subjetividades. Tem caráter subjetivo, pois o aprender implica desejo que deve ser reconhecido pelo aluno.

A aprendizagem vai além do aprender dos conteúdos escolares, o aprender envolve simultaneamente a inteligência e as necessidades, por meio das necessidades buscam-se o subjetivo e o diferente.

Concordando com Porto (2011), o autor Beauclair (2009) complementa e cita que a atuação do psicopedagogo está ligada aos múltiplos movimentos psíquicos e subjetivos presentes na aprendizagem, que se desenvolvem nos campos educação e saúde e não se desvinculam dos processos de cognição e aprendizagem e dos laços familiares e sociais.

A aprendizagem é afinal, um processo fundamental da vida. Todo indivíduo aprende, e por meio da aprendizagem, desenvolve os comportamentos que o possibilitam viver. Todas as atividades e realizações humanas exibem os resultados da aprendizagem (PORTO, 2011 *apud* CAMPOS, 2003, p. 122).

Portanto, assim se estabelece uma relação particular do aluno com o conhecimento e o significado de aprender. A aprendizagem se constitui na capacidade de aprender, à medida que surgem as necessidades, surge um novo aprendizado. É necessário entender a maneira de como cada pessoa aprende e quais os vínculos se tem com aquele que ensina e com a forma

que é transmitido o conhecimento, desse modo à família e o contexto social estão ligados a esse vinculo. A aprendizagem é essencial para a sobrevivência humana, os autores Porto (2011 *apud* CAMPOS 2003) deixam claro não se detém em apenas conteúdos escolares, mas na forma em desenvolver outras modalidades como a comunicação, a socialização, a autonomia entre outros.

Para a Psicopedagogia são recursos essenciais o desejo de aprender e o desejo de ensinar, para que esses recursos sejam efetivados uma das primeiras tarefas é que o educador resgate a autoestima do educando, pois ninguém consegue aprender se não tiver o desejo e o incentivo de acreditar nas suas possibilidades e potencialidades, como afirma Bossa (2007):

O trabalho psicopedagógico a partir de uma instituição escolar cumpre uma importante função social: a socializar os conhecimentos disponíveis, promover o desenvolvimento cognitivo e a construção de regras e conduta, dentro de um projeto social e mais amplo. A escola afinal é responsável por grande parte da aprendizagem do ser humano (BOSSA, 2007, p. 00).

O psicopedagogo institucional poderá oferecer auxilio as pessoas envolvidas no processo educativo do aluno com deficiência para uma melhor compreensão de uma sociedade plural e inclusiva, tornando-se um apoio estratégico diante de uma problemática na instituição. Desse modo, percebemos que esse profissional tem muito a colaborar com a prevenção e solução de muitos problemas escolares que, historicamente afetou as instituições de ensino. Contudo, com o advento da inclusão, tornando-se esta uma realidade em nosso país, com uma boa legislação e várias políticas públicas para as ações afirmativas, essa realidade vem mudando. No item a seguir veremos melhor as nuances da inclusão escolar de alunos com deficiência.

Na escola a Psicopedagogia surgiu a partir de demandas da humanidade e das transformações sociais e históricas dos alunos. (SERRA, 2012). Ao olharmos para educação, nos perguntamos, qual é o profissional da escola mais adequado para ajudar a solucionar os problemas de aprendizagem. Esse profissional seria o psicopedagogo? Muitos dizem que sim, porém a Psicopedagogia não é o milagre, mas é uma forma diferenciada de compreender a aprendizagem, desenvolver e atuar sobre ela. Na procura de poder perceber o sentido cognitivo, afetivo e social de cada questão. O atendimento psicopedagógico na instituição escolar tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades e competências, não só de conteúdos. Aprender os conteúdos deve ser uma consequência da intervenção psicopedagógica. Dessa forma, não visa apenas sanar problemas de aprendizagem, mas as características multidisciplinares do sujeito que aprende, buscando melhorar seu desempenho e aumentar suas potencialidades de aprendizagem. (SERRA, 2012)

POR QUE EXCLUIR SE PODEMOS INCLUIR?

É preciso compreender que a escola não é apenas um espaço de leitura e escrita, é também um espaço de relações afetivas, é o espaço de vida, do desenvolvimento social. Com a mesma intensidade da leitura e escrita, é primordial que aconteça de fato a inclusão. (COSTA, 2009).

Não basta apenas incluir o aluno no ensino regular, a escola precisa está preparada para atendê-los, oferecendo todo o amparo, não apenas estrutural, mas integra-lo no ensino, nas relações sociais, no brincar, isso irá refletir no seu desenvolvimento e lhe permitira uma melhor qualidade de vida. É notória a necessidade de realizar adaptações no currículo, nos espaços físicos, na postura do professor e no papel da família, quando essas ações não são realizadas a escola deixa de incluir e passa a excluir.

De acordo com Mantoan (2015), incluir é a capacidade de entender e reconhecer o outro, conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. É não deixar ninguém de fora da escola comum ensinando todas as crianças, indistintamente. Para incluir antes de qualquer coisa se faz necessário compreender as diferenças. Diferenças estas que podem ser vistas como condição para realização de um trabalho diferenciado, partindo do principio de construir competências e desenvolver habilidades através da oportunidade e da experimentação. A inclusão deverá ser entendida como desenvolvimento da autonomia acontecendo no mesmo espaço que se desenvolve a cognição (COSTA, 2009). Nessa perspectiva, é importante sabermos que existem muitas escolas que afirmam serem inclusivas, quando na verdade tratam a inclusão como um atrativo a mais, oferecendo alguns tipos de esporte ou extraclasse como forma de incluir. Para que de fato seja consumada a inclusão, a escola deve atender a todos de maneira particular. Trabalhar a inclusão sugere o trabalho em grupo multidisciplinar, e o trabalho em grupo sugere o psicopedagogo, o auxiliar de inclusão e a equipe pedagógica escolar. Para que assim sejam oferecidas condições diferenciadas para o aluno deficiente. Por isso a importância de profissionais preparados para adaptar modelos e recriar situações, pois à medida que se trabalha a aprendizagem desenvolve-se o cognitivo, a autonomia e outras habilidades. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) prioriza o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo. Saber ler e escrever é essencial para a vida social, porém os alunos que têm alguma deficiência precisam primeiramente ter autonomia para poder realizar atividades da vida diária, tarefas que para alguns podem ser simples, mas que para eles tem um grande significado e dificuldade de realização.

As escolas na maioria das vezes estão preocupadas apenas em passar os conteúdos curriculares em sala de aula, que acaba gerando um mecanismo rotineiro: hora transmissão de conteúdo, hora estudar as longas lições, hora avaliação. Nessa dinâmica esquecem de trabalhar com os alunos a lidar com possibilidades de insucessos e deixam de

compreender as diferenças. Trata-se da realização de um currículo engessado, inadequado a realidade da escola inclusiva.

Para Cunha (2011), um currículo inclusivo precisa ir do formalismo ao lúdico e do lúdico ao formalismo, da disciplina a criatividade e da criatividade a disciplina. É importante que se tenha autonomia dentro de um processo educativo pedagógico, que haja valorização e criatividade dos que fazem parte da escola. Ou seja, os princípios de um currículo inclusivo incluem a definição de alguns conhecimentos a serem apropriados por todos os alunos, no sentido de, respeitar as singularidades, diferenças individuais e em grupos sociais. O professor precisa mediar esses alunos, de modo que, envolva-os com a aprendizagem independente de existir déficits ou deficiências.

Complementando com as palavras de Cunha (2011), incluir é elevar a autonomia, estimular o prazer de aprender e utilizar-se de metodologias que desenvolva o ensino aprendizagem adequado ao indivíduo com deficiência. Trata-se da readaptação curricular que deve considerar o sujeito singular, embora incluso em um contexto mais amplo. Nesse sentido, não cabe ao professor apenas dominar conteúdos específicos de sua área, mas deve se informar de assuntos diversos, inclusive das características próprias da deficiência de seus alunos em processo inclusivo.

Portanto, não se faz uma escola apenas com regras, é preciso acrescentar dedicação, não se faz um currículo escolar apenas para se trabalhar as disciplinas curriculares em sala de aula, o ideal é que este currículo esteja articulado com as dinâmicas sociais provenientes dos conhecimentos e da cultura dos alunos.

> "Hoje em dia há um crescente consenso de que a escola é um privilegiado espaço onde se articula a produção do conhecimento com o compromisso de cidadania, capaz de cumprir a mais elevada destinação social do saber (CUNHA, 2011, p.23)".

Outros fatores devem ser observados, como a contratação de profissionais especializados; a compreensão do papel do profissional psicopedagogo e sua relação com o auxiliar de inclusão como facilitador e mediador da aprendizagem, no sentido de que será o psicopedagogo que irá direcionar o fazer do auxiliar, além de oferecer aos professores uma formação continuada e assessoria psicopedagógica para melhor prepará-lo para o atendimento de alunos com deficiência. Como afirma Costa (2011), os professores estão gritando por isso, quando na maioria das vezes afirmam que não se sentem preparados para realizar a inclusão, ou não sabem como agir.

Segundo Teixeira (1997, *Apud* COSTA, 2009), a escola deve fornecer a cada indivíduo, meios para participar plenamente com suas capacidades naturais, na vida social. No geral os professores se angustiam por não conseguir solucionar os problemas dos alunos, é nessa busca que se perdem.

O que precisa fazer é mediar situações que favoreça a solução desses problemas. A formação continuada é uma oportunidade de autorreflexão, que contribui tanto para a formação profissional quanto a pessoal. A escola precisa também ser reorganizada e adaptada a partir da estrutura física, na questão da acessibilidade, além de metodologias que garantam o processo inclusivo e desenvolva a aprendizagem dos alunos. Como bem diz Cunha:

> A escola contemporânea não pode ser inflexível e estanque, pois a inteligência é uma constante adaptação. As modificações anatômicas do cérebro acontecem ao longo da vida. Com elas, por meio de estímulos, são adquiridas habilidades, desenvolvidas dimensões emocionais; descobre-se o mundo surgindo um novo olhar sobre a vida (CUNHA, 2011, p.53).

Portanto, a escola deve estar voltada para o respeito dos alunos e as possibilidades, dando oportunidade de experimentação, compreendendo suas dificuldades e desenvolvendo suas habilidades, buscando o avanço da autonomia e do relativo sucesso escolar. As mudanças de estratégias de ensino podem contribuir para que todos aprendam. Diante de todas as colocações feitas até aqui não podemos falar de inclusão escolar de alunos com deficiência sem citar a influência da Psicopedagogia para que isso aconteça de fato e não só de direito.

Sendo assim, ao se propor a construção de uma atmosfera inclusiva na Educação Infantil, ampliamos nosso foco de atenção para além das crianças e ressaltamos a acuidade da inclusão de todos aqueles que compartilham do contexto educacional (SEKKEL, 2003). Desta forma, estar incluído não é apenas estar presente, é também ter suas necessidades identificadas e amparadas pelos outros, é trabalhar unido, em um ambiente permeado pela confiança, pelo cuidado e pela reflexão.

Procurar estabelecer um espaço em que a diferença possa existir não negando nossas dificuldades de relacionamento com os outros e os nossos preconceitos, mas, ao contrário, saber aceitar que esses sentimentos estão presentes, de modo que possamos refletir sobre suas origens e as formas de superá-los (SEKKEL, 2003).

As crianças têm possibilidades de ler e intervir nas situações escolares resolução de conflitos, situações de aprendizagem, questões de acessibilidade etc. De modos que não são acessíveis aos adultos, justamente porque elas estão em outro lugar, fato que evidencia a importância dedes construir as barreiras que representam as concepções autocêntricas na educação infantil (SEKKEL, ZANELATTO, BRANDÃO 2010, p.119).

O Ministério da Educação – MEC – em fazendo o uso de sua função como indutor de políticas para a educação, tem se empenhado para que os Estados e municípios brasileiros introduzam em suas instituições e escolas de Educação Infantil todas as crianças com deficiência. E assim, procurando firmar convênios para garantir o atendimento desses

educandos. Pois, a garantia de acesso e estabilidade com sucesso nas escolas regulares constitui num patamar indispensável de cidadania para pessoas com deficiência. A sua inserção nos ambientes comuns de aprendizagem, oferecendo todas as condições de acessibilidade, permite o preparo para a entrada nos espaços sociais, abarcando o mercado de trabalho.

Tal acontecimento nesta fase da infância dentro da Educação Infantil só tem a ganhar, para esses infantes, pois estão presentes em ambientes diferentes com crianças com deficiência e crianças ditas "normais" e criando uma atmosfera de interação e principalmente sem preconceito, trazendo com isso suas contribuições para estes processos, desde que lhes seja dada a oportunidade de participar. E assim, desde criança cria-se a concretização do respeito um com o outro.

A PSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO INCLUSIVO

A Psicopedagogia surgiu da fronteira entre Pedagogia e Psicologia. A Pedagogia preocupa-se com as questões voltadas às metodologias de ensino-aprendizagem do aluno e a questão educacional em sua amplitude, enquanto a Psicologia foca na análise do sujeito, no comportamento e seus processos de aprendizagem. "Assim sendo, cabe à Psicopedagogia a lacuna entre o ser aluno e o ser sujeito" (CARDOZO, 2011, p.29). Segundo a Associação Brasileira de Psicopedagogia:

> [...] a Psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana: seus padrões normais e patológicos considerando a influência do meio – família, escola e sociedade – no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia.

No Brasil, na década de 1980, a Psicopedagogia surgiu como uma "Nova solução". Acreditava-se que a Psicopedagogia era solução para todos os problemas de fracasso escolar e da aprendizagem dos alunos. "A atuação psicopedagógica naquele momento histórico era preeminentemente clínica, baseada nos moldes franceses pós-segunda Guerra Mundial" (SASS, 2003).

Assim, a Psicopedagogia na década de 1990 tinha uma abordagem organicista, com a valorização de sintomas e uma visão de reeducação e correção dos mesmos. "Portanto, com o passar dos anos esta visão se amplia e o ser cognoscente passa a ser entendido como sujeito ativo de sua aprendizagem" (GUIMARÃES, 2009, p.203).

A síntese da função psicopedagógica se caracteriza naquilo que Silva (1998, *apud* GONÇALVES, 2007) diz a esse respeito:

No início, seu objetivo são os sintomas das dificuldades de aprendizagem, como desatenção, desinteresse, lentidão, etc. e, assim, seu objetivo é remediar esses sintomas. A dificuldade de aprendizagem seria apenas um mau desempenho, um produto a ser tratado.

Contudo, se compreende o conhecimento humano como um processo contínuo, tal como fazem os psicopedagogos atualmente, lidando com o

processo de aprendizagem como um todo, obtendo-se assim uma visão mais ampla do sujeito, do processo de construção do conhecimento, do contexto escolar, social e familiar.

Desta forma o psicopedagogo terá prioritariamente um trabalho de forma preventiva, com o objetivo de detectar as dificuldades na aprendizagem, antes que os processos se instalem, bem como na avaliação e na elaboração do diagnóstico, realizando um trabalho conjunto com a família e toda a equipe multidisciplinar frente às ocorrências derivadas das dificuldades no processo de aprendizagem. Entretanto, a esse profissional também cabe o trabalho de intervenção individual junto à criança com deficiência específica. A prática psicopedagógica deve respeitar a individualidade de cada sujeito, levando em consideração os aspectos relevantes na vida desse aluno, pois tentar sanar o sintoma sem compreender suas causas não surte o efeito desejado (PONTES, 2010).

A Psicopedagogia tem uma função importante neste processo inclusivista, dando apoio à família que chega com sua criança e que necessita ajudá-la em seu desenvolvimento, apoiando os educadores em seu exercício educacional direcionando o melhor e mais seguro caminho para se alcançar o objetivo que é a aprendizagem. Tendo em vista que cada criança aprende em seu tempo e dentro das suas limitações, mas a prática educacional deve ser prazerosa o suficiente para despertar o interesse pelo desafio de aprender. Para que essa dinâmica aconteça, é indispensável costumes éticos, compromisso com a aprendizagem, com a formação e ressignificação do conhecimento alcançado, cuidado e criatividade, e especialmente perceber que cada sujeito é único, singular, que tem seu momento e sua maneira de aprender, e que, sendo assim precisa ser amparado e respeitado em sua individualidade. Pois de acordo com Neves:

> [...] a Psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades internas e externas da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais, procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos. (1991, p.12)

Durante o processo inclusivo acomoda uma válida relação do ensino-aprendizagem. Qualquer uma relação integrante e dependente, que se atravessa contornar mente a cada momento, a cada movimento, a cada descoberta, a cada novo modo de ensinar e de aprender, e o psicopedagogo é membro chave no deslace dessa expedição. Segundo BOSSA (1994, *apud* SANTOS, 2011):

> [...] cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto

> teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria "ensinagem".

Sendo assim, se faz necessário apoiar-se, não em estruturas fixas, inerte, mas muito, além disto, é preciso erguer novas bases, novas maneiras de ensinar, e construir gradualmente, todos os dias. Então, só a começar dessa edificação que não carece ser pessoal, mas coletivo e contínuo, que a inclusão ocorrerá verdadeiramente na prática. Não precisando nos preocupar com o que falarão, mas com as decorrências e com a luta pela cidadania.

AS VÁRIAS FORMAS DE INCLUIR

A inclusão é um mecanismo que envolve elementos de ações para combater a exclusão aos melhoramentos da vida em sociedade, importunada muitas vezes por grupos cheios de preconceitos, tanto raciais como as pessoas com deficiência. Então esta inclusão tem o intuito de oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços. Assim como ressalta Ramos (2006)

> "[...] a inclusão em termos gerais, constitui uma ação ampla que propõe uma educação com qualidade social para todos".

Essa inserção deste termo já nos remete ao tácito da ideia da exclusão, até mesmo porque este fato nos leva a indagarmos sobre: se existe a inclusão é por que alguém já foi de alguma maneira excluída um dia? A inclusão está atrelada a dialética de inclusão/exclusão, tal qual foi conquistada através de uma minoria em busca da defesa dos seus direitos. Falar sobre inclusão ou o processo inclusivo, subentende-se por aquele em que todos são considerados e atendidos de forma significativa. A partir desta perspectiva, vale ressaltar algumas formas de inclusão em meio à comunidade familiar, escolar e em sala de aula.

NA FAMÍLIA

Alguns, no início acabam tendo depressão, não aceitam a criança, as rejeitam etc. Porém como afirma Aranha (2004), tudo isso pode ser transformado, se a família contar com um suporte terapêutico, onde devem ser trabalhados os sentimentos de cada segmento familiar e os padrões de relacionamento entre eles, ou seja, tem mesmo é que arregaçar as mangas, erguer a cabeça, aceitar e procurar toda a ajuda possível, fazendo o que for necessário e estiver ao seu alcance para facilitar a vida deste indivíduo. O apoio é indispensável para que a criança possa se desenvolver por completo.

No nascimento de uma criança cria-se sempre uma expectativa a respeito da mesma e quando essa perspectiva não é respondida da forma em que os pais imaginam então daí dar-se início ao desespero, onde muitas das vezes esses pais ficam sem rumo, sem saber como agir, todos os seus planos vão por água abaixo, e terminam culpando um o outro por terem um filho com deficiência.

Pontuando a relevância que a Educação Infantil trás para a criança a família deve-se se pautar na busca pela autonomia do indivíduo, e com isso ir à procura de escolas que acreditem e apoie a inclusão como sendo um processo que se amplia de acordo com as suas possibilidades. Acreditar no potencial de suas crianças, sendo vigilantes e parceiros desse processo junto à escola (COSTA, 2009).

Ajudando na construção do desenvolvimento cognitivo de seu filho (a). Pois muita das vezes o excesso de cuidado pode atrapalhar ao invés de ajudar e com isso impedindo o crescimento pedagógico do infante, como também interfere na formação da personalidade do mesmo. Estabelecer relação de afeto é indispensável para a formação da personalidade. O afeto nos leva a sensibilidade. A família deve ser sensível às ações das pessoas com necessidades específicas. É através dela que se estabelece vínculo. O vínculo proporciona o desejo, à vontade, e é nessa vontade que os pais devem se segurar para romper barreiras e lidar com as frustrações (COSTA, 2009, p. 46).

Essas noções são de extrema acuidade para a formação cidadã do sujeito. Pois não é o fato de a pessoa possuir uma limitação que deverá ser tratado eternamente como um dependente. Muitos pais pecam justamente nesse ponto, nunca imaginam que seus filhos crescem e passam por todas (ou quase todas) delícias e frustrações da infância, adolescência, juventude, vida adulta.

Depois de todo o processo de aceitação e que a família, por sua vez, começa a tratar aquele sujeito como o "coitadinho, bichinho" não entende e assim a criança vai crescendo até chegar na idade de iniciar a sua vida acadêmica e é aí onde está o X da questão pode-se dizer, pois por temerem a inclusão muitas das vezes essas crianças acabam perdendo a etapa da Educação Infantil por conta dessa superproteção de seus pais, onde a mesma é de suma importância para o desenvolvimento de seus filhos, como ressalta Drago (2011):

> A escola, para a grande parte das crianças brasileiras, é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados socialmente, ou seja, é o lugar que pode lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar cidadãos, alguém com identidade social e cultural (p. 19).

Por outro lado, a escola não só pode como deve incentivar a família nesse papel, pois, é sempre bom ter a família como aliada do processo educativo. Fitando assim esta parceria desde a cobrança pela inclusão de fato, a que é de direito do sujeito, até a duração do educando na instituição, ressaltando que esta permanência do aprendente obtenha sucesso. Para que se consiga construir uma sociedade inclusiva se faz necessário antes de tudo, que aconteça toda uma transformação no pensamento das pessoas e na estrutura da sociedade, porém isso exige certo tempo, mas o que verdadeiramente irá nortear e desencadear essas mudanças nos indivíduos é em um primeiríssimo lugar a legítima

aceitação das pessoas com deficiência, e essa aceitação deve iniciar-se pela própria família. Pois, de acordo com Dessen e Silva (2001, p. 136):

> "[...] a família constitui o primeiro universo de relações sociais da criança, podendo proporcionar-lhe um ambiente de crescimento e desenvolvimento, as quais requerem atenção e cuidados específicos".

Com isso, é notável a relevância de uma família unida, participativa, que realmente deseje o sucesso familiar, principalmente nos casos de crianças com deficiência. Como se faz de extrema importância que os pais tratem os filhos (as) de modo mais normal possível, deixando-o (a) que cresça naturalmente, que amadureça, crie responsabilidade, tenha noção dos direitos e deveres, do que é consentido ou proibido.

NA ESCOLA

A escola por sua vez necessita de rescindir seus pilares em busca de tentativas que perpassem o ambiente escolar. Tendo como principal foco a atualização de profissionais, investindo na formação continuada de seus profissionais, pois assim irá permitir a estes sujeitos a oportunidade reflexão em grupo, só após isto a escola realmente está pronta para incluir realmente e seria o pontapé inicial para um novo recomeço.

> "Não é cabível reformular a escola sem refletir sobre o seu papel e a postura dos seus profissionais de forma contínua. Os professores estão gritando por isso, quando afirmam não se sentirem preparados para realizar a inclusão" (COSTA, 2009).

Portanto, é de extrema relevância que haja uma grande reflexão no planejamento perante todos os procedimentos realizados na escola, como no espaço para a
realização de atividades, a área de ocupação, os materiais e instrumentos utilizados, a disposição da mobília, e assim por diante observando os aspectos que são fundamentais para uma melhor utilização, ou seja, fornecer ao indivíduo os meios para participar inteiramente, de acordo com suas capacidades naturais, em sua vida social.

A ressignificação da escola deve manter o seu eixo voltado para as possibilidades, gerar momentos de intermédio do conhecimento, oferecendo ocasiões de experimentação. Ver a criança com deficiência e entender que as perspectivas de avanços e sucessos que não depende exclusivamente só deles, mas muito mais dos ditos "normais". A incansável busca pela autonomia social é tão importante quanto à busca pelo avanço do processo cognitivo.

Portanto, é necessário criar um ambiente de aprendizagem bem-sucedido, contextualizado, que objetive o progresso das crianças; isso desafia a criatividade dos educandos e dos educadores. As experiências devem ser compartilhadas, e é na cooperação que se constrói a história dos indivíduos (PIRES, 2008). E no processo de inclusão, as interações com outras pessoas são favoráveis a todos os envolvidos, e a abstenção de tais atrapalha a consolidação deste processo.

NA SALA DE AULA

Nas escolas inclusivas, nenhum aluno sai da classe para receber ajuda, ela recebe-se no interior da classe, ou seja, a inclusão é muito mais além de só receber o educando na escola regular e integrá-lo em sala de aula com os colegas. É, portanto, acompanhar o desenvolvimento deste indivíduo e certificar-se de que este estudante está absorvendo o conteúdo e que a escola está colaborando para o seu crescimento, não somente na aprendizagem, mas também o ensinando para a vida (SANCHES, 2005, p. 127).

> [...] nas salas de aula integradas, todas as crianças enriquecem-se por terem a oportunidade de aprender uma com as outras, desenvolvem-se para cuidar uma das outras e conquistam as atitudes, as habilidades e os valores necessários para nossas comunidades apoiarem a inclusão de todos os cidadãos (STAINBACK e STAINBACK, 1999, p.22).

Desta forma, a inclusão tem que ser percebida como uma responsabilidade de todos que formam a comunidade escolar. E é neste momento que se faz necessário repensar a prática dos profissionais de educação, para que de fato esta inserção aconteça na realidade, pois é importante que o educador seja apoiador e orientador, em seu cotidiano escolar, de modo que possa ser capaz de refletir de forma crítica e constante sobre a sua prática, tendo como base recursos metodológicos, teóricos e assim reinventar a sua prática constantemente. Sempre levando em cota que esta reflexão não se deve limitar apenas a uma teorização para entender e explicar a prática, mas ser efetivamente crítica, mas procurando sempre ter a capacidade de reformular, recriar e assim modelar essa teoria de acordo com a realidade vivenciada em classe.

Até mesmo por que a criança com deficiência mantém o seu maior contato em sala de aula com o educador, então é de fundamental importância que este professor deverá desenvolver uma filosofia de responsabilidade, investigando-o sempre para ver a extensão do interesse do indivíduo para com a educação e aprendizagem, ou seja, desenvolver um olhar mais aguçado com a criança para que assim consiga identificar seu interesse mediante a aprendizagem. É o professor quem irá passar um bom tempo com os seus alunos em sala de aula, então é de competência dele perceber a necessidade de cada um, desenvolvendo uma noção proporcional de igualdade e de oportunidades para seus educandos, independentemente de qualquer razão (ALVES, 2012).

A esse respeito Costa (2009) concorda com Alves (2012), ao afirmar que: A participação efetiva do professor na busca de uma escola inclusiva é decisiva. Não cabe mais ao professor ser um transmissor de informações; sua postura deve considerar no aprendente a capacidade de resolver problemas e inventar produtos de estima social.

> [...] A ação de aprender a aprender necessita ser permanente nessa postura de professor inclusivo. Esse perfil requer a

> introspecção do professor como sendo aquele que consegue transformar comportamento, tendo seus saberes como prática eficiente da mediação da aprendizagem subjetiva e significativa (COSTA, 2009, p. 35-36).

Respeitar o aprendente é outro apoio que deve estar deliberado no perfil do educador. Esse respeito exprime dar início ao trabalho a partir da questão em que se localiza o ser aprendente, proporcionar meios para que o educando tenha a capacidade de desenvolver ações, é compreender que a educação é uma relação que evolui, que modifica comportamentos e que se busca autonomia social.

> "O perfil do professo inclusivo requer um perfil de pesquisador, de investigador, de busca de conhecimento, de formador de opinião. Professor com este perfil será marco da educação" (COSTA, 2009, p. 37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva necessitará ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo educando, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas habilidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim beneficiar e realmente concretizar o processo de inclusão nesta modalidade de ensino. Deste modo, pode-se perceber que as mudanças são essenciais para que a inclusão aconteça e que exige esforço de todos, de toda a comunidade, principalmente dos docentes e da equipe pedagógica. Portanto, para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas.

A partir deste ponto, reconhecemos como a Psicopedagogia se faz necessário para que aconteça o processo de inclusão na realidade escolar, pois o psicopedagogo pode orientar os docentes sobre o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada educando, respeitando a singularidade de cada indivíduo, pois cada um tem o seu modo de aprender e sue ritmo próprio.

É importante para o processo inclusivo ter um psicopedagogo para que venha assessorar o professor da Educação Infantil na resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os seus estudantes, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações.

Quanto às responsabilidades da escola e da família para com o processo de inclusão escolar é um movimento de mão dupla. Pois, nenhuma dessas instâncias deve ser isentada da sua responsabilidade perante o indivíduo que não consegue aprender como as demais crianças com desenvolvimento típico, as crianças ditas "normais". Esperamos com esse

estudo ter trazido contribuições à área da Educação Inclusiva desde a Educação Infantil e Psicopedagogia. Apesar das limitações impostas pelos entraves normais em qualquer estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. INCLUSÃO: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro: WAK Ed., 2012.

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização.In: MAZINI, E. J.Educação especial: temas atuais. Marília: UNESP: Marília - Publicações, 2000, p. 1-9.

BARROS, K. R. S; OLIVEIRA, S. S.Desafios e dificuldades na formação do professor diante de alunos com deficiência inseridos em salas regulares. In: SEMANA DA EDUCAÇÃO PEDAGOGIA 50 ANOS: DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS À UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, n. 14, 2012, Londrina. Anais... Londrina, 2012.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgado dia 5 de agosto de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 168 p. (Série Legislação Brasileira)

_____, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Recuperado em 11 de junho de (2001).

_____, Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 2004. Brasília, DF: O Instituto, 2004.

_____, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN, nº 9.394. Brasília: Câmera Federal, 1996.

_____, Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. v. 1, 2 e 3, Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____, Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Infantil – DPE/SEB Esplanada dos Ministérios. Revista Criança: do professor de Educação Infantil. Brasília: MEC, 2007.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____, Conselho Nacional de Saúde. Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

_____.DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

_____. PNE - Plano Nacional de Educação – 2011/2021.Dispõe sobre o a educação Brasileira no decênio 2011 a 2021. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRUNO, M. M. G. Educação Infantil: saberes da inclusão. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Especial, 2006.

CAIADO, E. C. A importância da parceria família e escola. Disponível em: <http://educador.brasilescola.com/sugestoes-pais-professores/a-importancia-parceria-familia-escola.htm>. Acesso em: 27 de jul. 2014.

CAMPÃO, D. dos S.; CECCONELLO, A. M. A contribuição da Educação Física no desenvolvimento psicomotor na Educação Infantil. Buenos Aires: Revista Digital, ed. 13, n. 123, 2008.

CANDAU, V. M. F. (org.) Reinventar a escola. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARDOZO, A. S. M. S. A Atuação do Psicopedagogo na Escola Inclusiva. Niterói – Rio de Janeiro, 2011. 49p. Monografia (Especialização em Psicopedagogia).

CHAVES,S. Inclusão para todos. Disponível em: <http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/37/inclusao-para-todos-308482-1.asp>. Acesso: 25 de jul. 2014.

COSTA, V. de F. da.Inclusão, sem risco de excluir. Olinda, PE: Babecco, 2009.

CRAIDY, C. M.;KAERCHER, Gládis E. P. da S (org.). Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

DRAGO, R. Inclusão na Educação Infantil. Rio de Janeiro: ed. Wark, 2011.

FRANCO, M. L. P. B. Análise de conteúdo. Brasília: ed. Liber, 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Ed. Atlas SA, 2002.

GOES, A.C.M. de. Educação Inclusiva de Alunos com Deficiência: Direito à diversidade. Disponível em: <file:///C:/Users/ALAN/Documents/2281-5182-1-PB.pdf>. Acesso: 22 de jul. 2014.

GONÇALVEZ, L. S. Psicopedagogia: Formação, Identidade Atuação Profissional. Campinas, SP, 2007. 68p. Monografia (Especialização em Psicopedagogia).

GUIMARÃES, C. Sobre a intervenção psicopedagógica clínica e a inclusão. In: LAMOGLIA, A. (org.) Como ensinar na ausência de pressupostos sobre como aprender?Rio de Janeiro: Unirio, 2009. P.194 – 208.

HEIDRICH, G. Educação Infantil no Brasil: cem anos de espera. Disponível em: < http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/educacao-infantil-no-brasil/educacao-infantil-brasil-cem-anos-espera-540838.shtml>. Acesso: 29 de jul. 2014.

KUHLMANN JR, M. Histórias da educação infantil brasileira. São Paulo: n.14, 2000.

VYGOTSKY, L. S. Fundamentos da Defectologia – Obras Completas – tomo cinco. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente – o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 6ª ed., 1998.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AS VANTAGENS NA ADOÇÃO DO SISTEMA DE INVENTÁRIO ROTATIVO, PARA O AUMENTO DA ACURACIDADE, EM ALMOXARIFADOS E DEPÓSITOS DE PRODUTOS ACABADOS

Pereira, Fabio de Oliveira [2]

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo identificar, com base na literatura disponível, os principais efeitos da adoção do sistema de inventário rotativo para o aumento da acuracidade em almoxarifados e depósitos de produtos acabados, procurando demonstrar também através de apontamentos bibliográficos as principais causas da falta de acuracidade dos estoques. Poderemos ver no decorrer do artigo como se dá o cálculo de acuracidade, seus índices desejados, alguns antecedentes históricos no estudo da gestão da contagem de estoques além do exemplo de implementação do inventário rotativo e seus benefícios estratégicos e diferenças da utilização do inventário geral periódico para a contagem cíclica (inventário rotativo).

PALAVRAS-CHAVE: Inventário Rotativo. Acuracidade. Vantagens competitiva. Estoque. Contagem cíclica.

INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado objetiva tecer considerações breves, trazendo assim ao debate a temática da adoção do sistema de inventário rotativo (ou inventário cíclico), para o aumento da acuracidade em almoxarifados e depósitos de produtos acabados, contribuindo assim para o campo teórico da logística dentro do processo de logística organizacional integrada no macro tema armazenagem.

De maneira nenhuma este artigo pretende exaurir o assunto aqui colocado, uma vez que a matéria em questão e vasta em seu conteúdo, tendo única e exclusivamente a ideia de demonstrar os vários benefícios que podem ser obtidos com a contagem cíclica, eliminando desta forma, a necessidade da realização do inventário físico periódico, como afirma Neves (2008, p.73).

Para delimitar o fluxo de pensamento teórico deste trabalho, e proposto responder as questões abaixo colocadas que nortearam assim este artigo:

- O que é inventário cíclico ou rotativo?;

[2] Fabio de Oliveira Pereira e coordenador Segurança e Análise de Risco da Transegur Vigilância e Segurança. Bacharel em Direito pela UNESA com especialização em Segurança Público e Privada pela Universidade Luterana do Brasil. Cursa especialização em Logística pelo Instituto Souza - fabio.opereira1@hotmail.com

- Quais as diferenças entre um inventário físico rotativo e um inventário físico geral periódico; e
- Quais as vantagens estratégicas competitivas para adoção do sistema rotativo.

Também para fins de delimitação de ideias neste artigo, quando falarmos em estoque a partir deste momento, tenhamos em mente somente os estoques de produtos acabados uma vez que a classificação dos estoques segundo Martins & Campos Alt. (2000, p.136) e ampla, podendo se divide em: Estoques de matérias-primas; Estoques de produtos em processos; Estoques de produtos acabados; Estoques em trânsito; Estoques em Consignação.

Neste sentido, e reafirmado que o objetivo deste artigo é propor melhorias para acuracidade nos estoques de almoxarifados e depósitos de produtos acabados por meio do uso do inventário rotativo. Para tanto, na busca da resolução das proposições acima já citadas, aplicou-se como metodologia cientifica para obtenção dos dados, a pesquisa biográfica, a partir da leitura de autores como (NEVES, 2018), (BERTAGLIA, 2009), (DROHOMERETSK 2009), (MARTINS & CAMPOS Alt, 2000), (RINEHART 1960), entre outros autores, sendo o desenvolvimento feito em bloco único.

DESENVOLVIMENTO

Em um mundo globalizado e capitalista, onde a disputa por mercado entre as empresas tornasse a cada dia mais acirrada, a diminuição de custos e a geração de valor mostram-se elementos fundamentais para a obtenção de sucesso nos negócios, e tal conjunto de ações não se dá somente de fora para dentro, através das vendas e negociações, mas também através da administração eficaz e eficiente dos estoques, materiais utilizados tanto na produção de itens ou venda, como também os utilizados nas atividades meios de organização e gestão das empresas. Como tal, temos a administração da acuracidade dos estoques através dos inventários físicos e lançamentos contábeis, que quando bem utilizadas são ferramentas estratégicas para redução de custos através da melhoria na utilização do estoque.

Dentro das novas organizações, buscar a redução de custo e melhorias nos níveis de qualidade e serviço logístico tornam-se essencial para manter a competitividade e a sobrevivência empresarial. Atrelado a redução de custos logísticos, um dos pontos mais estratégicos a ser analisado está a acuracidade dos estoques, que significa a relação entre a quantidade física e a quantidade existente nos registros de controle (BERTAGLIA, 2009). Para Waller (2006) apud Drohomeretsk (2009, p.29) aplicando o conceito da acuracidade no estoque verificasse que quanto mais precisas forem as informações dos estoques, mais seguras serão as decisões de seu gerenciamento.

Apesar da grande importância da acuracidade dos estoques para o planejamento estratégico, e constatado que ainda existem empresas que não dão a devida importância a questão, não investindo em maneiras eficazes de se garantir a paridade entre sistemas e a quantidade de produtos físicos, deixando de ser competitivas no mercado, e trazendo transtornos como vender aquilo que não se tem em estoque para pronta entrega, ou tendo de fazer entrega de pedidos parciais por mal planejamento e gestão dos materiais vendidos.

Para NEVES (2008), "a implantação bem-sucedida do programa de contagens cíclicas poderá resultar em um aumento na acuracidade dos estoques que varia de 5% a 10% em curto prazo." Essa melhoria pode ser uma oportunidade para o ajuste dos estoques sem que haja comprometimento do nível de atendimento de serviço podendo haver a longo prazo uma assertiva nas contagens de itens que beira os 100%.

O artigo publicado na OPERATIONS RESEARCH em 1960 por Robert F. Rinehart, intitulado "Effects and Causes of Discrepancies in Supply Operations" (em tradução livre na língua portuguesa, "Efeitos e causas de discrepâncias em operações de fornecimento") pode ser considerado um dos primeiros trabalhos sobre o tema acuracidade de estoque. Neste trabalho o autor apresenta uma pesquisa onde analisa as causas e efeitos das divergências de estoque em uma agência do governo federal americano.

Outros autores que podem ser considerados como pioneiros no estudo da acuracidade são Iglehart e Morley (1972), os quais realizaram em conjunto uma ampla pesquisa junto ao depósito naval americano de Rhode Island, onde analisaram o impacto da acuracidade no nível de estoque gerado pela insegurança da informação.

No conceito de acurácia dado por Sheldon (2004), apud Drohomeretsk (2009) temos que:

"...acuracidade de estoque pode ser definida como a mensuração de materiais encontrada fisicamente pela quantidade registrada no sistema de informação..."

Como já falado anteriormente, acurácia ou acuracidade de estoque é a relação entre a quantidade física e a aquela existente nos registros de controle. Esses registros podem ser em sistemas integrados tipo (ERP – Enterprise Resources Planning), ou em um simples controle de fichas como aponta Bertaglia (2009).

Aguilar & Loos (2017. P.34) lecionam que o fundamento para a obtenção de um nível adequado de acuracidade de estoque está principalmente na qualidade dos seus registros, os quais devem ser precisos, pois a inutilidade no registro dos materiais pode causar, atraso nas entregas e perda de vendas. Para evitar tal mal, o Índice de Acuracidade de Estoque (IAE) pode ser obtido pela relação entre os saldos de estoque

apresentados no sistema de informação e os saldos de estoque de materiais encontrados fisicamente, conforme apresentado na equação:

IAE = (Sf / Ss)*100
Aonde:
IAE = Índice de Acuracidade de Estoque
Sf = Saldos físicos
Ss = Saldos do sistema

Segundo Arnold (1999), a imprecisão dos registros de estoque gera uma série de efeitos indesejáveis para as organizações, dentre eles são destacados: a) Baixa produtividade; b) Baixo nível de serviço; c) Expedição excessiva: envios emergenciais com frequência; d) Excesso de estoque; e) Falta de material e programas com frequentes alterações; f) Perda de vendas.
Ainda sobre os efeitos da baixa acuracidade de estoque Shain (2004) ressalta a ineficiência na operação, como perda dos produtos no armazém, possibilitando a obsolescência do mesmo; custos adicionais relacionados ao estoque e com outros custos com impactos indiretos como uma possível interferência na qualidade da previsão de demanda; além de efeitos intangíveis, como a perda de crédito junto aos clientes gerada pelo atraso na entrega ou falta de itens em virtude da informação incorreta do estoque. O autor nos apresenta como principais causas da inacuracidade de estoque o roubo, obsolescência de materiais, danos aos produtos por movimentação inadequada, registros incorretos de entrada e saída dos materiais, localização incorreta dos materiais, falta de procedimentos claros para a movimentação e alteração do endereçamento dos materiais. O autor ainda afirma, com base em pesquisas realizadas em varejistas e na indústria alimentícia americana nos anos de 2001 e 2002, que 0,25% dos itens são expedidos incorretamente, 1,50% dos itens são roubados no armazém e 0,20% dos itens são recebidos incorretamente.
As literaturas especializadas, nos mostra que podem ser diversas as causas reais da inacuracidade de estoque, as quais envolvem questões relacionadas desde processos e mão de obra até a falta de investimento e tecnologia. Se faz necessário que cada empresa identifique quais são as principais causas, e as que ocorrem com maior frequência, e priorizar planos de ação para que sejam corrigidos. Com isso, uma das formas de tratar os fatos geradores da falta de acurácia de estoque é a realização da contagem mediante ao inventário de materiais.
Convergindo com o que foi apresentado acima, diversas são as razões para a obtenção de um nível elevado de acurácia dentro dos estoques. O índice médio de acuracidade apresentado pelos autores e consultores especializados no assunto, tem como número de precisão o índice de no mínimo 95% de assertividade nos dados do estoque segundo Corrêa et al.

(2011) e Piasecki (2003), valendo lembrar que o índice citado e uma média, uma vez que pode mudar conforme o segmento de mercado a ser aplicado. Complementando esses autores temos Collins et. al. (2001) apresentando que, em uma pesquisa de benchmarking as empresas com acuracidade acima de 99,9% são consideradas com desempenho de classe mundial.

Rinehart (1960), em sua pesquisa apresenta ações para a redução das divergências de estoque e aumento na acuracidade, entre as quais destaca-se a criação de um procedimento de inventário.

Mas afinal, o que seria esse procedimento de inventário?

O inventário refere-se a contagem de materiais de um grupo de itens ou de todos os itens que constam em estoque para confrontar com o saldo contábil. Ele tem dois objetivos específicos sendo a posição de estoque de momento para ser levado ao balanço da empresa e uma auditoria da situação do estoque e procedimentos desenvolvidos no armazém (CASTIGLIONI, 2009). Após realizar este confronto, é possível identificar a existência de diferenças, que, se identificadas, deverão ser apuradas. Causas dessas diferenças, como roubo de mercadorias e erro de contabilização devem ser abolidas, esse processo apresenta uma grande influência no resultado final das operações que envolvem estoque. Processos bem claros e operacionalizáveis aliados com uma equipe de pessoas qualificadas para executar as atividades, auxiliam significativamente na melhoria da acuracidade de estoque (REGANS et al., 2005 apud DEHORATIUS e RAMAN, 2008).

Os objetivos básicos do inventário segundo Leal Costa (2002) são:

- Realizar auditoria sobre serviços desenvolvidos pela área de estoques;
- Levantamento real da situação dos estoques, para compor o balancete da empresa;
- Identificar e eliminar itens sem movimentação;
- Identifica e eliminar materiais com defeito e/ ou danificados;
- Sugerir opções de melhoria dos métodos de controle dos estoques;
- Identificar e corrigir erros na movimentação de materiais.

Podemos classificar os inventários quanto a alguns critérios, tais como: princípios gerais, finalidade, extensão ou amplitude, periodicidade, aspecto legal, objeto material da contagem. Essas classificações são explicadas segundo Vertes (1977):

PRINCÍPIOS GERAIS DOS INVENTÁRIOS:

- Instantaneidade: o levantamento deve referir-se a um determinado instante, dia e hora do seu início e término, para todo o patrimônio a que se refere;

- Tempestividade: o levantamento deve ser realizado na data mais próxima possível do evento (motivo) o qual se refere e no menor tempo possível, para evitar manobras, distorções de fatos ou situações;
- Integridade: o levantamento deve envolver todos os elementos que são objetos do inventário a que se refere;
- Especificação: o inventário deve especificar cada elemento patrimonial e agrupá-lo de acordo com sua função em grupos homogêneos que efetivamente os represente;
- Homogeneidade: os elementos patrimoniais devem ser apresentados sob medidas uniformes (litros, metros, quilos) e, principalmente, uma única medida de valor (moeda nacional).
- Uniformidade: esse princípio pretende que se mantenham os mesmos critérios, normas e estrutura, para a elaboração de todos os inventários, com a finalidade de assegurar a possibilidade de comparações entre inventários sucessivos.

QUANTO À FINALIDADE, ELES PODEM SER:

- Inventário de exercício ou de gestão – elaborado por ocasião do encerramento do exercício, apuração do resultado e elaboração dos balanços.
- Inventário de constituição ou instalação – para revelar a realidade patrimonial de instalação da entidade, ou para iniciar sua escrituração contábil.
- Inventário de liquidação – para proceder ao encerramento das atividades e à liquidação patrimonial da entidade.
- Inventário de fusão, transferência, cessão, transformação ou consignação – para revelar a situação patrimonial em caso de negociação total ou parcial da entidade, nos casos citados.

QUANTO À EXTENSÃO OU AMPLITUDE, ELES PODEM SER:

- Inventário geral ou total – quando levanta todos os componentes patrimoniais da entidade, objeto do inventário;
- Inventário parcial ou rotativo ou cíclico – quando levanta apenas parte dos componentes patrimoniais da entidade, objeto do inventário.
- Inventário por amostragem – é usado em procedimentos de auditoria, valendo-se de uma abordagem estatística. Apenas alguns itens que representem uma boa amostra do conjunto de itens da empresa e, pelo resultado da amostragem, se atesta se os métodos de controle estão sendo bem executados.

QUANTO À PERIODICIDADE, ELES PODEM SER:

- Inventários ordinários – quando são levantados periodicamente na entidade, em datas pré-fixadas e em períodos regulares, como por exemplo: os inventários de exercícios;
- Inventários extraordinários – inventários elaborados esporadicamente e fora de datas normais na entidade.

Segundo Francischini (2004), "os inventários normalmente são mal executados porque, com muita frequência, a administração subestima a sua importância, sua dificuldade, seu custo e, em consequência, sua execução é mal preparada". Com isto, podem ocorrer falhas que acabam gerando uma diferença entre o resultado físico e o resultado contábil e os erros que deveriam ser corrigidos se acentuam mais e mais a cada inventário mal feito.

Também em relação a classificação dos Inventários, múltiplas são as opções de classificação, contudo iremos para efeito de estudo e análise, sintetizar em dois tipos fundamentais segundo a classificação adaptada de Gasnier (2002) que será subdividida em inventário GERAL (Periódico) e inventário ROTATIVO.

Inventário Geral Periódico Inventário Rotativo

● Esforço concentrado (pico de custo);
● gera impacto na atividade da empresa (almoxarifado de portas fechadas);
● produtividade da mão de obra decrescente (ocorrem erros durante o processo);
● almoxarifes têm que "reaprender" todo ano;
● as causas das divergências não são identificadas;
● acuracidade não melhora. ● Almoxarifes tornam-se especialistas no processo e no ajuste;
● causas são identificadas rapidamente (feedback imediato eleva qualidade);
● são tomadas ações preventivas;
● os erros são reduzidos;
● sem grandes esforços, os custos são distribuídos;
● ocorre constante incremento da produtividade (todos participam);
● é possível a continuidade operacional do atendimento (portas abertas);
● continuo aprimoramento da acuracidade.

Fonte: Adaptado de GASNIER, D.G (2002).

Vertes (1977) explica que, "Entre os instrumentos usados pela Contabilidade, o Inventário Geral é o mais importante, porque através dele podemos apurar o resultado de um exercício, dispensando qualquer auxílio dos Livros de Escrituração. Esse resultado assim apurado, será mais exato, correto e certo possível".

A prática do inventário geral gera um relatório que é utilizado a fim de conhecer o patrimônio de uma organização, nele se levanta os bens, direitos e obrigações que integram um determinado patrimônio, numa determinada data, obedecidos certos princípios e convenções que normalizam sua execução, independentemente da escrituração contábil.

Vertes (1977) ainda leciona que o inventário geral, no tocante a apuração do resultado do exercício é capaz de substituir o trabalho dos contadores,

isto é, tornar desnecessária toda a contabilidade, no que se refere à apuração dos resultados.
Mesmo sendo um instrumento bem completo de controle de apuração contábil este tipo de inventário não produz efeitos imediatos uma vez que, em geral são feitos para suprir uma necessidade fiscal anual que obriga as empresas a inventariar todos os itens armazenados em todos os endereços localizados no centro de distribuição ou armazém, e essas quantidades devem ser confrontadas com o saldo lógico para que se verifique a acuracidade do inventário.
Outro fator que se torna um transtorno logístico, e que para a realização de um inventário geral periódico completo, literalmente fecham-se as portas da empresa durante um final de semana ou até períodos de tempos maiores. Além do ônus de perder dias de atendimento a clientes, destacam-se o desgaste físico da equipe de contagem, o custo de horas extras e adicional noturno, bem como a falta de qualidade nas contagens do último dia, decorrente da pressa para finalização e/ou do cansaço, tornando esse procedimento custoso e cansativo, podendo não ser tão eficiente.
Para Sucupira e Pedreira (2008), as principais desvantagens do inventário geral são:

- Muitos itens para contar em pouco tempo.
- Difícil coordenação dependendo do número de itens e dos volumes.
- Dificuldade para realizar novas contagens, em caso de divergências.
- Falta de credibilidade nos estoques ao longo do ano.
- Não orientado para as causas das divergências e sim para ajustes.
- Empresa com operações paralisadas ou prejudicadas para realizar o inventário, envolvendo altos custos.
- Processo de interesse contábil e não das operações envolvidas nas atividades fim da empresa.
- Desenvolvimento de um péssimo comportamento do pessoal envolvido, de que qualquer problema "o inventário depois acerta..."

Diante das dificuldades e ineficiência no ajuste de erros colocadas pelo inventário geral periódico Sucupira e Pedreira (2008) nos apresenta o sistema de contagem cíclica ou inventário rotativo que é uma contagem física que acontece de maneira contínua, com uma frequência pré-determinada e geralmente é feita uma contagem diária. Conforme Dias (2006), o inventário rotativo distribui as contagens em intervalos (ou ciclos) regulares ao longo do ano ou exercício, com maior frequência, porém numa quantidade menor de itens por vez. Logo com menor duração unitária de operação.
O Inventário Rotativo pode ser denominado de várias formas – cycle counting, ciclo de contagem (contagem cíclica) ou ainda inventário cíclico.

Em geral, nas publicações internacionais Sucupira e Pedreira (2008) nos aponta o uso do termo contagem cíclica (CC).
Tal instrumento foi criado para servir de acompanhamento e refinamento do inventário geral periódico que deve ser realizado uma vez por ano. No inventário rotativo são emitidas listagens para contagem, sendo possível o responsável emitir uma listagem com saldos, e outra sem saldos que será utilizada para contagem, e posterior comparação com a listagem que contém os saldos.
E interessante saber que a contagem cíclica (CC) não bloqueia os sistemas de registros de entrada, saída e movimentações de materiais, portanto deve-se ter muito cuidado e atenção na contagem e no ajuste dos saldos, sugerindo -se que sejam emitidas listagens com poucos itens, para que a contagem seja rápida, e se um material for separado no processo de contagem, seja colocado alguma sinalização física que indicando que daquele lugar foi retirada determinada quantidade de material, para que esta quantidade seja contada. Devemos ter em mente que sua finalidade e detectar e corrigir diferenças, reduzir e eliminar possíveis perdas, e é realizado em um número reduzido de itens sendo assim uma importante ferramenta para obter uma alta acuracidade dos estoques, sendo realizadas constantemente contagens físicas programadas, com seus critérios e ciclos definidos em função da classificação ABC ou PQR, contribuindo também, para identificação imediata e correções de eventuais falhas no processo operacional.
O inventário rotativo é uma das técnicas de contagem mais eficazes para eliminar a fonte do erro de informação do estoque e aumentar a frequência de auditorias dos materiais, os quais essas auditorias são realizadas com frequência determinada a seleção amostral dos itens minimizando inconsistências dos registros dos inventários nos almoxarifados e armazéns. Como já citado esta atividade deve acontecer, levando-se em consideração a relevância financeira e a criticidade do material para o processo, o que pode ser obtido através das classificações ABC ou PQR, sendo que os materiais de maior relevância terão uma periodicidade maior de contagem no ano e os itens de menor importância terão uma periodicidade menor, lembrando que quanto maior a frequência das contagens maior será a acuracidade de estoque.
Segundo Lopes; Souza e Moraes (2006); o inventário rotativo pode ser dividido em:

"Automático, é realizado toda vez que ocorrer qualquer um dos eventos parametrizado nos sistemas WMS – warehouse management system ou sistema de gerenciamento do armazém, tais como: requisição de material atendida parcialmente, requisição de material não atendida, material crítico requisitado ou recebido e transferências de localização. Ou programado, que é quando se define um período para realizar o inventário

para cada família material. Este intervalo entre as contagens pode ser mensal, bimestral, trimestral ou anual. Deve-se definir, também, a amostragem que será contada (100%, 80%). E pode ser ainda, a pedido quando houver uma solicitação da área de gestão de estoque e/ou controladoria.” (LOPES; Souza e MORAES. 2006)

De acordo com Tersine (1994), os principais objetivos dos inventários rotativos são:

- Identificar as causas dos erros;
- Corrigir as condições que causam os erros;
- Manter um alto nível de acuracidade dos estoques;
- Possibilitar a visualização correta dos ativos em estoque.

Outras vantagens estratégicas que podem ser apontadas através da utilização da contagem cíclica são:

- O inventário precisa de menos esforço;
- Como não é necessário contar todo o estoque, apenas uma seção ou repartição, os resultados são obtidos de forma rápida;
- O inventário rotativo custa menos para a empresa, já que é feito de maneira rotineira;
- Ao aplicar este sistema, é possível ter uma precisão maior do estoque, já que os erros são removidos mais rapidamente do que são introduzidos;
- Ajuda a tomar medidas preventivas e correções mais rápidas, buscando ajuda e parceria com fornecedores;
- A equipe torna-se mais especializada para a realização de inventários;
- Senso de responsabilidade nas pessoas de que os estoques devem permanecer sempre corretos;
- Monitoração contínua dos índices de acuracidade através de gráficos que permitam identificar desvios nos processos de controle de estoque;
- Realização das contagens em pleno funcionamento das operações.

Entre os casos de sucesso na implantação do inventário cíclico temos o estudo de caso descrito por Fernandes e Pires (2005) em uma empresa fabricante de autopeças, que fornece componentes para as principais montadoras de veículos, tendo aproximadamente 800 (oitocentos) itens finais, que foram identificados a partir de um inventário periódico no final do ano fiscal, onde o estoque de produtos acabados estava com uma acurácia de 62% gerando consequências como problemas nas atividades de produção, controle do chão de fábrica e compras, interrupção na produção do cliente, impactos nas vendas dos clientes, com a possibilidade de descontinuidade de fornecimento e parada de linhas, onde esse custo muitas vezes e repassado para a empresa, de forma direta (notas de débitos) ou indiretas (deméritos dos clientes), que prejudicavam o ganho de novos pedidos, além do desgaste da imagem da

empresa e conflito interno entre as função de marketing, produção e planejamento de fábrica.
No caso relatado pelos autores, para solucionar o problema, foi proposto pela empresa a montagem de um grupo de trabalho a fim de analisar as principais causas das divergências de estoque e a implementação da contagem cíclica em suas unidades de armazenagem. Após 16 semanas de trabalho, o índice de acuracidade de estoque atingiu 96%, superando o objetivo inicial do projeto que era de 95% de precisão do estoque de produto acabado.
O estudo da utilização do (CC) para melhoria na acuracidade dos estoques tem sido tema a cada dia mais recorrente entre os acadêmicos e pela literatura especializada da área havendo assim vários estudos feitos através de simulações computacionais para modelar sistemas de inventário através de controles estatístico do processo (CEP) para tratar as divergências de inventário identificadas ao longo da (CC).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização da revisão literária foi possível concluir que a adoção do sistema de inventário rotativo aumenta a eficácia e eficiência da acuracidade nas contagens dos materiais em estoque, além de ampliar a assertividade nas apurações contábeis, fazendo com que a gestão de estoque se torne um aliado estratégico na redução de custos logísticos de armazenamento. Foi possível também apurar que as empresas que adotam tal sistema de contagem reduzem problemas interdepartamentais como conflitos entre planejamento e compras, marketing e vendas. Também fico comprovado que a acurácia de estoques tem uma grande importância e pode influenciar outras atividades além das atividades de planejamento e gestão de materiais, diferentemente de como algumas organizações visualizam o assunto.
Ficou evidente que o estoque e sua acurácia devem ser visto pelas organizações como fator estratégico para a tomada de decisões em níveis gerenciais uma vez que o mesmo impacta em todas as áreas da empresa e até mesmo na própria imagem da mesma perante ao cientes, com efeitos positivos para toda a organização, na medida em que colhe melhores resultados destas atividades em poder fazer os planejamentos de curto, médio e longo prazo com maior confiabilidade; já que a informação inicial do estoque estará correta.
Dentro da ótica da abordagem logística aplicada a segurança patrimonial, e percebido que a partir da adoção de tal técnica de contagem constante, a pratica inibi o furto, problema mais que comum em unidades fabris, e varejistas, uma vez que as atualizações numéricas do estoque estão sempre sendo revistas. Observa-se ainda, que muitas empresas não utilizam tal prática gerencia apenas por falta de conhecimento da mesma, cometendo assim erros rotineiros e deixando de ser competitivas perante o mercado a cada dia mais voraz.

E importante salientar, que o assunto em questão orbita dentro da especialização logística em vários campos do conhecimento, sendo fundamental na área de "Gestão Financeira e Orçamentária, uma vez que custos e perdas são dimensionados com mais eficácia, "Gestão da Qualidade" no que tange o bom aproveitamento do estoque e compras e "Gestão Estratégica e Planejamento", tendo em vista que para a execução de implantação e ação do processo de contagem rotativa devesse ter um bom planejamento prévio feito de forma estratégica pela equipe decisória gestora dos materiais a serem contados.

REFERÊNCIAS:

AGUILAR, Carlos Reinaldo Villa. LOOS, Mauricio Johnny. Proposta de implantação de inventário rotativo em um centro de distribuição de um grande atacarejo. Revista Espacios (Caracas) - ISSN: 0798-1015 - vol. 38, nº 27, 2017. P.34. Disponível em http://www.revistaespacios.com/a17v38n27/17382735.html Acesso em: 12 abr. 2019.

ARNOLD, J.R.T. Administração de materiais: uma introdução. São Paulo: Atlas,1999

BERTAGLIA, Paulo R. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. 2 ed. São Paulo, Atlas, 2009.

CASTIGLIONI, José A. M. Logística Operacional. 2 ed. São Paulo, Érica, 2009.

CORRÊA, H. I; GIANESI, I. G. N.; CAON, M. Planejamento, Programação e Controle da Produção: MRPII/ERP. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

COLLINS, T. et al. Benchmarking for Best Practice in Inventory Integrity. Department of Industrial Engineering. University of Arkansas. 2001. Disponível em https://pdfs.semanticscholar.org/5902/9d8f1e40b76533a17555cdfc97bd7ee94eb3.pdf. Acesso em: 03 abr. 2019.

DEHORATIUS, N. & RAMAN, A. Inventory record inaccuracy: An Empirical Analysis. Management Science, v. 54, n. 4, p. 627–641, 2008.
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais. 5ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DROHOMERETSK, Everton. Um estudo do impacto das formas de controle de inventário na acuracidade de estoque. 2009. 157f. Dissertação de Pós-

Graduação Stricto Senso em Engenharia de Produção e Sistemas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, (Gerência de Produção e Logística). Disponível em: http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo= 1583 Acesso em: 15 abr. 2019.

FERNANDES, A. F; PIRES, R. S. I. Impactos da falta de acurácia de estoques e proposições para melhorias: estudo de caso em uma empresa fabricante de autopeças. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 12., 2005, Bauru, Anais…Bauru/UNESP, 2005.

FRANCISCHINI, P. G. GURGEL, F. A. Administração de materiais e do patrimônio – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

GASNIER, D.G. A dinâmica dos estoques: guia prático para planejamento, gestão de materiais e logística. São Paulo: IMAM, 2002.

LOPES, Alexandre S; SOUZA, Alexandre R; MORAES, Márcio L. Gestão Estratégica de
Materiais um Enfoque Prático. 1ed. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 2006.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2000.

NEVES, Marcos Antônio Oliveira. Inventário Rotativo – Importante ferramenta para obter alta acuracidade em estoques. Revista Mundo Logística, n. 09 Ano II. p. 72-76, 2008.

PIASECKI, D. J. Inventory Accuracy: People, Processes, & Technology. Kenosha: Ops Publishing, 2003.

RINEHART, Robert F.. Effects and Causes of Discrepancies in Supply Operations. Operations Research. v. 8, n. 4, p.543-564, ago. 1960. Institute for Operations Research and the Management Sciences.

SHAIN. E. A qualitative and quantitative analysis of the impact of Auto ID technology on the performance of supply chains. 2004. 224 f.. Tese (Doutorado em Engenharia Industrial) - École Centrale des Arts et Manafactures, École Centrale Paris.

SUCUPIRA, Cezar; PEDREIRA, Cristina. Inventários físicos: a importância da acuracidade dos estoques. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

http://ideagri.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=121 Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

TERSINE, R. Principles of inventory and materials management, 4. ed. New Jersey: Englewwod Cliffs – Prentice Hall, 1994.

DESBUROCRATIZAÇAO E SIMPLIFICACAO: A CONTRIBUIÇÃO DA LEI 13.726, NO PROCESSO DE INOVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pascoal, Josiane Cristina de Almeida

RESUMO

A Administração Pública tem passado por diversas modificações nos últimos anos, com vistas a atender a demanda da sociedade por um atendimento mais célere, simplificado e com menos burocracia. Essa demanda apesar de sempre ouvida no final do processo, ou seja, pelos servidores que atuam diretamente com o público, necessitava de regulamentação, visto que os servidores públicos devem observância ao princípio da legalidade (dentre outros Princípios Constitucionais). É nesse contexto de busca por eficiência que surge como importante ferramenta a lei nº 13.726, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação. O objetivo deste trabalho é verificar como a referida lei contribuiu no processo de inovação da Administração Pública e quais os impactos desta lei na rotina de servidores e usuários do serviço público. A partir de pesquisas bibliográficas e da leitura e interpretação da lei nº 13.726, verificou-se a importância da existência de um dispositivo legal, para a busca por ideias inovadoras dentro da Administração Pública. A referida Lei relaciona-se com o princípio da legalidade, ao prever a simplificação de diversas rotinas e propor um reconhecimento aos servidores que contribuírem na busca por ideias para os problemas cotidianos. Com este artigo, espera-se que servidores pertencentes às diversas esferas da Administração Pública, sintam-se motivados a buscar soluções inovadoras para os problemas diários e que essas soluções possam ser compartilhadas, criando-se assim uma rede de ideias inovadoras no setor público.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação. Administração Pública. Ideias.

INTRODUÇÃO

É notório que nos últimos anos a tecnologia tem ocupado cada vez mais espaço no mundo contemporâneo.

Nesse cenário de avanço tecnológico, é preciso que as empresas busquem nas novas tecnologias, ferramentas que possam facilitar o diálogo com seu público alvo, como forma de melhoria no serviço prestado.

Na Administração Pública, isso não é diferente, pois de igual maneira, busca-se prestar o melhor serviço ao seu público e da maneira mais eficiente. Conforme Oliveira (2017), "a administração pública nada mais é que o conjunto de instituições (órgãos e agentes) que exercem a chamada função pública em prol do interesse da coletividade. O principal objeto da administração pública é sempre atender o interesse público, ou seja, todo

e qualquer ato expedido no exercício da função administrativa deve sempre atender as necessidades dos cidadãos, uma vez que o interesse público é superior ao interesse privado".

> As demandas da população têm aumentado em número e diversidade, o que exige da gestão pública investimentos no desenvolvimento de novas soluções, que possam atender ao público de forma mais ágil, objetiva e com economia. Uma equação que pode ser complicada, mas necessária. Não se pode, no entanto, continuar agindo como 10, 20 anos atrás. É verdade que já vemos uma série de iniciativas para tornar o setor público mais célere e menos amarrado, mas ainda há muito a se fazer. (DINIZ, 2018, P.01)

Buscando atender o público de forma eficiente e menos burocrática, surge como importante ferramenta a lei nº13.726, de 8 de outubro de 2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

A escolha do tema deste artigo, refere-se à necessidade de uma ampla discussão sobre a contribuição da Lei n°13.726 no processo de inovação da Administração Pública.

Este estudo será realizado através de pesquisa bibliográfica e análise de legislação, periódicos, e demais materiais bibliográficos sobre o tema.

O artigo está organizado em duas seções, às quais se segue a conclusão. Na primeira delas discorreremos sobre a Lei 13.726 e seus benefícios para os usuários dos serviços públicos e também para os servidores da administração pública. Em seguida, abordaremos o conceito de inovação no setor público, seus tipos e os fatores que a motivam.

DESENVOLVIMENTO

Conforme observado por Madureira (2005), o número populacional aumentou consideravelmente. Isto representa mais necessidades e, naturalmente, mais atendimentos públicos. O servidor público, por sua vez, representa de forma dúplice, o próprio dever da Administração Pública, como o próprio direito do cidadão em ter sua necessidade atendida com qualidade e eficácia. Nota-se, neste aspecto, uma prioridade na preparação do servidor público para atender a nova demanda. Os recursos humanos devem ser valorizados e alimentados com instrumentos próprios para alavancar esta realidade de priorização.

Nesta mesma direção e com o intuito de colaborar para a melhora no atendimento ao cidadão, em outubro de 2018, entrou em vigor a lei nº13.726, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Esta lei aponta como importante ferramenta no processo de desburocratização do atendimento público.

> A percepção dos usuários sobre o serviço de atendimento se caracteriza por queixas relacionadas com a demora, a burocracia na entrega dos documentos solicitados e a inadequabilidade do

> serviço de comunicação. Infelizmente, não se pode saber, na ocasião em que o serviço é produzido, se sua qualidade é alta ou baixa. Por algum tempo, talvez, não se conheçam os resultados, e a responsabilidade pelos resultados pode então ser bem mais difícil de se determinar. A qualidade é entrelaçada em serviços com o que é produzida, e a maneira como o público interno e externo os utiliza é tão importante, que literalmente não sabemos o que foi criado, até conhecermos a qualidade dos resultados finais. E eles, frequentemente, dependem de fatores externos. (PEDROSO, 1998).

Conforme Ferraz (2019), "o objetivo da lei é diminuir entraves desnecessários nas relações que os cidadãos e as empresas mantêm com o poder público em todos os níveis".

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Com o advento desta lei, já é possível observar que os usuários do serviço público serão beneficiados no que tange a apresentação de documentos, em sua relação com o Estado, dispensando autenticações desnecessárias e documentos que já estão em poder da Administração Pública.

Conforme artigo 1º, da lei nº13.726:

> Esta Lei racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou **exigências desnecessárias ou superpostas**, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude, e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação. (grifo nosso)

Em seu artigo 3º a lei regulamenta que, na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de algumas formalidades, conforme tabela a seguir:

Tabela 1: Formalidades dispensadas conforme lei n°13.726

I - reconhecimento de firma: devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;
II - autenticação de cópia de documento: cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;
III - juntada de documento pessoal do usuário: que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo;
IV - apresentação de certidão de nascimento: que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público;

V - apresentação de título de eleitor: exceto para votar ou para registrar candidatura;
VI - apresentação de autorização com firma reconhecida: para viagem de menor se os pais estiverem presentes no embarque.

FONTE: Elaborada pelos autores com base na Lei 13.726, 2019.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Outro importante avanço tanto para os usuários quanto para os servidores públicos, é com relação aos meios de comunicação:

> Art. 6º Ressalvados os casos que impliquem imposição de deveres, ônus, sanções ou restrições ao exercício de direitos e atividades, a comunicação entre o Poder Público e o cidadão poderá ser feita por qualquer meio, inclusive comunicação verbal, direta ou telefônica, e correio eletrônico, devendo a circunstância ser registrada quando necessário.

Nos dias atuais, onde as informações transitam pelos meios de comunicação, praticamente em tempo real, poder utilizar-se de meios de comunicação, que antes eram denominados informais, é de suma importância para a agilidade no atendimento das diversas demandas da população.

Muito mais do que agilidade e eficiência, a lei da desburocratização aponta como uma importante ferramenta para que o servidor execute seu trabalho e tenha liberdade para aderir as novas tendências e tecnologias no atendimento ao público, com respaldo legal, aja vista que segundo Meirelles (2005), "enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza".

SELO DE DESBUROCRATIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO

A criação do Selo de Desburocratização e Simplificação, destinado a reconhecer e a estimular projetos, programas e práticas que simplifiquem o funcionamento da administração pública e melhorem o atendimento aos usuários dos serviços públicos, aponta como ferramenta de incentivo e reconhecimento ao desenvolvimento de novas ideias.

Conforme artigo 7º, parágrafo único, o Selo será concedido na forma de regulamento por comissão formada por representantes da Administração Pública e da sociedade civil, observados os seguintes critérios:

Tabela 2: Critérios para obtenção do Selo de Desburocratização

I - a racionalização de processos e procedimentos administrativos;
II - a eliminação de formalidades desnecessárias ou desproporcionais para as finalidades almejadas;
III - os ganhos sociais oriundos da medida de desburocratização;
IV - a redução do tempo de espera no atendimento dos serviços públicos;
V - a adoção de soluções tecnológicas ou organizacionais que possam

ser replicadas em outras esferas da administração pública.

FONTE: Elaborada pelos autores com base na Lei 13.726, 2019.

Ainda de acordo com a lei, a participação do servidor no desenvolvimento e na execução de projetos e programas que resultem na desburocratização do serviço público será registrada em seus assentamentos funcionais, os órgãos ou entidades estatais que receberem o Selo de Desburocratização e Simplificação serão inscritos em Cadastro Nacional de Desburocratização.

Também serão premiados, anualmente, 2 (dois) órgãos ou entidades, em cada unidade federativa, selecionados com base nos critérios estabelecidos por esta Lei.

INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Segundo Vilvert (2017), no setor público, é possível dizer que o conceito de "inovar" está intimamente ligado a realizar mudanças e envolver pessoas para colaborar, a fim de promover uma melhoria na prestação de serviços para os cidadãos.

> A inovação não necessariamente precisa existir no setor público como uma grande mudança isolada, desafiadora e impossível de alcançar. Mas sim como um conjunto de pequenas novas práticas instituídas a fim de vencer velhos problemas, acompanhando mudanças sociais, e melhorando a qualidade do serviço prestado. (VILVERT, 2017, P.01)

Para a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) (2005:55), "inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas".

> Inovação é resultado de um esforço coletivo que envolve uma mudança nas crenças, valores e atitudes de uma equipe de trabalho, e da organização como um todo. Porém, esse esforço só surte efeito quando encontra um contexto democrático, livre e motivador, que permita o uso de novas tecnologias com o comprometimento e participação das pessoas envolvidas (COUTINHO, 2000, P.52)

Rua (1999) aponta que, a inovação pode ser bastante simples ou extrema, trazendo desde pequenas modificações de procedimento até uma forma inteiramente nova de trabalho, geralmente relacionada ao avanço da tecnologia. Além disso, as inovações podem ser cumulativas, levando a um processo de melhoria contínua. Finalmente, a inovação atinge diferentes áreas e resultados. Ela pode afetar processos de trabalho, produtos específicos ou o modo como a organização é gerenciada, alcançando maior ou menor sucesso. Na administração pública, o conceito de inovação também assume uma definição bastante ampla, e o seu maior obstáculo, frequentemente, encontra-se no desestímulo à criatividade.

De acordo com Borges (2018), quando se trata de gestão pública, a inovação enfatiza a formação de valores para a sociedade, seja no atendimento ao cidadão, na gerência da informação, na evolução de processos ou em qualquer outra dimensão da organização. Sua maior contribuição é tornar possível a evolução do estado para atender às demandas da sociedade e da economia cada vez mais instável, visto que a inovação permite a otimização dos recursos disponíveis, por meio de formas inovadoras de gestão e organização, promovendo benefícios à sociedade.

A inovação na Administração Pública, requer o interesse dos envolvidos, para que alcance o sucesso, pois quem melhor para propor soluções para os problemas cotidianos do que os servidores diretamente envolvidos no processo?

É de suma importância o envolvimento de todos os servidores que atuam no ambiente, para que as mudanças inovadoras sejam, planejadas, implementadas, avaliadas e modificadas.

TIPOS DE INOVAÇÃO

São quatro os tipos de inovação identificados pela OCDE:

1) Inovação de produto: é a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos.

2) Inovação de processo: é a implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou softwares.

3) Inovação de marketing: é a implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no seu posicionamento, em sua promoção ou na fixação de preços.

4) Inovação organizacional: é a implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas.

FATORES QUE MOTIVAM A INOVAÇÃO

Conforme Oliveira Apud Girard (2010), e com base em uma pesquisa desenvolvida por Rubbo e Pinheiro (2002), destaca no quadro 1, a seguir, os fatores que motivam as inovações nas organizações:

Quadro 1 – Fatores que motivam a inovação na organização

Fatores	Descrição
Competição pelo poder	a própria forma como se organiza a competição pelo poder, ou seja, as disputas de interesse, o controle das informações, o processo de avaliação de desempenho e a consistência entre o discurso e a prática.
Colaboração	a participação pela interação e colaboração entre as equipes através de reuniões para a solução conjunta de problemas e para a troca de experiências e conhecimentos.
Ambiente	a existência de um ambiente alegre e descontraído, tendo em vista que um ambiente de trabalho onde existe a confiança e o bom humor facilita o processo de comunicação e a cooperação entre as pessoas, principalmente quanto a novas idéias.
Tempo	o tempo para ideias é entendido como o tempo para pensar sobre as atividades que devem ser realizadas, refletir sobre o melhor modo de realizá-las e discutir novas ideias e soluções para os problemas.
Desafio	a percepção do desafio no trabalho com a necessidade de buscar sempre novos conhecimentos, motivando as pessoas a resolverem os problemas de forma criativa.
Segurança	a segurança para apresentar as ideias e assumir riscos
Liberdade	a liberdade de discutir e questionar as orientações recebidas permite explorar novas alternativas para a realização do trabalho.
Valorização	a valorização do trabalho e o reconhecimento adequado.
Novidade	a busca de novas experiências, pois a rejeição ao pragmatismo, a propensão a aceitar e testar novas ideias e soluções e rejeitar a tendência ao comportamento resistente influencia diretamente a proposição de novas ideias.

Fonte: Oliveira Apud Girard (2010)

Segundo Isaken, Lauer, Ekvall e Britz (2001), conforme citado por Girard (2010), são diversos os fatores que promovem a inovação nas organizações:

1) Dar liberdade para tentar novas maneiras de realizar as tarefas; permitir e encorajar o indivíduo a obter sucesso em uma área e por via que esteja ao seu alcance; encorajar abordagens divergentes dando recursos e espaço suficientes, mais do que exercendo controle e impondo limitações.

2) Promover o valor das diferenças individuais, estilos e pontos de vista, permitindo atividade, tarefas e outros meios de ser diferente para muitos indivíduos.

3) Estabelecer uma atmosfera aberta e segura apoiando e reforçando ideias e respostas invulgares quando comprometidas com o desenvolvimento do pensamento criativo/ exploratório e com o pensamento crítico / "desenvolvimental".

4) Promover a sensação de controle individual sobre o que é feito e sobre a melhor maneira de fazer as coisas, encorajando os indivíduos a fazerem

escolhas e a envolverem-se no estabelecimento de objetivos e processos de tomadas de decisão.
5) Apoiar a aprendizagem e a aplicação de técnicas específicas de resolução criativa de problemas no espaço de trabalho e na realização de tarefas próprias.
6) Dar tempo adequado ao cumprimento de tarefas, estabelecer prazos realistas para a sua execução.
7) Estabelecer um ambiente não punitivo, comunicando que se tem confiança nas pessoas com quem se trabalha. Reduzir a preocupação com o insucesso usando os erros de forma positiva, de maneira a que os indivíduos se apercebam deles, estabeleçam padrões aceitáveis e permitam um feedback afirmativo.
8) Reconhecer alguns potenciais desconhecidos e invulgares. Desafiar os indivíduos a resolverem problemas e trabalharem em novas tarefas de diferentes maneiras. Fazer perguntas estimulantes.
9) Respeitar as necessidades dos indivíduos de trabalharem sozinhos ou em grupo. Encorajar projetos de iniciativa pessoal.
10) Tolerar a complexidade e a desordem, pelo menos durante um certo período de tempo. Mesmo a melhor organização e o melhor planejamento requerem definição de objetivos e um certo grau de flexibilidade.
11) Criar um clima de respeito e aceitação mútua entre os indivíduos para que eles possam partilhar, desenvolver e aprender em equipe. Encorajar o sentimento de confiança interpessoal e de trabalho de equipe.
12) Encorajar relações interpessoais de grande qualidade e estar consciente da importância de fatores como: espírito de cooperação, confrontação aberta, resolução de conflitos e encorajamento de expressão de ideias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificado, a lei n°13726, surgiu para atender a anseios da população, que buscava por um atendimento em órgão públicos com menos burocracia e mais agilidade no retorno de suas demandas. Como partes importantes desta lei estão a quebra de exigência de autenticação de diversos documentos e a possibilidade de utilização de meios de comunicação variados do administrador público com seus usuários. Além de trazer benefícios para os cidadãos, essa lei também trouxe respaldo para que os servidores da administração pública se utilizem de meios mais eficazes para atender ao público, minimizando a necessidade de deslocamento para acompanhar solicitações, já que essas atualizações podem ser feitas via e-mail ou telefone (mais rapidez e agilidade), ou outros aplicativos, ressalvados os casos que impliquem imposição de deveres, ônus, sanções ou restrições ao exercício de direitos e atividades.
Também foi instituído através da referida lei o selo da desburocratização e simplificação, que visa reconhecer e a estimular projetos, programas e práticas que simplifiquem o funcionamento da administração pública e melhorem o atendimento aos usuários dos serviços públicos, com certeza uma ideia motivadora para que boas ideias não fiquem restritas a apenas um órgão público, mas sejam compartilhadas para melhoria geral.

Na Administração Pública, inovar, não é algo praticado rotineiramente, mas conforme os dados, existem tipos de inovação e fatores que motivam a busca por ideias inovadoras.
É de suma importância que os gestores públicos estejam atentos e alinhados com suas equipes, para que a busca por soluções de problemas rotineiros, seja feita com a colaboração de todos os envolvidos.
Hoje, muito mais do que ontem, os órgãos públicos estão atentos as mudanças que ocorrem nos mercados e apesar de não seguirem as mesmas diretrizes da empresas privadas, estão visualizando possibilidades aplicáveis ao setor público com vistas a alcançar a melhoria continua dos serviços prestados, sem esquecer porém, sua vinculação aos princípios expressos em nossa Carta Magna: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BORGES, Davi de Souza. **Excelência e inovação na administração pública gerencial.** Revista científica multidisciplinar núcleo do conhecimento. Ano 03, ed. 10, vol. 02, pp. 05-12 Outubro de 2018. Issn: 2448-0959

BRASIL. Lei nº13.726, de 8 de outubro de 2018. **Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13726.htm>. Acesso em 10 mai. 2019

COUTINHO, Marcelo James Vasconcelos. **Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual**. Revista do Serviço Público, 2000. Disponível em: < https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/331/337>. Acesso em 15 jul. 2019.

DINIZ, Janguiê. **Inovação no setor público para diminuir os entraves da burocracia, 2018.** Disponível em: <http://www.unama.br/noticias/inovacao-no-setor-publico-para-diminuir-os-entraves-da-burocracia>. Acesso em 19 mai. 2019.

FERRAZ, Luciano. **A lei da desburocratização e o desafio de transformar carnívoro em vegano, 2019.** Disponível em: < https://www.conjur.com.br/2019-jan-03/interesse-publico-lei-desburocratizacao-transformar-carnivoro-vegano>. Acesso em 07 jun. 2019.

GIRARDI, Sandra, 2010. **Inovação na Administração Pública Municipal: Estudo de casos em municípios do estado de Santa Catarina.**
Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24015/Dissertacao%20Sandra%20Girardi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 25 set. 2019.

MADUREIRA, C. **A formação contínua no novo contexto da administração pública*:* possibilidades e limitações.** Petrópolis: Vozes, 2005*.*

OCDE. Manual de Oslo. **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação.** 3. ed. Brasília: Finep, 2005

OLIVEIRA, José Pedro Fernandes Guerra de. **O Princípio da Eficiência da Administração Pública, 2017.** Disponível em: < https://jus.com.br/artigos/59777/o-principio-da-eficiencia-da-administracao-publica>. Acesso em 19 mai. 2019

PEDROSO, D. M. W. **Qualidade em serviços*.*** São Paulo: Atlas, 1998.

RUA, Maria das Graças. (1999), "Administração Pública Gerencial e Ambiente de Inovação: o que há de novo na Administração Pública Federal Brasileira", in PETRUCCI , Vera; Schwarz, Letícia (orgs), **Administração Pública Gerencial: a Reforma de 1995**. Brasília: Editora da UnB; ENAP

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE ECONÔMICA FACE AO DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

Alves, Luciana Calixto[3]

RESUMO
O presente estudo visa demonstrar a compatibilização entre o desenvolvimento de uma atividade econômica e a garantia ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, preservando-o para às presentes e futuras gerações. Isso porque como cediço, o desenvolvimento de uma sociedade está ligado à extração dos recursos naturais para o desenvolvimento de atividades econômicas. No entanto, a atividade deverá preservar o meio ambiente como efetivação ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, fundamentando-se em princípios balizadores, como o do desenvolvimento sustentável e o do poluidor-pagador. A metodologia utilizada é o método dedutivo, na modalidade de pesquisa descritiva, constitucional e legislação correlata. Após as considerações pertinentes, o trabalho analisará duas decisões dos Tribunais pátrios, apontando a coexistência de ambos os institutos estudados e a ingerência do Judiciário, na hipótese de ofensa a esse direito constitucional alcançando-se como resultado esperado que se a atividade econômica ferir o meio ambiente ecologicamente equilibrado ela terá que ser adequada.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento econômico. Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Ambiental.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste artigo é tecer considerações acerca do desenvolvimento de atividades econômicas face ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para preservação das presentes e futuras gerações, traduzindo-se no chamado desenvolvimento sustentável.

Como cediço, o desenvolvimento de uma sociedade está intimamente ligado à extração dos recursos da natureza, denominado de capital natural. No entanto, seu uso desmedido é capaz de provocar a degradação do meio ambiente em crescimento exponencial e, muitas das vezes, de forma irreversível. A crença na infinitude da natureza e na tecnologia moderna, que ostenta a pretensão de dissipar qualquer problema, respaldou e incentivou uma economia linear, com direcionalidade contínua, progressiva e que se move pra frente, trazendo

[3] Pós-graduada em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário de Rio Preto; Pós-graduada em Direito Ambiental pela Faculdade Internacional Signorelli; graduada em Direito pelo Centro Universitário de Rio Preto. Analista do Ministério Público de Minas Gerais.

implicitamente, a noção de uma vida futura melhor, mais avançada e próspera (NEGÓCIO e CASTILHO, 2008, p.49-50).

Com isso, acreditou-se que a ciência poderia desvendar e resolver todos os problemas humanos e ambientais. No entanto, o desenvolvimento envolve melhoria e a diferenciação contínua dos recursos existentes e de sua complexidade, em que os processos químicos, biológicos e físicos se estruturam e constituem fonte e matéria-prima para a manutenção de outros processos, que formam em seu todo, a própria vida.

Compatibilizar meio ambiente e desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais nos lindes de um processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando as suas inter-relações particulares a cada contexto sociocultural, político, econômico e ecológico. Significa dizer que a política ambiental não deve se apresentar como obstáculo ao desenvolvimento, mas sim, em um dos seus instrumentos, propiciando a gestão racional dos recursos naturais, os quais constituem a sua base material.

Assim, a Política Nacional do Meio Ambiente estabelece como uma de suas diretrizes a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico[4].

Por política Ambiental devemos entender todos os movimentos articulados pelo poder público com vistas a estabelecer os mecanismos capazes de promover a utilização de recursos ambientais de forma a mais eficiente possível, considerando como elementos primordiais a capacidade de suporte do meio ambiente, a conservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis, de modo que está inserida no contexto do desenvolvimento econômico e social, sendo indissociável deles (ANTUNES, 2017, p. 93).

Diante disso, o presente trabalho analisará, sucintamente, os aspectos do desenvolvimento de atividade econômica fundamentada na efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, no primeiro enfoque e, no segundo, casos práticos, decididos pelos tribunais pátrios, reafirmando a preservação desse direito, sob pena de adequação da atividade.

A importância do tema se justifica na medida em que esse processo de coexistência deve ser harmônico, porque dele depende a manutenção da vida, de modo que a exploração dos recursos naturais seja condizente com a sua preservação para às presentes e futuras gerações.

O material utilizado para coleta de dados compõe-se da literatura jurídica da área ambiental, constitucional e legislação correlata. Sua análise é feita pelo método dedutivo, na modalidade de pesquisa descritiva.

O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E PRESERVAÇÃO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

[4] BRASIL, Lei de 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 02 de março de 2019.

Inicialmente faz-se necessário pontuar que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não se encontra no rol do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, ou seja, dentro de título próprio dos direitos fundamentais. Sob o aspecto material, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado apresenta-se como uma decisão fundante do Estado brasileiro na medida em que carrega consigo a garantia da existência digna e saudável da própria sociedade mediante a qualidade do meio na qual está inserida.[5] Sob o aspecto formal, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é cláusula pétrea.

Nessa senda, interessante colacionar a definição desse direito, contextualizando a sua importância no desenvolvimento econômico:

> "O direito à integridade do meio ambiente – típico direito de terceira geração – constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria coletividade social. Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) – que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais – realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) – que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade." [6].

Paulo Leme Affonso Machado apud Prof. Domenico A. Mirante (2010, p. 129) diz que se *enquadra o direito ao meio ambiente na "problemática dos novos direitos, sobretudo a sua característica de 'direito de maior dimensão', que contém seja uma dimensão subjetiva como coletiva, que tem relação com um conjunto de utilidades".*

Para análise do direito ao meio ambiente tal como estabelecido pela Constituição Federal de 1988[7], faz-se, inicialmente, a sua transcrição contida no artigo 225:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações.

[5] FURLAN, Anderson e FRACALOSI, William. **Direito Ambiental**. 2010. Rio de Janeiro: Forense, p.56.

[6] MS 22.164, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 30-10-1995, Plenário, *DJ* de17-11-1995. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%202004>. Acesso em 03 março de 2019.

[7] Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações.

Da leitura do dispositivo, tem-se que uma vez existente a previsão do direito, nasce a obrigatoriedade de sua preservação, *in casu,* para o Poder Público, que deverá ser entendido como todos os poderes, interdependentes e harmônicos entre si, e a todos nós, como coletividade.

> Uma vez reconhecido o direito fundamental ao meio ambiente, impõe-se o reconhecimento do respectivo dever fundamental ao meio ambiente. Como ensina FERANDA LUIZA FONTOURA DE MEDEIROS, o "dever fundamental de defesa do meio ambiente" pode ser classificado como um dever fundamental de cunho positivo e negativo, uma vez que impõe ao indivíduo um comportamento dual de defesa, ora através de uma ação, ora através de uma abstenção, caracterizando uma dupla função de esse dever fundamental de defesa ambiental. Pode ser classificado, ainda, como um dever fundamental diretamente aplicável, devido à relevância de seu conteúdo para manutenção da vida; é um dever fundamental não autônomo, uma vez que está associado a um direito fundamental; é um dever fundamental de caráter socioeconômico-cultural, em virtude de vincular o homem, principalmente nas suas relações com a coletividade, exprimindo uma concepção jurídico-ética de atuação.

Segundo Guido Fernandes Soares apud Pedro Lenza[8]:

> a consciência da necessidade de proteção do meio ambiente decorre (a) dos problemas advindos com o crescimento caótico das atividades industriais; (b) do consumismo desenfreado em âmbito local e mundial; (c) de uma filosofia imediatista pelo desenvolvimento a qualquer preço; (d) da inexistência de uma preocupação inicial com as repercussões causadas ao meio ambiente pela atividade econômica; (e) da assunção de que os recursos naturais seriam infinitos, inesgotáveis e recicláveis por mecanismos automáticos incorporados à natureza (meados do século XIX) – Revolução Industrial.

Na definição trazida pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. O meio ambiente natural compreende a flora, a fauna, água, solo, subsolo, os elementos da biosfera e os recursos minerais.

Segundo Guilherme José Purvin de Figueiredo apud Anderson Furlan e William Fracalossi (2010, p. 27), no meio ambiente natural *"se concentra o fenômeno da homeostase, consistente no equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o meio em que vivem"*.

Como se sabe, o desenvolvimento da sociedade capitalista traz melhorias de vida, aumenta o consumo e por consequência, deteriora o meio ambiente. De um lado o desenvolvimento eficiente e de outro o comprometimento dos recursos naturais existentes, da fauna e da flora.

Certo é que a proteção ao meio ambiente não afasta e nem impede a efetivação do desenvolvimento da atividade econômica.

[8] Pedro Lenza. **Direito Constitucional Esquematizado**. Saraiva: São Paulo, 2012, p. 1.199.

O que ocorre é o estabelecimento de normas-princípios que deverão ser observadas num desenvolvimento sustentável, tais como os princípios do direito ambiental, a fim de proporcionar o desenvolvimento econômico, com a proteção ao meio ambiente.

Nesse sentido, exsurge o princípio do poluidor-pagador que consiste na imposição ao poluidor da obrigação de recuperar e/ou indenizar o dano causado. Consubstanciado no artigo 4º, VII da Lei 6.938/81[9], o princípio do poluidor pagador leva em conta que os recursos ambientais são escassos, portanto, sua produção e consumo geram reflexos ora resultando sua degradação, ora resultando sua escassez. Além do mais, ao utilizar gratuitamente um recurso ambiental está se gerando um enriquecimento ilícito, pois como o meio ambiente é um bem que pertence a todos, boa parte da comunidade nem utiliza um determinado recurso ou, se utiliza, o faz em menor escala (ROMANO, 2018).

O fundamento do princípio, portanto, é afastar o ônus do custo econômico de toda a coletividade e repassá-lo ao particular que, de alguma forma, retira proveito do dano e das implicações que o meio ambiente sofrerá com o seu empreendimento[10].

Nas palavras de Kloepfer (Umweltrecht, München: Beck, 2010, p.12) apud Romano o princípio do poluidor-pagador não representa um puro princípio de atribuição de custos. Ele significa muito mais, em geral que o poluidor fundamentalmente arca com a responsabilidade material e financeira pela proteção ambiental, que ele, através de parcial prevenção ou eliminação ou compensação financeira da degradação ambiental, tem que satisfazer.

O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações[11].

A COMPLETUDE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO EM NOSSOS TRIBUNAIS

[9] Art. 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:
(...)
VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

[10] Trennepohl, Terence Dorneles. **Manual de Direito Ambiental**. 5. ed, São Paulo: Saraiva, 2010, p. 57.

[11] Furlan, Anderson e Fracalossi, William. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 51.

Feitos os apontamentos pertinentes acerca da integração do desenvolvimento econômico e o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, faz-se necessário colacionar decisões proferidas por Tribunais pátrios demonstrando a prevalência desse na atividade econômica.

Nesse sentido, verifica-se o posicionamento adotado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no agravo de Instrumento nº. 0036706-45.2009.4.03.0000 (2009.03.00.036706-1), de relatoria do Desembargador Federal Marcio Moraes, no caso de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual de São Paulo para determinar que os proprietários de casas flutuantes do Rio Paraná, na denominada "Região das Cinco Ilhas", não destinados à navegação, fossem removidos para terra firme, em local adequado. Segundo alegado pelos autores, a instalação desses flutuantes estaria promovendo a intervenção nas áreas de preservação permanente adjacentes, da limpeza irregular do terreno marginal para realização de construções diversas, bem como o depósito indiscriminado de resíduos no solo e no rio [12.]. Assim, proferiu-se decisão nos autos em comento, merecendo destaque o seguinte excerto:

> [...] Da mesma forma, aplica-se o princípio da prevenção no tocante à proibição de instalação de novos flutuantes, o qual prevalece sobre o da reparação integral, que se aplica apenas quando for impossível prevenir o dano ambiental. Ressalto ainda, como bem asseverou o MM. Juízo *a quo* na decisão agravada, que, em que pese a importância do empreendimento para o desenvolvimento econômico da região, não parece razoável sacrificar de tal maneira o meio ambiente, principalmente em se tratando de recursos hídricos, em favor de tais edificações, considerando também que não servem de moradia fixa, mas apenas de áreas de lazer e turismo. (Grifo nosso).

Como se verifica, o ilustre Desembargador, a par de ressaltar a importância do empreendimento para o desenvolvimento econômico, no caso em tela, não seria razoável sacrificar o recurso natural hídrico, especialmente por se tratar de lazer.

Igualmente, perante o Pretório Excelso, no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 627.189, do Estado de São Paulo, interposto pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A contra decisão emanada do E. Tribunal de Justiça paulista, que determinou à concessionária fosse adotado medidas para reduzir a intensidade dos campos eletromagnéticos oriundos das linhas de transmissão por se tratar de agentes cancerígenos e, portanto, em descompasso à proteção do meio ambiente[13].

[12] Revista TRF 3ª Região. Jurisprudência Direito Ambiental. São Paulo. N.º 101, maio e jun./2010, ISSN 1982-1506, p.138.

[13] STF. Recurso Extrordinário RE 627189/SP. Relator Ministro Celso de Mello. Recurso Extraordinário, 08/03/2016. Disponível em < http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE627.189SPVoto>. Acesso em 03 mar. 2019.

> A Atividade Econômica Não Pode Ser Exercida Em Desarmonia Com Os Princípios Destinados A Tornar Efetiva A Proteção Ao Meio Ambiente – A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, entre outros princípios gerais, àquele que privilegia a 'defesa do meio ambiente' (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral. Doutrina. Os instrumentos jurídicos de caráter legal e de natureza constitucional objetivam viabilizar a tutela efetiva do meio ambiente, para que não se alterem as propriedades e os atributos que lhe são inerentes, o que provocaria inaceitável comprometimento da saúde, segurança, cultura, trabalho e bem-estar da população, além de causar graves danos ecológicos ao patrimônio ambiental, considerado este em seu aspecto físico ou natural.

A decisão do Supremo Tribunal Federal foi no sentido de que os campos eletromagnéticos de linhas de energia devem respeitar os padrões da OMS. Isso porque, a se permitir a manutenção do empreendimento tal como instalado, a saúde, segurança, cultura, trabalho e bem-estar da população estariam comprometidos, ao mesmo tempo em que causaria danos importantes ao meio ambiente. Logo, mais um exemplo prático da compatibilização da atividade econômica com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vertente estudo analisou a compatibilização do desenvolvimento econômico com o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Inicialmente, por óbvio, numa abordagem constitucional e, em seguida, destacando que a coexistência harmoniosa decorre da observância de normas-princípio, como o do desenvolvimento sustentável e do poluidor-pagador, que foram abordados de forma sucinta no estudo em tela, de modo que o desenvolvimento econômico seja compatível com a proteção ambiental.

Em seguida, o trabalho contextualizou essa abordagem sob o prisma dos nossos Tribunais, especialmente por duas decisões, uma proferida pelo Tribunal Regional Federal e outra, pelo Supremo Tribunal Federal. Nessa esteira, constatou que se a atividade econômica preterir a proteção ambiental, esta deverá ser adequada, como restou demonstrado nos casos de casas flutuantes no Rio Paraná e no das linhas de transmissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, que deveria adequar os campos eletromagnéticos aos limites fixados pela Organização Mundial de Saúde.

Verificou-se que a proteção ao meio ambiente está sendo preservada, de modo que as atividades econômicas, essenciais, por óbvio ao

desenvolvimento econômico, mantenham os seus parâmetros em conformidade à sadia qualidade de viva.
Assim, pode-se constatar que os pronunciamentos judiciais têm garantido a proteção ao meio ambiente, insurgindo-se veementemente no desenvolvimento de atividades econômicas em descompasso com a proteção e preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 19. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____, Lei de 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 02 de março de 2019.

FURLAN, Anderson e FRACALOSI, William. Direito Ambiental. 2010. Rio de Janeiro: Forense.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. Saraiva: São Paulo, 2012, p. 1.199.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2004.

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 5. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NEGÓCIO, Carla Daniela Leite; CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. Meio Ambiente e Desenvolvimento: Uma interface necessária. BATISTA, R.C, THEODORO, S.H; ZANETI, I. (org.), Direito ambiental e desenvolvimento sustentável, Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2008, p.49-64.

Revista TRF 3ª Região. Jurisprudência Direito Ambiental. São Paulo. n.º 101, maio e jun./2010, ISSN 1982-1506, p.138.

ROMANO, Rogério Tadeu. Anotações da doutrina sobre os princípios do poluidor-pagador e da prevenção. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/68537/anotacoes-da-doutrina-sobre-os-principios-do-poluidor-pagador-e-da-prevencao>Acesso em: 20 de mar. 2019.

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. Manual de Direito Ambiental. 5.ed, São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Fundamentos de Direito Ambiental. 2.ed, Bahia: Podivm, 2007.

GESTÃO PARTICIPATIVA NOS AMBIENTES ESCOLARES E O RESGATE DAS FAMILIAS NO COTIDIANO DA ESCOLA

Batista, Moésia da Cunha[14]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar a importância da relação família e escola no processo de ensino e aprendizagem e entender como a gestão escolar democrática trabalha para alcançar uma interação efetiva com a família. As situações mencionadas serão indicadoras da interação entre a gestão escolar e a família. O estudo seguiu com base nas investigações de Alonso (2007), Serrano (2002), Reis (2010) e outros. A metodologia da pesquisa ocorreu através de uma revisão bibliográfica e observações nas escolas da rede pública municipal da cidade de Russas-CE. Através das observações, observou-se que o trabalho da gestão no que diz respeito a presença da família no ambiente escolar, a cada dia que passa, os pais/responsáveis se afastam mais e mais das escolas, dificultando o desenvolvimento educacional dos filhos. Primeiramente se fizeram necessárias algumas observações na rotina de cada escola, bem como, uma análise ao Projeto Político Pedagógico. Foi feita entrevista com os coordenadores responsáveis pelas turmas de 5º ao 9º ano, pois é onde encontramos uma maior resistência por parte dos pais/responsáveis e também dos filhos para que essa relação aconteça permanentemente. O trabalho sintetiza a função da escola e família e como as comunidades influenciam no ambiente escolar. Entender como a gestão lida com as dificuldades e principalmente o que promove para intensificar a relação família escola nos proporciona uma visão mais ampla do processo de ensino, levando sempre em consideração os fatores internos e externos da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Gestão. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O processo de aprendizagem pode sofrer muitas influências decorrentes dos diversos fatores que o circunda, tendo em vista a sua imensa complexidade. A família, assim como o ambiente escolar, serve de sustentação para assegurar o sucesso escolar de um aluno, proporcionando um crescimento na aprendizagem, bem como uma melhoria no convívio com familiares e colegas. A relação família -escola

[14] Professora da rede pública Municipal de Fortaleza – Ceará, Graduada em Ciências Biológicas - UEMA. Atualmente exerce a função de professora nos anos finais do ensino fundamental na Escola Municipal Maria Helenilce Cavalcante Leite Martins, localizada na cidade de Fortaleza – Ceará. Email: moesiacbatista@gmail.com.

tem que ser contínua e integrada ao processo de ensino, alcançando como objetivo um ensino de qualidade.
A presença da família deve ser fundamental nesta etapa tão importante da vida de uma pessoa, afinal, os estudos bem-sucedidos podem oferecer oportunidades de grande importância para o crescimento profissional de um indivíduo. Lembrando que não queremos inocentar o Estado de suas responsabilidades, afinal, sabemos que as escolas devem apresentar uma estrutura de qualidade para garantir o bem-estar dos alunos e isso com certeza só diz respeito às autoridades vigentes.
Na realidade do cotidiano escolar a relação família-escola não está acontecendo efetivamente, muitas são as barreiras encontradas de ambas as partes. Para tanto, a gestão escolar deve estar devidamente preparada para superar esse tipo de obstáculo, pois muitas são as atividades determinadas para os gestores que têm como obrigações atender tanto os aspectos administrativos quanto pedagógicos, ou seja, a escola deve apresentar uma gestão comprometida e democrática para que todos consigam participar de modo construtivo, trazendo a família para junto da escola, alcançando bons resultados e principalmente alunos de ótima qualidade.
O gestor escolar deve ser o principal responsável pela escola, tendo a visão do todo e articulando as devidas ações para que a instituição ofereça um ensino de qualidade, proporcionar a participação de toda comunidade, para que todos se sintam responsáveis pelo processo de aprendizagem. Trabalhando em conjunto com a escola, os pais podem contribuir bastante para a evolução do processo de ensino. Formando uma parceria de sucesso, a relação família-escola serve para elaboração dos objetivos educacionais, bem como procuram solucionar os problemas pedagógicos que por consequência interferem na aprendizagem dos alunos.
Pois bem, com tantos argumentos para importância dessa parceria devemos pensar quais são os atrativos que a escola tem proporcionado para que isso aconteça efetivamente. A gestão deve apresentar ações coerentes com o que está sendo trabalhando, com os valores culturais da sociedade em que a escola está inserida e principalmente estar de acordo com o projeto político pedagógico da escola.
A escolha do tema é decorrente da grande importância do assunto para o processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração a presença da família na escola. Muito se tem falado sobre esse assunto nos dias de hoje, sabemos que algumas providências podem ser tomadas, mas que por outros motivos são deixados de lado, principalmente quando encontramos gestores que cuidam tanto da parte pedagógica de uma escola, como também da parte administrativa.
Muito chama nossa atenção quando pais simplesmente matriculam seus filhos em uma escola e depositam inteira responsabilidade sobre esta. Diversos problemas aparecem, pois, em muitos dos casos esses alunos sofrem alguns problemas em casa que, com certeza, influenciam na

qualidade da sua aprendizagem, geralmente essas famílias são problemáticas, os pais e filhos não conseguem nem dialogar dentro de casa. Vindo de um tempo em que os pais acompanhavam prontamente nossos estudos, nos intriga saber quais os motivos que levam uma família deixar seu filho à mercê de seus estudos, mesmo sabendo que essa etapa é de grande importância para seu futuro.

GESTÃO ESCOLAR

A gestão escolar representa o "carro chefe" da escola, na qual são delegadas muitas funções e atribuições, que acabam por sobrecarregar os profissionais impossibilitando-os de exercerem sua função da forma ideal. Dessa maneira, atualmente muito se tem discutido sobre o assunto, afinal, alguns gestores, ou até mesmo a maioria se atarefa da parte administrativa e acaba por esquecer-se da parte pedagógica, a qual se destaca como uma importante e complexa área da educação.

Os gestores atuam como articuladores e organizadores das várias dimensões que uma instituição de ensino apresenta, para que as condições físicas, materiais e humanas sejam favoráveis para o desenvolvimento dos processos educacionais.

Nos dias atuais os desafios que enfrentam são maiores, pois devemos lembrar que muitas mudanças estão acontecendo, ocasionando uma melhor preparação e formação para aqueles que compõem a gestão.

Um dos grandes desafios da gestão atualmente é buscar o equilíbrio entre o papel social da escola e as mudanças decorrentes da sociedade. Para tanto a gestão deve estar preparada para saber como trabalhar com essas mudanças e buscar uma adequação necessária para alcançar uma educação de qualidade.

Segue citação:

> Existe hoje grande preocupação com a melhoria da escola, expressa, sobretudo, nos resultados da aprendizagem dos alunos. Para tanto, uma solução frequentemente adotada pelas escolas é a tentativa de "se modernizar", com base na aquisição de recursos técnicos e na adoção de metodologias de ensino consideradas atualizadas. (ALMEIDA; ALONSO, 2007, p. 22)

Com tantas mudanças ocorrendo, os gestores devem ter em mente que é de grande valia a presença da família na escola, buscando assim, oferecer condições para que essa relação família-escola acontece de forma favorável. Sabe-se que os pais estão cada vez mais se distanciando das escolas, daí o grande desafio da gestão atualmente, onde tem que desenvolver ações para resgatar essa parceria de grande influência para os alunos.

A escola deve ser o ambiente em que pais e também toda a sociedade participe desde a construção do Projeto Político Pedagógico como também das atividades desenvolvidas pela escola. Uma gestão democrática se faz com a participação de todos para que possam, em conjunto, estabelecer metas e ultrapassar os desafios e dificuldades que se apresentarem em

meio ao processo de ensino, que como sabemos, é de grande complexidade.

Nesse capítulo iremos tratar sobre o surgimento do coordenador pedagógico e suas atribuições procurando um melhor entendimento sobre o que é de responsabilidade das escolas em relação à educação de seus alunos. Daremos mais ênfase à relação da família com a gestão e como esta desenvolve ações para atrair a família e a sociedade para participar do desenvolvimento estudantil dos filhos, favorecendo assim um melhor acompanhamento e compartilhamento de tarefas e responsabilidades.

Estudos relatam que a escola é o local inicial para a construção da identidade social e ensinar a cidadania aos alunos, procurando a participação de todos. Dessa maneira, cada um estará comprometido com o processo de aprendizagem, buscando uma transformação social que consiga ultrapassar todas as dificuldades surgidas, visando o exercício da democracia. Diante desse posicionamento, Serrano (2002) aponta que dentro do ambiente escolar deve haver igualdade e tolerância. Com esses aspectos a escola conseguirá além de repassar conhecimentos, dar início a vida social e democrática dos alunos.

De acordo com a LDB (1996), o principal objetivo da escola é a formação básica do indivíduo, levando em consideração a capacidade de aprender e compreender valores que condizem com a sociedade, como tecnologias, artes e sistema político. É oportuno lembrar que a aprendizagem busca a capacidade do aluno construir conhecimentos e habilidades, podendo também haver uma maior interação com os familiares e laços de solidariedade humana.

Assim como a família, a escola é considerada um ambiente capaz de formar indivíduos, pois as crianças desde cedo aprendem que existem regras e que o coletivo deve cumpri-las, levando assim, a criança a entender um pouco de justiça social, onde, todos devem ter comportamentos e atitudes de acordo com essas regras. A escola é responsável pelo desenvolvimento moral dos alunos, por isso, a escola deve se preparar, ou seja, planejar atividades que formem moralmente os alunos, principalmente na reflexão crítica.

Sobre o papel da escola, Reis (2010), relata:

> O papel da escola, assim como o da família é ajudar no desenvolvimento e formação da criança. A escola em todos os lugares representa o saber, a cultura e às vezes se confunde com a própria educação. No conceito de muitas pessoas, a escola é o lugar onde nasce a educação. (REIS, 2010, p. 19)

Nos dias atuais o que percebemos é que a escola está ficando sobrecarregada, pois muitos confundem o papel da escola e acabam por enviar seus filhos para que a instituição os eduque em todos os sentidos. É como a autora acima falou que para muitas pessoas a educação nasce na escola, no entanto a criança deve se apresentar a escola com algumas características e valores que condizem com a educação já recebida em

casa. A criança deve ser educada em casa, os pais são sim, os responsáveis pela educação dos filhos, ou seja, pela formação deste individuo com valores e qualidades que lhe tornam capaz de viver em sociedade. A escolarização, sim, é papel fundamental da escola, onde o aluno é preparado para o mercado de trabalho, por isso, não adianta os pais colocarem seus filhos na escola para ser educados. A escola contribuiu com uma parte dessa educação, que é a escolarização.

Atualmente muito tem se estudado em relação a isso, pois os pais estão depositando total responsabilidade sobre professores e gestores, ocasionando um acúmulo de atividades sobre estes que acabam por prejudicar o processo de ensino. Afinal, além de *jogarem* seus filhos nas escolas, muitos pais não acompanham o desenvolvimento estudantil de seus filhos, dificultando cada vez mais o trabalho dos educadores.

Diferente do que muitos pensam, de que a escola prepara apenas para o mercado de trabalho, a educação busca dar ao indivíduo potencialidades e a apropriação do saber social, dessa maneira, a escola acaba cuidando também do desenvolvimento biológico e afetivo do aluno. A escola como instituição de preparação moral do indivíduo acaba socializando o aluno mais do que a família, pois, dentro do ambiente escolar é como se nós encontrássemos a sociedade como um todo. Sendo assim, a escola possibilita um contato com outras crianças, novas regras, conceitos e principalmente com um ambiente novo.

Para Libâneo (2002) as práticas educativas determinam as ações da escola, pois as crianças podem viver uma diversidade de experiências, o convívio com novas pessoas e principalmente a busca pela transformação em sua formação. Na escola, diferente do que acontece em casa, a criança tem a oportunidade de receber atividades especificas de acordo com a idade, que favorecerão um maior desenvolvimento, afinal, existem profissionais qualificados para tais funções.

Falando em qualificação nos lembramos de preparação, ou seja, a escola deve apresentar um preparo enorme para lidar com as diferenças, pois o ambiente escolar é bastante diversificado. Gestores e professores devem estar atentos às mudanças que ocorreram e ocorrem na sociedade principalmente no âmbito familiar, procurando entender as novas formações familiares e quais suas funções e responsabilidades em relação aos filhos, para que tenham subsídios para fazer as cobranças cabíveis.

FAMÍLIA E ESCOLA

A família é onde encontramos pessoas reunidas por laços sanguíneos e afetivos, dessa maneira, entendemos que o grupo familiar transmite apoio e confiança aos que lhe compõe. Devemos ressaltar que além da afetividade, há também conflitos e desigualdades, principalmente quando levamos em consideração a relação pais e filhos.

Antigamente apresentava-se apenas um modelo de família, onde era composta por pai, mãe e filhos. Atualmente, muitas são as configurações encontradas, como mães que vivem sozinhas com os filhos, filhos estes,

que não vivem com os pais e muitos outros modelos que condizem com as mudanças que a sociedade vem passando.

Mulheres que antigamente eram responsáveis apenas por cuidar dos filhos e da casa, nos dias de hoje alcançam lugares importantes no ambiente de trabalho. Devido à busca da independência e autonomia, o sexo feminino foi em busca de trabalho e principalmente de estudos para se capacitarem naquele ramo que tenha escolhido. Nas últimas décadas, na Idade Contemporânea, houve grandes alterações na separação de papéis entre o homem e a mulher, e a clássica divisão de tarefas pai/provedor e mãe/rainha do lar foi modificada. (VARANI; SILVA, 2010).

Com a ausência da mãe dentro de casa, o acompanhamento escolar cada vez mais vem deixando a desejar por parte da família. Muitos pais acham que isso é dever das mães e as mesmas não tem tanto tempo para acompanhar o desenvolvimento estudantil dos filhos. Dessa maneira essa falta de acompanhamento também está sendo refletido na escola, quando os gestores e professores não podem contar com a família para resolver problemas e dificuldades que os alunos venham a apresentar.

As mudanças socioeconômicas dos últimos tempos vêm mudando completamente a organização do ambiente familiar, modificando seu modelo tradicional e hierárquico. É o que afirma Souza (2009) quando fala que essas mudanças alteram a estrutura familiar e a organização tradicional.

Segue a citação:

> (...) as mudanças sócio-políticas-econômicas das últimas décadas vêm influenciando na dinâmica e na estrutura familiar, acarretando mudanças em seu padrão tradicional de organização. Diante disso, não se pode falar em família, mas sim famílias, devido à diversidade de relações existentes em nossa sociedade. (SOUZA, 2009, p. 13)

Muitas são as mudanças na estrutura familiar e dessa forma são notadas mudanças críticas em outros setores da vida. A partir do momento que a mãe precisa trabalhar para sustentar seus filhos, a atenção dada a eles ficará deficiente e no caso de mulheres solteiras a busca pela construção de uma família passará a ser deixada em segundo plano, afinal, ela possui sua inteira independência. Nesse sentido a relação com a escola também ocorrerá de forma ineficiente, pois, não terão mais tempo ou até mesmo interesse pelos estudos dos filhos.

A relação família escola começa a partir da matrícula, onde os pais procuram alguma instituição de ensino para que seus filhos estudem. Essa relação estende-se até a sala de aula, pois se o professor precisa de apoio para o desenvolvimento do aluno, com certeza isso condiz à busca de opiniões dos familiares e responsáveis. (CASTRO, 2009). Quando falamos em aprendizagem, geralmente nos remetemos à relação professor-aluno, mas devemos nos lembrar de todas as demais relações que fazem parte

desta, como gestão e família, escola e sociedade e principalmente a do aluno com a família.

Um ponto que muitas vezes não é refletido é de que a criança quando está na escola deixa de ser filho e passar a ser aluno, a escola transmite o conhecimento, mas, no entanto, esse aluno apresenta algumas características que devem ser ensinadas em casa. O aluno tem que estar fisicamente saudável e isso com certeza é responsabilidade da família e principalmente ter respeito por professores e colegas. Encontramos alunos que não conseguem se concentrar nas aulas, por muitos motivos, como: não se alimentou, não dorme cedo para estar descansado no dia seguinte ou até mesmo podendo apresentar algumas disfunções que não foram percebidas pela família anteriormente. Desse modo, entende-se que aquela criança não é bem acompanhada em casa como deveria.

A participação efetiva dos familiares contribui bastante para o desenvolvimento educacional do aluno, pois ajudam no direcionamento das decisões a serem tomadas, e os transformando em participantes ativos e responsáveis pelo processo de ensino. A escola e a família devem melhorar a interação e o entendimento entre si, afinal, estamos falando das principais instituições que a criança convive e tem como modo de vida. Além disto, estas são responsáveis pelo desenvolvimento por completo do aluno (RESCIA, 2006).

Para Reis (2010), a escola atualmente busca a presença da família, para que juntas possam desenvolver um trabalho em busca da educação de qualidade. Desse modo, Reis (2010) vem ressaltar que:

> Talvez o atual desejo da escola como instituição seja a família mais próxima dela, para enfrentar as atuais dificuldades, as intencionalidades e obrigações decorrentes para efetivar a parceria desejada. Essa relação não diz respeito apenas aos filhos/alunos, mas a todos, familiares, professores e comunidade em geral. (REIS, 2010, p. 21)

Sendo um processo que envolve diferentes partes, espera-se que cada uma execute suas funções e tenha em vista que a divisão de tarefas favorece um melhor acompanhamento de todo o processo. Com tamanha importância da participação família na educação, Reis (2010), justifica que essa participação deve ser de qualidade, uma participação coerente com as propostas que correspondem aos interesses da comunidade escolar. Para tanto o autor afirma:

> A escola deveria trabalhar a participação como proposta que oriente os caminhos que possam ser construídos e percorridos pela comunidade escolar, juntamente com a família e com outros grupos que podem apoiar o trabalho realizado por todos os envolvidos no desenvolvimento cognitivo, psicológico, afetivo do filho/aluno. (REIS, 2010, p. 26).

O desenvolvimento de um indivíduo depende de muitos fatores, como afirma o autor, a parte psicológica e afetiva de um sujeito pode ser afetada por motivos internos e externos e na escola não é diferente.

Sendo assim, além da grande influência da família dentro do ambiente escolar, consideramos que o entorno em que a escola está inserida também tem o seu terço de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a confecção deste material, percebeu-se que a relação escola e família é indispensável para que ocorra uma educação de qualidade, visto que é necessário que as famílias atuais iniciem, urgentemente, o hábito de participar da vida escolar de seus filhos, e que percebam a importância do convívio com a escola, para a obtenção de um objetivo em comum, "educação de qualidade para as crianças".

Por outro lado, a escola deve ser a responsável por criar meios, muitas vezes coercitivos, de aproximação com as famílias e a comunidade, orientando-as e mostrando-as, que educar não é papel exclusivo das escolas, e sim, papel de todos, para que se tenha uma melhor educação.

Nessa análise percebi que é unânime, a fala, por parte de todos os representantes da escola, que a participação da família na vida escolar do filho é muito importante para uma melhor aprendizagem, pois vivemos um momento em que todas as crianças e adolescentes dos mais diversos grupos familiares têm direito de serem bem acolhidos pela escola, mas muito bem "assistenciados" pelos pais, para que o processo se efetive de maneira satisfatória.

A pesquisa revela que há falta de informações, de alguns educandos, sobre suas vidas familiar/pessoal, o que interferem de maneira direta no ensino-aprendizagem, e isso só será possível com a presença contínua e dedicada a vida escolar daquelas crianças. Com estas informações alcançadas, a escola poderá trabalhar de forma diversificada, adequando as reais necessidades de público alvo.

Para tentar amenizar o problema exposto, as escolas tentam comunicações com as famílias através de comunicados impressos, telefonemas e em casos mais extremos, em que não se obtém retorno positivo, acionam autoridades competentes, como por exemplo, Conselho Tutelar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.E.B. ALONSO, M. **Tecnologias na formação e na gestão escolar.** São Paulo: Avercamp, 2007.

BEZERRA, Z. **Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. Educ. rev.**, Curitiba, n. 37, p. 279-291, maio 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000200016&lng=pt&nrm=iso

CASTRO J. M. REGATTIERI M. **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares.** Brasília. Ministério da Educação. UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: *portal.**mec**.gov.br/index.php?option=com_docman&task*

LAKATOS, E.M. MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.**Editiora Atlas, São Paulo 5ª Edição. 2003. Disponivel em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india

LUCK, H. ***Concepções e processos democráticos de gestão educacional.*** *Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. Série: Cadernos de gestão. 3ª edição.*

PAIM ,V. C. NODARI, P. C. **A missão da escola no contexto social atual.** Universidade de Caxias do Sul – RS. 2012. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Sociologia_da_Educacao/Trabalho/06_34_10_1063-7350-1-PB.pdf

PEREIRA, M. C. C. MENDES, J. L. **Gestão Participativa: A importância da Familia na Escola.** Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/uft/file.php/1/moddata/data/850/1115/2127/GESTAO_PARTICIPATIVA_a_importancia_da_familia_na_escola.doc.

PICANÇO, A. L. B. **A relação entre escola e família – as suas implicações no processo de ensino aprendizagem.** Lisboa. Maio de 2012. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2264/1/AnaPicanco.pdf.

PIRES, I. M. M. **A gestão escolar e o desafio de uma parceria "efetiva" com a família e a educação de "qualidade".** Conselho Estadual de Educação do Ceara\Coordenadoria de Executivos Escolares. Disponível em: http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/IedaMariaMaiaPires-ComunicacaoOral-int.pdf

REIS, L. P. C.**A participação da família no contexto escolar.**Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Colegiado de Pedagogia.–Salvador, 2010.

RESCIA, A. P. O. GENTILINI, J. A. **Interação escola e família mediada pela gestão escolar: um estudo de caso.** Revista Ibero-Americana em estudos da educação. 2006. Disponível em: http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/428.

SANTOS, A. L. C**. A importância da parceria entre família e escola**. Disponível em: file:///D:/Arquivos%20De%20Usuario/Documents/Downloads/TCC_.pdf

SILVA, E. P. A **importância do gestor educacional na instituição escolar**. Revista Conteudo, Capivari, v.1, n.2, Jul\Dez. 2009. ISSN 1807 – 9539. Disponível em: http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/downloadSuppFile/21/2

SILVA,C. C. M. MENIN M. S. S. **Análise das relações entre escola, comunidade e educação moral.** Seminário de pesquisa em educação da região sul. 2012. Disponível em:

SOUZA, M. E. P. **Familia\Escola: A importância dessa relação no desenvolvimento escolar.** Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Paraná. 2009. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br\portals\pde\arquivos\1764-8.pdf

TURIBIO, A. C**. A função social da escola**. Portal da Educação. 27 de junho de 2012. Disponível em: https://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/14360/a-funcao-social-da-escola

LITERATURA E FILOSOFIA: O USO DA LINGUAGEM LITERÁRIA NO DESENVOLVIMENTO DO PENSAR FILOSÓFICO

Matos, Otainan da Silva

RESUMO
O presente texto reflete a Literatura e Filosofia, enfatizando-as como meio para o desenvolvimento do pensar filosófico, para tanto utilizaremos ao longo do texto um corpo teórico, pedagógico e metodológico de ambas, buscando evidenciar que a literatura por meio de suas obras literárias pode ser instrumento da prática pedagógica da Filosofia, objetivando oportunizar um trabalho qualificado capaz de tornar o aluno crítico e reflexivo. A partir de inferências teóricas que fundamentam o tema, aponta-se as contribuições da Literatura para desenvolver ações pedagógicas no ensino da disciplina Filosofia, de modo a colaborar com práticas educativas de intervenção que favoreçam o despertar do pensar filosófico. Nesse primeiro momento, o objetivo é de demonstrar como a Literatura pode ser utilizada no ensino de filosofia e a articulação das diferentes linguagens para o desenvolvimento do pensar filosófico de educandos. O estudo, nessa etapa, será de cunho bibliográfico, na qual relacionamos o discurso filosófico ao discurso literário na contribuição do pensar crítico dos educandos a desenvolverem conceitos, procedimentos e atitudes, e posteriormente, propondo alternativas de ensino por meio da literatura, suscitando temas que embasam aplicação de procedimentos teóricos e metodológicos no ensino filosófico.

PALAVRAS – CHAVE: Literatura. Filosofia. Pensar filosófico.

INTRODUÇÃO

A dualidade literária e filosófica configura-se como matrizes do conhecimento construídos ao longo da história da humanidade, concomitantemente ao desenvolvimento das diferentes linguagens que definem a intelectualidade motivada pela interface entre discurso literário e filosófico (MAGALHÃES, 2009). Do encontro entre ambas se fundamenta esta pesquisa sobre o tema Literatura e Filosofia: o uso da linguagem literária no desenvolvimento do pensar filosófico, partir-se da concepção que filosofia e literatura são duas dimensões do conhecimento que se complementam, dessa maneira, é que se propõe a realização dessa pesquisa, a partir da utilização da literatura no pensar filosófico.

No âmbito teórico, é mister fomentar a historicidade da filosofia como disciplina prática da inteligibilidade mediada pela investigação filosófica; esta define-se em atitude, reflexão e apreensão do saber [...] "Por isso, a filosofia é o conhecimento do conhecimento. [...] (TELES, 1996, p.13).

Desse modo, conceber a filosofia como conhecimento da realidade é permissível ao relacioná-la à ciência. Esta detém-se aos dados

experimentais e reais, enquanto que a filosofia à luz da criticidade questiona as ideias, conceitos e representações mentais da realidade; o que convém caracterizar a filosofia como produto da cultura grega em referência ao conjunto de teorias ou sistema de ideias que constituem as bases teóricas e metodológicas da Educação Filosófica apoiada na tradição filosófica (MURARD, 2012).

Remetendo-se a temática da pesquisa, a literatura como premissa do conhecimento para articular o desenvolvimento da linguagem e seus significados, constitui um acervo histórico cultural de uma sociedade, relevante para que a mesma se constitua como instrumento para um pensar crítico e reflexivo. Partindo deste ideário, a literatura é um meio organizacional do conhecimento a promover o pensar filosófico, numa perspectiva de inserção do aluno nas atividades de reflexão a vislumbrar o caráter dialógico, investigativo, crítico, criativo e ético diante da realidade cotidiana.

> A literatura produz conhecimentos, não porque esteja na escola, mas por dar conta de épocas, geografias e estilos de vida que não vivemos, mas que tem estreitas relações com o que somos hoje. A busca da leitura prazerosa não exclui a aquisição de conhecimento, pois jamais deixa de trazer informações ao leitor (OLIVEIRA, 2010, p.42).

Haja vista a significação da literatura a mobilizar o imaginário a agir de forma construtiva diante da mesma, pois esta constitui importante recorte do real, viabilizando a síncrese, a análise e a síntese de conhecimentos por elas constituídos, numa abordagem interpretativa a "valorizar a literatura como um veículo informativo que propõe novos conceitos diante da realidade estabelecida ultrapassando épocas". (OLIVEIRA, 2010, p.41)

Pertinente ao tema, no âmbito dos saberes sociais a relacionar literatura e filosofia com enfoque ao acervo de conhecimentos referentes ao corpo teórico, pedagógico e metodológico de ambas, evidencia-se as obras literárias como instrumentos da prática pedagógica e a intenção de oportunizar um trabalho qualificado capaz de tornar o aluno crítico e reflexivo.

De acordo com Ponzio (2007, p. 11), "as linguagens, tanto verbais como não verbais, também se deixam escrever (transcrever) e na maioria das vezes se deixam inclusive descrever" [...].

Análogo a citação acima, linguagem é a arte de manifestar os signos linguístico e atribuir significados culturais aos conceitos como modo de representação e referência ao conhecimento da língua (HARDY – VALLE, 2013).

No âmbito dos saberes, remete-se a função social do professor no ensino de filosofia, sendo o mediador responsável em estimular as competências de análise, de leitura, da abstração e argumentação, possibilitando aos educandos a capacidade de estruturar com autonomia as atividades filosóficas, visto que, a Literatura é um meio que permite o domínio de

conceitos formulados a partir da interação professor-aluno. Dessa maneira, destaca-se que,

> [...] O professor é agente cultural e, portanto mediador entre os objetos e eventos culturais que devem estar ao seu alcance para que ele possa assim dar condições de pelo menos conhecer e dar a conhecer às crianças aspecto da cultura. [...] Ele promove a socialização, a informação, a formação de opinião e o desenvolvimento da capacidade criadora e interventiva sobre temática dos mais variados contextos [...] (OLIVEIRA, 2010, p. 51)

Logo, educar para o pensar, é dar condições para que os jovens possam superarem o egocentrismo infantil, descentralizando a inteligência e a afetividade (ARANHA, 2002)

Do ponto de vista metodológico o professor filosófico é o mediador na fundamentação de conhecimentos nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais, de modo a construir os saberes. Segundo Zabala (1999), referente aos conteúdos de aprendizagem o conhecimento se dá na relação sujeito e objeto, vale citar as intencionalidades didáticas do pesquisador, ao selecionar os procedimentos de intervenção nos processos de ensino de filosofia (OLIVEIRA, 2011).

Retomando a ideia acima descrita, educar o pensamento dá-se por meio da investigação filosófica, esta toma por base a consciência que o aluno tem de si e da realidade, logo é uma atitude, um ato de reflexão e apreensão controlada pelo próprio sujeito do conhecimento, o que filosoficamente define o ato do filosofar (TELES, 1996).

Assim, entende-se o encontro da literatura com a filosofia em suas generalidades histórico cultural, que constituem uma diversidade de significados que retroalimentam o imaginário e emoções predispondo a novas construções a reafirmar que o pensar filosófico se dá na literatura enquanto a literatura refrata os discursos filosóficos. A partir destas vertentes ambas se complementam de forma simultânea. De tal modo, pretende-se com esse projeto de pesquisa, permitir organizar metodologicamente as formas de intervenção no ensino e aprendizagem de Filosofia.

Desse ponto de vista, objetiva-se com essa pesquisa despertar o ato do filosofar dos alunos, perpassando pela compreensão dos alunos pela dimensão da filosofia e por meio da literatura levá-los a reflexão como atitude filosófica.

LITERATURA E FILOSOFIA

O tema desta pesquisa cientifica versa sobre literatura e filosofia, evidenciando o uso da linguagem literária como suporte metodológico para desenvolver o pensar filosófico de modo a construir identidades autônomas dos educandos. Pois a finalidade da filosofia é tratar de

questões e desafios que suscitam mudanças de valores e paradigmas sociais. (HORN, 2000)

Nesta visão, a filosofia como eixo estrutural do conhecimento reveste-se de significados a partir de atitudes filosóficas e do desenvolvimento da consciência crítica, como expresso na LDBEN nº9394/96, ao legitimar a inclusão da filosofia como componente curricular obrigatório no Ensino Fundamental.

Ao configurar a legitimidade da disciplina no plano curricular é necessário que seja instaurada a partir de um processo dialógico e dinâmico com os outros campos de conhecimento. É a disciplina que prepara o exercício do pensar com lógico, reflexivo e crítico, neste sentido, deve ser dado à filosofia um papel central nos estágios iniciais e posteriores do ensino (LIPMAN, 1990).

Disto isto, o ensino deve permitir a criação de uma retórica fundamentada nos questionamentos e contextualizada por meio de linguagens, visto que, essa dá sustentação teórica e orientação prática ao fazer pedagógico, de modo a potencializar o espírito investigativo e transformador da identidade social, cujo o foco do trabalho pedagógico é a interação professor aluno. Segundo Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a sistematização do ensino de filosofia é dado pela transversalidade dos temas que revelam o cotidiano do aluno (BRASIL, 1998; 1996).

Segundo Magalhães (2009), a filosofia e a literatura no âmbito da linguagem, é uma pratica pedagógica desenvolvida pelo professor, este deve propor atividades que possibilitem aos discentes, organizar o pensamento, e que oportunizem aprendizagem de conceitos, utilizando seu raciocínio na resolução de situações problema.

O professor nesse processo deverá acima de tudo aprender a escutar e acatar as opiniões das crianças e adolescentes sem querer impor-lhes jamais qualquer ideia, conceito, valor ou parâmetro. Ele apenas conduz a discussão, procurando reconhecer os padrões lógicos de suas narrativas e a dimensão filosófica de seus interesses. Deve ter habilidade para discussões e encorajar sempre o educando a pensar por si, mas alerta- lo quando seu raciocínio fugir da lógica (TELES, 1999, p13 - 14)

Em analogia ao trabalho pedagógico do professor no Ensino Fundamental, deve ser uma atividade de escuta sem imposição de ideias e informações deve ser um conjunto de ações interativas transformadoras em oportunidade de discussão de problemas e temas a retratarem a realidade de modo articular experiências, cultural na qual a objetividade das discussões são provenientes do conceitos espontâneos e das cadeias argumentativas, sem pretensões cientificas. (FAVARETTO, 1992)

Haja vista a trajetória do ensino de filosofia em São Luis sob aspectos legitimo da LDBEN n° 9394/96, propõe dispositivos que reforçam a obrigatoriedade da inclusão da disciplina filosofia no Ensino Fundamental, no desenvolvimento da educação para cidadania, educa se para liberdade

possibilidade ao aluno a conquista da autonomia sob o prisma dos temas transversais, principalmente no seu Art. 32 da LDB, visto sob o regime de colaboração, são organizado os sistema de ensino. (CARNEIRO, 2010)

O princípio da educação na visão filosófica insere a cultura na dimensão antropológica faz inferência ao início da educação do homem a considera-lo um ser pensante plenamente humano. Enquanto a dimensão da socialização, refere-se ao conjunto das influencias exercidas de um grupo sobre o outro, onde as experiências adultas influenciam as novas gerações com o objetivo de prepara-las para a vida social. (DURKHEIM, 1978 *apud* KRUPPA, 1994)

Evidenciando a concepção de educação como herança cultural, é uma das atividades mais elementares do homem, a mobilizar comportamentos e saberes com acepções culturais e sociais. E também ação que instaura o vínculo do indivíduo ao sistema de sociedade nos aspectos culturais e axiológicos. (MORANDI, 2002)

Partindo da assertiva de que a escola em sua especificidade é uma instituição nascida das necessidades humanas para promover a formação integral do indivíduo, sua evolução deu-se em deferentes momentos da história da educação. É o espaço de produção dos bens culturais onde integra-se as experiências mediadas por valores sociais, a configurarem a formação do sujeito ético e político. Pedagogicamente é o ambiente que oferece a educação formal, transmitindo os saberes acumulados pelas ciências, logo é a instancia social onde se desenvolve o ato pedagógico a estabelecer a relação de reciprocidade entre indivíduo e sociedade.

A partir das concepções de educação e escola já descritas remete-se a temática deste estudo; literatura e filosofia, a primeira contribui para o encadeamento das ideias por meio da diversidade linguística inerente as obras literárias coadunando com essencialidade da filosofia em desenvolver o ato filosofar. A segunda, da fusão das duas problematizar o ensino de filosofia.

Em recorrência ao foco do estudo, o ensino de Filosofia, aborda-se a importância da leitura como um processo ativo de compreensão e interpretação necessária à aquisição das habilidades cognitiva manifestada pelo pensar crítico e reflexivo do educando; logo a leitura propicia a autonomia intelectual atrelada a capacidade leitora do sujeito. (MURARO, 2012).

Assim, a referida escola inserida no contexto educativo para a pesquisa está sobre o prisma de que os alunos têm o direito ao ensino de qualidade capaz de transformar atitudes e comportamentos, recriando assim valores uteis a vida, conquistando autonomia cognitiva.

A LITERATURA COMO MEIO PARA DESENVOLVER O PENSAR FILOSÓFICO

A partir da dialogicidade da literatura e da filosofia torna-se compreensível a relação estabelecida diante da teorização de ambas, visto que, constituem as bases teóricas cujo propósito é desenvolver potencialidades

racionais e empíricas que são os eixos que se articulam no processo ensino e aprendizagem de Filosofia.

Ao se reportar a temática desse estudo, numa abordagem interpretativa recorre-se aos aportes teóricos que contribuem para a fundamentação e sistematização do referido trabalho. Neste aspecto, a literatura é um conhecimento utilizado em todos os períodos da história da humanidade como uma representação dos acontecimentos político-sócio-econômicos ocorridos na sociedade. Na contemporaneidade, contribui socialmente no desenvolvimento de habilidades e competências em todas as áreas do saber.

> [...] De fato, a relação entre literatura e educação é tão antiga que se confunde com a ideia de civilização. Antes mesmo de essas duas práticas serem assim denominadas e adquirirem o sentido que possuem hoje para nós, a literatura já era usada como matéria de formação, ensino e aprendizagem em diferentes culturas (COSSON, 2010, p. 55).

Em síntese a historicidade da literatura é condizente com os conhecimentos que ela reúne em seu corpo teórico, a manifestar os aspectos culturais das diferentes civilizações, humanas, manifestações estas testemunhadas pelos deixados arqueológicos, a exemplo as tradições orais e escrita. Desse modo, a literatura reveste-se de significados com objetivo de fomentar a educação como transmissão da herança cultural, uma vez que é de grande relevância a concomitância entre a literatura e a educação como bases contribuidoras na formação do homem (ARAUJO, 2010).

Haja vista, literatura é a ciência que mobiliza o imaginário a desenvolver habilidades leitor interpretativas, contextualizações e a utilizar os signos linguísticos na materialização textual, das ideias literárias e filosóficas de uma sociedade em determinadas épocas [...] "a ciência da literatura deve estabelecer o vínculo mais estreito com a história com a história da cultura"[...]. (BAKHTIN, 2017, p.11)

A partir da contribuição do autor, a literatura é manifestação da cultura e não pode ser desenvolvida sem retratar as influências culturais de pensamento e linguagem no plano coletivo e individual, o que permite dizer que entre os diversos campos das ciências humanas, a cultura se inter-relaciona com a literatura no âmbito das transcrições e revelações imbricadas nas tradições e transformações do pensamento humano.

Diante do exposto, convém ressaltar que a literatura e suas abordagens permitem o discurso representativo dos sentidos humano sobre si e o mundo. "Um dos principais motivos da criação artística é certamente a necessidade de nos sentirmos essenciais em relação ao mundo" (SARTRE, 2015, p. 39).

De acordo com o argumento apresentado, a literatura como pressuposto da arte se expressa nas obras literárias, ressaltando aspectos ideológicos, históricos e culturais dos indivíduos na sua constituição identitária e sua

relação social a partir do ato consciente de estar no mundo.
Em continuidade a literatura e seus instrumentos de construção, interpretação e aplicação, ao associar as ideias, menciona-se a leitura, como prática social que ressignifica a literatura e a filosofia pelo víeis da linguagem. A leitura em sua essência favorece o conhecimento e a ampliação do universo cultural do indivíduo numa relação de reciprocidade; pois o ato de ler é um diálogo do sujeito consigo mesmo e com outros, propicia no seu contexto a comunicação, o encantamento, a sedução e o desvelamento do real (CHAUÍ, 2010).
Em retomada a relação da literatura e filosofia, ressalta-se a linguagem como ação propulsora do pensamento na perspectiva da expressão e na relação de significados.

> [...] O significado de uma palavra é, de uma forma mais completa, a soma total de todas as predições condicionais pelas quais a pessoa que utiliza pretende tornar-se responsável ou pretende negar. Essa intenção consciente no uso da palavra é seu segundo grau de significado [...] (PEIRCE, 2010, 160).

Tendo em vista, a linguagem como instrumento da comunicação é a facilitadora e integradora no diálogo entre os sujeitos. Em sua essencialidade perpassa a constituição de alteridade e a identidade numa abordagem dialética do conceito em relação ao significado das palavras e expressões tornando-as significantes. Neste sentido, a linguagem como elemento múltiplo do diálogo e da comunicação pode dissimular ou ocultar a verdade sobre a palavra ou sobre o sentido do diálogo, o que confere à mesma capacidade de atribuir sentidos.
A partir das acepções sobre linguagem evidencia-se as caracterizações do uso dos signos nas composições verbais e não verbais, perpassando pela abordagem simbólica e conceitual das construções linguísticas encontradas na literatura.

> Uma obra literária apresenta a nós em princípio, como uma realidade concreta que lemos, que ouvimos [...] que assistimos [...]; mas se bem pensarmos essa realidade concreta é apenas a forma da obra, isto é, sua expressão, porque seu conteúdo, ou aquilo que ela expressa, é uma realidade abstrata que existiu no espírito do autor [...] (AMORA, 2006, p. 57)

Desta forma, as obras literárias favorecem a condição construtiva para o gosto e apreciação de conteúdos que se estabelecem sobre o ponto de vista do autor, isto constitui o aspecto concreto da obra, enquanto a fantasia, sobre o mundo, a curiosidade e manifestações de linguagens e emoções interpretadas pelo leitor constituem o sentido abstrato da obra literária.
Diante deste referencial, reporta-se ao tema da pesquisa fundamentando a filosofia concomitantemente a literatura, como eixos articuladores dos saberes numa abordagem contextualizada. Ao discorrer sobre o universo teórico da filosofia, em termos gerais ela constitui a gênese do

conhecimento. Historicamente o seu nascimento é demarcado pela Cosmologia, o que atribui a mesma o status de conhecimento racional a ordenar o mundo e a natureza, cujo objetivo é o aprimoramento do pensar. Convém definir filosofia como um corpo de entendimento que direciona a existência do homem em várias dimensões. Um outro referencial do nascimento da filosofia é a ruptura com os mitos gregos (CHAUÍ, 2010).

Sobre esses aspectos, trazemos ainda que,

> A Filosofia se manifesta ao ser humano como uma forma de entendimento que tanto propicia a compreensão da sua existência, em termos de significados, como lhe oferece um rumo para seguir ou, ao menos, para lutar por ele. Ela estabelece um quadro organizado e coerente de "visão de mundo" sustentando, consequentemente, uma proposição organizada e coerente para o agir [...] (LUCKESI, 2011, p. 35)

Este postulado ressalta a atitude filosófica e a atitude crítica como ações de intervenção no ato do filosofar a configurar as perguntas como iniciantes nas indagações filosóficas em busca de respostas inerentes aos questionamentos sobre a realidade. Esta base epistemológica revela a historicidade da filosofia como disciplina que desenvolve o pensamento lógico (CHAUÍ, 2010).

Neste ideário, faz-se referência aos pré-socráticos, foram os primeiros a fazerem inferências filosóficas sobre o mundo a respeito da teoria científica do universo e representa a realidade através dos elementos naturais: a terra, o fogo, o ar e a água e atribui a os mesmos significados na tentativa de atender suas inquietudes. Neste ato do conhecer materializa-se a relação entre o pensamento e a realidade material, isto constitui o marco inicial do pensar para descobrir, o que justifica, o ser racional, consciente do seu saber, o que lhe permite utilizá-lo de modo intencional (OLIVEIRA, 2011).

Retomando os postulados filosóficos, é mister referenciar a admiração, uma atitude filosófica significativa no ato de filosofar, permite ao indivíduo reconhecer sua própria ignorância e interagir sobre a mesma "atitude da admiração, quando nos desperta para certas interrogações, é a manifestação do desejo de saber" (VASCONCELOS, 2011)

Em analogia a citação acima, a admiração é uma autorreflexão consciente na arte e na busca do saber, ação inerente ao homem, este diante do não conhecimento do real, age sobre o desenvolvimento e interage manifestando o desejo de conhecer, o que no âmbito filosófico, restritamente conceitua o conhecimento como a relação estabelecida entre sujeito e o objeto (ARANHA, 2009).

Á luz da continuidade desta abordagem teórica, aponta-se o ensino de filosofia como atividade prática a ser desenvolvida pelo pesquisador a considerar os princípios da literatura e da filosofia. Diante disto, o ensino de filosofia postula-se na dialogicidade entre professor-aluno, de modo a promover mudanças comportamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos argumentos selecionados, acreditamos que a literatura como uma excelente fonte da linguagem e da comunicação, é capaz de auxiliar a filosofia na integração e facilitação do diálogo entre os sujeitos. A filosofia e literatura apresentam aspectos em que se assemelham e nos quais se distanciam. Essas áreas do conhecimento recorrem a linguagem para comunicar algo a alguém.

Enquanto a filosofia centra-se no mundo dos conceitos e ideias, a literatura funda suas bases no campo da narrativa, isto é, no ato de contar uma história. Contudo, essas diferenças entre esses campos do saber são mais sutis do que se possa imaginar. As relações de aproximação propiciam o desenvolvimento das reflexões literárias e culminam em atitudes crítico-literárias e filosóficas.

A dialogicidade da literatura e da filosofia origina-se justamente com base nas relações teóricas que se complementam. O pensar filosófico desenvolve-se com base nas potencialidades racionais e no empirismo que perpassa o texto literário. Esses eixos são primordiais no processo de ensino-aprendizagem da filosofia. Por isso, defender a tese de que a linguagem literária deve ser um recurso na educação filosófica apresenta-se como relevante na atual conjectura da educação brasileira.

Na contemporaneidade, é necessário pensarmos o ensino a partir de abordagens contextualizadas e com propostas na transversalidade. Nesse âmbito, afirmamos que a literatura e filosofia funcionam de forma coesa como eixos articuladores das propostas didáticas modernas. Obras literárias são estimuladoras e favoráveis ao gosto e apreciação dos conteúdos por parte dos discentes.

Isso constitui o aspecto importante da literatura. Ela transporta o pensar filosófico para o campo fantástico. O indivíduo ao se auto perceber/reconhecer o seu mundo por meio da fantasia, consegue estabelecer interações abstratas por meio da literatura que muito se aproximam das conexões empíricas e racionais propostas pela filosofia.

Portanto, a relação entre filosofia e literatura transcende os limites conceituais estabelecidos por ambas áreas. Os diálogos oriundos revelam como os saberes se inter-relacionam, se completam e se fundem. Não podemos ignorar a importância disto para as buscas cada vez mais interdisciplinares na construção de uma aprendizagem significativa. Tudo isto resultará em conquistas tanto para o pensamento literário quanto para o diálogo com o filosófico.

REFERÊNCIAS

AMORA, Antônio Soares. **Introdução à teoria da literatura.** São Paulo: Cultrix, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação.** 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **Filosofando:** Introdução à Filosofia. São Paulo, Moderna, 2009.

BRASIL. Ministro da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: MEC, Brasília, 1998.

_____. **PCN + Ensino Médio** – Orientações Educacionais Curriculares Nacionais – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Secretaria da Educação Média e Tecnológica, Brasília, MEC, SEMTEC, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas.** Trad. Paulo Bezerra. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil:** leitura crítico – compreensiva, artigo a artigo. 17 ed. Atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo. Atica, 2010.

COSSON, Rildo. O espaço da literatura na sala de aula. IN, PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca, COSSON, Rildo (Coord.) **Literatura:** ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

CUNHA, José Auri. **Iniciação a investigação filosófica**. São Paulo. Atual, 1992.

DONZIO, Augusto; CALEFATO, Patrizia; PETRILLI, Susan. **Fundamentos de Filosofia da Linguagem.** Trad. Efhraim F. Alves. Petropólis, RJ. Vozes 2007

FAVARETTO, Celso. Prefácio. In; Cunha, José Auri. **Iniciação a investigação filosófica**. São Paulo. Atual, 1992.

HARDY – VALLÉE, Benoit. **Que é um conceito?** Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2013.

HORN, Geraldo Balduíno. **A presença da Filosofia no Currículo do Ensino Médio brasileiro**: uma perspectiva histórica. In: GALLO, Silvio, KOHAN, Walter Omar (Orgs.). Filosofia no ensino médio, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KRUPPA, Sônia M. Portella. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIPMAN, Matthew. **A filosofia vai à escola.** Trad. Maria Elice de Brgezinki Prestes e Lúcia Maria Silva Kremer. São Paulo: Summus, 1990.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAGALHÂES, Antônio. **Partilhas do saber:** Diálogos entre Filosofia e Literatura. In: Revistas Páginas de Filosofia, V.I, n.2 – p. 47 -59, jul

MURARO, Darcísio Natal. **A educação filosófica:** fundamentos e metodologia. Curitiba: IFEP, 2012.

OLIVEIRA, Ana Arlindo. O professor como mediador das leituras literárias. IN PAIVA, Aparecida, MACIEL Francisca, COSSON, Rildo (Coord.). **Literatura:** ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira: **Filosofia:** investigando a ciência e a lógica – 3 ed. Fortaleza, Edjovem, 2011.

TELES, Maria Luiza Silveira – **Filosofia para jovens:** uma iniciação à filosofia – Petrópoles, RJ. Vozes, 1996

VASCONCELOS, Ana. **Manual Compacto de Filosofia**. 2 ed. São Paulo, 2011.

ZABALA, Antoni (org). **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1999.

JUSTIÇA RESTAURATIVA UMA ALTERNATIVA PARA A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.

Bezerra, Tatiane Regina Galindo[151]

RESUMO

O artigo objetiva avaliar a medida socioeducativa de internação em contraponto com a justiça restaurativa, enquanto aspectos relevantes a proposta da socioeducação dos adolescentes em conflito com a lei. Além disso, busca analisar a medida socioeducativa de internação e conceituar a Justiça Restaurativa. Para tanto, utilizou a revisão de literatura, a partir da pesquisa exploratória, na base de dados on-line, do SCIELO, por artigos publicados em língua pátria, no período de 2008 a 2019. A pesquisa resultou em 7 (sete) arquivos, os quais foram qualitativamente analisados e fundamentaram a discussão e relacionaram-se com os objetivos propostos. Assim, pode-se concluir que a revisão de literatura alcançou seu escopo a partir da análise da Justiça Restaurativa como uma alternativa de reparação eficaz de dano, promovendo uma resposta mais satisfatória a vítima e a sociedade, ao mesmo tempo que responsabiliza o autor de ato infracional.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente. Justiça Restaurativa. Internação.

INTRODUÇÃO

A Lei 8069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inaugurou uma mudança significativa no tratamento com crianças e adolescentes, tornado estes sujeitos de direitos e estabelecendo o Princípio de Proteção Integral, inclusive para os adolescentes em conflito com a lei.

Neste sentido, também tem-se a proposta do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE), que regulamentou as ações do Poder Público, através de seus diversos órgãos e agentes, no atendimento especializado a adolescentes que pratiquem ato infracional, ou seja, que pratiquem conduta análoga a crime.

A Justiça Restaurativa se mostra como uma alternativa eficaz na reparação do dano causado a um determinada vítima, envolvendo vários atores neste processo, colocando-se como uma opção adequada nos casos de internação de adolescentes em conflito com a lei.

De acordo com Cerqueira (2018, p. 23):

> A Justiça Restaurativa busca, por outro lado, um mecanismo de responsabilização ativa, ainda que facilitado pelo Estado ou outro sujeito, mas capaz de provocar a reflexão e resgatar o valor justiça para o caso concreto, de modo a garantir a pacificação social após a cessação do controle estatal.

[15] Graduada em Serviço Social pela UNOPAR e Pós-Graduanda em Psicologia Jurídica

Por isso, o presente artigo tem como objetivos avaliar a medida socioeducativa de internação em contraponto com a Justiça Restaurativa, reforçando os aspectos relevantes a proposta socioeducativa da internação de adolescentes em conflito com a lei. Além disso, busca analisar a medida socioeducativa de internação e conceituar a Justiça Restaurativa.

O tema elaborado para nortear a elaboração deste artigo foi: "A justiça restaurativa pode ser uma alternativa para a medida socioeducativa de Internação?"

Para tanto, foi utilizada a metodologia da pesquisa qualitativa exploratória, uma vez que esta oferece a ampliação de coleta de dados e que se adequa melhor ao estudo proposto.

Nas lições de Perovano (2016) existe a defesa que este processo é uma descrição do estado da arte de um assunto específico, a partir de uma perspectiva teórica ou contextual, sendo uma revisão da literatura, da interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador.

A pesquisa exploratória, segundo Bernardo et al (2004) também permite a aquisição e atualização de conhecimento sobre um determinado tema, utilizando-se de um lapso temporal curto, salientando-se, porém, que não há uma metodologia que permita a reprodução de dados ou dados quantitativos.

A relevância deste estudo se mostra no âmbito acadêmico e fora dele, uma vez que promove a reflexão sobre alternativas que podem efetivar o caráter pedagógico da medida socioeducativa de internação, promovendo um processo socioeducativo satisfatório e eficiente.

Dessa forma, o presente artigo foi estruturado da seguinte forma: referencial teórico sobre a medida socioeducativa de internação e sobre justiça restaurativa com alternativa para internação, que apresenta os aspectos da literatura sobre o tema.

Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada de forma mais aprofundada e, posteriormente, a discussão sobre os aspetos mais relevantes encontrados na pesquisa, finalizando-se com a síntese conclusiva da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO: DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇAO

De acordo com Sposato (2013) as medidas socioeducativas elencadas no ECA, repassam a ideia de uma intervenção psicossocial que visa modificar o sujeito a partir da sanção não somente dos fatos ou atos praticados, mas, inclusive, da própria subjetividade dos adolescentes em conflito com a lei, permitindo, assim, transformação e aprimoramento destes adolescentes.

A medida socioeducativa de internação integra o rol das medidas estabelecidas no rol do art. 122, do ECA, a serem aplicadas a adolescentes que tenham praticado ato infracional, sendo adolescentes

aqueles compreendidos entre os 12 e 18 anos, e, excepcionalmente, 21 anos, conforme definição legal.

Nesta perspectiva, o procedimento para apuração de ato infracional encontra-se preconizado nos arts. 171 a 190 do ECA, na seção V, do Capítulo III.

Assim, se o adolescente for aprendido por força de ordem judicial, obrigatoriamente será encaminhado à autoridade judiciária, enquanto que nos casos de flagrante, deverá ser encaminhado à autoridade policial competente.

Importante ressaltar que no caso de haver repartição especializada e se a prática de ato infracional for em co-autoria comum um maior, prevalece a atribuição da repartição especializada, sendo o adulto encaminhado para repartição policial própria, como estabelece o parágrafo único do art. 172, do ECA.

A autoridade policial, nos casos de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grava ameaça a pessoa, deverá lavrar o auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente, apreender o produto e os instrumentos da infração, bem como requisitar os exames ou perícias necessárias a comprovação da materialidade e autoria da infração.

Nos casos em que a gravidade do ato e sua repercussão social permita, o adolescente será entregue a qualquer dos pais ou responsável, liberado pela autoridade policial, devendo apresentar-se ao representante do Ministério Público no mesmo dia, se não for possível no próximo dia útil, como orienta o art. 174, do ECA.

Quando esta entrega não for possível, o adolescente será encaminhado ao representante do Ministério Público, juntamente com as documentações correlatas, devendo ser respeitado o prazo de 24 horas para que a autoridade judicial decida o destino do adolescente.

Desta apresentação pode resultar as seguintes providências a serem adotadas pelo Ministério Público: o arquivamento dos autos, a concessão de remissão ou a representação à autoridade judicial, requerendo a aplicação da medida socioeducativa mais adequada ao caso, sendo o prazo para o devido processo legal de 45 dias, que corresponde a Internação Provisória.

Ao ser sentenciado, o adolescente, dependendo dos fatos e de sua participação poderá ser inserido na medida socioeducativa de internação, como estabelece o art. 112 do ECA, a qual vem delimitada no art. 121 do mesmo dispositivo.

Assim como todas as medidas socioeducativas, deve a autoridade judicial respeitar os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, como aponta Frasseto (2009: p. 12):

> As medidas socioeducativas possuem um componente essencial, com a finalidade estritamente pedagógica, em respeito à peculiar condição do adolescente como ser humano em fase de desenvolvimento, destinatário da proteção integral.

Como se observa, a internação deve promover o salutar desenvolvimento do adolescente, compreendendo a sua situação de pessoa em desenvolvimento, não deixando de comportar os aspectos de natureza coercitiva, pela privação de liberdade ao mesmo tempo que tem aspectos educativos.

Em 2012, o SINASE enfatizou as ações socioeducativas, destacando que o objetivo destas ações é estimular a participação crítica dos adolescentes na elaboração, monitoramento e avaliação desta ações, configurando-se como um exercício que promove os adolescentes infratores como sujeitos sociais, com responsabilidades, lideranças e autoconfiança, como ensina Pinto (2011).

DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO ALTERNATIVA PARA A INTERNAÇÃO

De acordo com Zehr (2007) a Justiça Restaurativa seria um processo que envolve todos os que possuem interesse em determinada ofensa, sendo, portanto, um processo coletivo que identifica e trata dos danos, as necessidades e obrigações que surgem desta ofensa, cuja finalidade é a promoção do restabelecimento das pessoas e endireitamento das coisas, na medida do possível.

Existem, ainda, valores que são essenciais que individualiza a aplicação da Justiça Restaurativa, como: participação, respeito, honestidade, humildade, interconexão, responsabilidade, esperança e empoderamento, objetivando, assim, corresponder aos anseios civilizatórios e eliminar a violência.

A Resolução nº 225, de 31 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Justiça conceitua a Justiça Restaurativa como sendo um conjunto ordenado e sistemático de princípios, métodos, técnicas e atividades que objetivam colocar em destaque os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violências.

No entendimento de Carmello Junior (2013) a Justiça Restaurativa compreende um meio pelo qual os envolvidos em determinado conflito se reúnem para lidar conjuntamente com as consequências do fato, seja ele um crime, uma ofensa ou um conflito, ou seja, visa a participação da comunidade na discussão sobre a resolução dos assuntos que são relacionados a todos e que, até então, se restringia aos órgãos de segurança pública.

Neste contexto, a Justiça Restaurativa se apresenta como uma nova modalidade de fazer a justiça, alcançando outros valores que não são atingidos pelo sistema atual de retribuição oferecido pela pena ou medida socioeducativa.

Achutti (2014) reforça que a Justiça Restaurativa se orienta por um sistema de valores que incluem em seus parâmetros o diálogo e a escuta,

a tentativa de conciliação das partes, com um terceiro participante, de forma livre, expressando os desejos e a visão de reparação de danos.
As partes devem ser participativa, contudo, o mediador será a parte atuante e dominante para que evite a disparidade.
Montolli (2017) ensina que a Justiça Restaurativa encontra-se em desenvolvimento no Brasil há mais de dez ano, elencando o quadro do modelo consensual de justiça, demonstrando ser uma alternativa que observa as condições humanitárias dos sujeitos envolvidos em conflito, estimulando a participação e o protagonismos dos envolvidos na resolução deste conflito.
Nesta proposta, portanto, os sujeitos são vistos como seres humanos que necessitam mediar seus conflitos e reparar o dano que surgiu destes conflitos.
É importante destacar que não há competição entre os atuais procedimentos para se fazer justiça e a Justiça Restaurativa, Montolli (2017) acrescenta que esta oferece um novo sentido aquela, já que sua base está pautada na participação, autonomia, inclusão e observação das configurações sociais.
Por isso, a prática da Justiça Restaurativa no ambiente de privação de liberdade tem como escopo a responsabilização ativa de todos que estejam envolvidos em conflitos.
Na percepção de Cruz (2013) a proposta da Justiça Restaurativa está na possibilidade de reconstruir a noção de crime, esclarecendo que a conduta delituosa é mais que uma transgressão de uma lei, mas também é um evento causador de prejuízos e consequências.
Neste sentido expõe Pinto (2011, p.1) que:

> A vítima, o infrator e a comunidade se apropriam de significativa parte do processo decisório, na busca compartilhada de cura e transformação, mediante uma recontextualização construtiva do conflito, numa vivência restauradora. O processo atravessa a superficialidade e mergulha fundo no conflito, enfatizando as subjetividades envolvidas.

Dessa forma, o adolescente infrator passa a assumir a responsabilidade pela sua conduta, tomando consciência do dano causado não só a vítima, mas também a sociedade, sendo induzido a realizar a reparação deste dano.
Segundo Montolli (2017) a aplicação da Justiça Restaurativa no âmbito da internação tem um condão de possibilitara um mudança na ótica de responsabilizado do adolescente que praticou ato infracional, pois permite a reafirmação e a proteção aos direitos e garantias fundamentais destes adolescentes e permite o acesso à justiça.
Nesta linha de raciocínio a Justiça Restaurativa se converge com o ECA, já que o próprio dispositivo legal estabelece que o adolescente deve participar ativamente no reparo ao dano que praticou, a partir das medidas socioeducativas elencadas no seu art. 112. Assim,

> Por tal motivo, a Justiça Restaurativa na efetivação da justiça, torna-se uma ferramenta que instrumentaliza a aproximação do

> adolescente com a comunidade, tendo em vista, não a sua internação ou separação do convívio social, ao invés disso, permite- se uma nova possibilidade de interação social do adolescente com a comunidade através dos círculos restaurativos que possibilitam a participação dos envolvidos no conflito, como já foi exposto, bem como, na delimitação de tarefas do adolescente com a comunidade, como bem orienta o inciso III do art. 112 do ECA.

Nesta perspectiva, a Justiça Restaurativa configura-se como uma nova possibilidade de efetivação da Justiça, sendo polivalente, já que tem compromisso com a resolução de conflitos, ao mesmo tempo que permite a exposição e discussão de problemas sociais.

1. METODOLOGIA

Para elaboração deste artigo foi realizada uma revisão de literatura, já que este tipo de estudo possibilita a aquisição e atualização de conhecimento sobre um determinado tema, utilizando-se de um lapso temporal curto, para coleta de dados e análise dos conteúdos (BERNADO et al, 2004).

Sabe-se que a revisão de literatura se caracteriza pelo fato de ser um processo de descrição do estado da arte de um assunto específico, que utiliza uma perspectiva teórica ou contextual, portanto, trata-se de uma revisão da literatura, da interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador, sendo que sua metodologia não permite a reprodução de dados ou dados quantitativos.

Por trata-se de pesquisa on-line não há definição de local para a referida pesquisa, sendo utilizados artigos indexados nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online-Scielo e no Google Acadêmico, disponíveis eletronicamente, ou seja on-line, por ser de fácil acesso e sem onerar a pesquisa, utilizando os descritores: adolescente, justiça restaurativa e internação.

A seleção dos artigos se iniciou em janeiro de 2019 e estendeu-se até a finalização da revisão que abrange o período de janeiro a agosto de 2019, sendo excluídos deste estudo os materiais que não se relacionam om o objetivo apresentado. Os dados obtidos que não se enquadrem nos critérios estabelecidos foram analisados e avaliados para uma possível inclusão ou exclusão.

Para a análise dos dados coletados foi utilizado o processo de categorização de forma qualitativa, tendo como base os objetivos definidos para a elaboração da discussão e resultados, avaliados a partir da leitura dos artigos selecionados e depois foi construído em forma de texto a discussão do que se coletou.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados permitiram que fossem 07 autores selecionados: Maratino e Freitas (2019); Secco e Lima (2018); Aguinsky e Capitão (2008); Amin

(2013); Lima e Silveira (2017); Almeida et al (2017), Santana e Macêdo (2015).

Inicialmente concordam, em sua maioria, que a internação se caracteriza pela privação de liberdade, devendo respeitar os princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição particular do adolescente em desenvolvimento, assegurando o que vem preconizado no ECA. (AMIN, 2013; SANTANA e MACÊDO, 2015; LIMA e SILVEIRA, 2017; MARTINO e FREITAS, 2019; SECCO e LIMA, 2018).

Lima e Silveira (2017), Almeida et al. (2017) e Matino e Freitas (2019) defendem que o diálogo entre as concepções restaurativa e deliberativas são mais adequadas na construção de novas práticas em defesa da promoção e materialização dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

A justificativa destes autores é que o modelo atual imposto ao adolescente que está em conflito com a lei não tem apresentado a eficiência esperada, ou seja, a resposta da Justiça a vítima e a sociedade não são satisfatória, sendo a Justiça Restaurativa uma opção a ser aplicada no sentido de reparar o dano causado pelo ato infracional, dirimindo o sentimento de impunidade que surge diante as medidas socioeducativas.

Martino e Freitas (2019), Santana e Macêdo (2015), reforçam, ainda, que a Justiça Restaurativa se coloca como um meio essencial no sentido de promover uma resposta a vítima e a sociedade, as quais passam a se sentirem satisfeitas com a resposta dada ao adolescente que pratica o ato infracional.

Neste sentido,

> A Justiça Restaurativa trata-se de um meio alternativo de resolução de conflitos, pelo qual se permite que a vítima, o ofensor e a comunidade sejam mais do que apenas partes em um processo. Isto é, permite-se a participação de tais sujeitos na resolução do conflito em que estão envolvidos. Em outras palavras, a Justiça Restaurativa funda-se no sistema abolicionista, o qual se preocupa com a política criminal alternativa, em razão da ineficácia do processo penal. (MARTINO e FREITAS, 2019, p.8)

Também,

> Noutro giro, a justiça restaurativa concede poder decisivo de todos os envolvidos com a ofensa para a construção de uma resposta restaurativa aos danos sofridos e vivenciados. Para tanto, o processo de responsabilização voluntária do ofensor é um elemento importante para o início de tomada de decisões positivas, a compreensão dos danos causados e o sentido de alteridade devem ser buscados. A comunidade visará reinserir o ofensor, apoiar as vítimas e construir um consenso satisfatório que leve à reparação dos danos. (SANTANA e MACÊDO, 2015, p.109).

A perspectiva, portanto, da Justiça Restaurativa se contrapõe a Justiça tradicional a partir da preocupação de envolver todos os que estão relacionados com o conflito e visa atender suas necessidades.

Por isso, Maratino e Freitas (2019); Secco e Lima (2018); Lima e Silveira (2017); Almeida et al (2017), Santana e Macêdo (2015) acrescentam que, no âmbito da Justiça da Infância e Juventude, a Justiça Restaurativa se coloca como uma mudança de ótica e uma nova significação das relações que são postas à jurisdição na execução de medidas socioeducativas.

Desta forma, a Justiça Restaurativa altera o foco da abordagem, ultrapassando a busca pelos culpados no intuito da mera punição e coloca-se como passível de uma construção mais realista de todos os envolvidos, em processo de reparação, superação e prevenção a novos danos.

Por fim, Maratino e Freitas (2019); Secco e Lima (2018); Aguinsky e Capitão (2008); Amin (2013); Lima e Silveira (2017); Almeida et al (2017), Santana e Macêdo (2015) concluem que a alternativa oportunizada pelo modelo de Justiça Restaurativa podem ser eficaz nos casos em que envolva qualquer resolução de conflitos, possibilitando a prevenção de novos atos infracionais, evitando reincidência e promovendo melhores resultados tanto para a vítima quanto para o ofensor, dando a melhor resposta para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se afirmar que os objetivos deste artigo foram alcançados na medida em que avaliou a medida socioeducativa de internação em contraponto com a Justiça Restaurativa, a partir da perspectiva dos autores selecionados de acordo com os critérios previamente estabelecidos.

Também foi reforçado os aspectos relevantes a proposta socioeducativa da internação de adolescentes em conflito com a lei, no sentido de ser a resposta a prática de ato infracional que dispõe o sistema jurídico atual.

A revisão de literatura permitiu, ainda, que fosse analisada brevemente a medida socioeducativa de internação e conceituar a Justiça Restaurativa a partir dos autores selecionados.

Vale salientar que o tema apresenta-se relevante, requerendo que outros estudos sejam realizados para fundamentar a prática da Justiça Restaurativa no âmbito do Direito e outras áreas afins.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR-6023. Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro,2002.

ACHUTTI, Daniel Silva. Justiça restaurativa e abolicionista penal. São Paulo: Saraiva, 2014.

AGUINSKY, Beatriz; CAPITAO, Lúcia. Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa. Rev. katálysis, Florianópolis , v. 11, n. 2, p. 257-264, Dec. 2008 . Available

from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000200011&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Sept. 2019.

ALMEIDA, Maria Carolina Carneiro Miranda Gonçalves de; SIQUEIRA, Martha Maria Guaraná Martins de; MEDEIROS, Thais Karolina Ferreira de Medeiros. O uso da justiça restaurativa como política restauradora em menores em conflito com a lei.
Ciências Humanas e Sociais | Facipe | v. 3 | n.2 | p. 45-60 | Novembro 2017 | periodicos.set.edu.br. Disponível em file:///F:/justiça%20restaurativa/5139-14422-1-SM%20(1).pdf. Acesso em 10 ago 2019.

AMIN, Andréa Rodrigues. Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos. In: Doutrina da Proteção Integral. Maciel, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARATA, Eduardo. Cosméticos. Arte e Ciência. Lisboa, Lidel, 2001.

BERNADO, Wagner Monteiro et al. A prática clínica baseada em evidências. Parte II – buscando as evidências em fontes de informação. Revista da Associação Médica Brasileira. v.50, n1, p.104-108. 2004.

CARMELLO JUNIOR, Carlos Alberto. A proteção jurídica da infância, da adolescência e da juventude. São Paulo: Verbatim, 2013. 230 p.

CERQUEIRA, Thais de Castro. A Justiça Restaurativa Na resolução de Conflitos envolvendo adolescentes: uma opção para o combate à subperlotação das unidades de internação. Monografia. Especialização. Escola da Magistratura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2018.R

CRUZ, Rafaela Alban. Justiça restaurativa: um novo modelo de justiça criminal. Tribuna Virtual – Ano 01 – Edição nº 02 – Março de 2013 – P. 70 A 93

FRASSETO, Flávio Américo. Esboço de um roteiro para aplicação das medidas socioeducativas. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. Nº. 26, 2009.

GLAMBERARDINO, P. R.; ZILIOTTO, F. P. O. Justiça Restaurativa e a Socioeducação. Cadernos de Socioeducação. Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Paraná, 2015, 1ª edição.

KONZEN. Afonso Armando. Justiça Restaurativa e Ato Infracional: Desvelando sentidos no itinerário da Alteridade. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2007.

LIMA, Cezar Bueno de, SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Práticas deliberativas e restaurativas em medidas socioeducativas: jovens como sujeitos de direitos. Argum., Vitória, v. 9, n. 3, p. 140-153, set./dez. 2017. Disponível in: http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v9i3.15284. Acesso 10 ago 2019.

MONTOLLI, Carolina. Justiça restaurativa e políticas públicas de combate à criminalidade no Brasil: solução de conflitos ou tese da aplicação da maioridade penal? Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/2017/10/12785,37/. Acesso em 10 set 2019.

MARTINO, Isabela Rocha Laragnoit; FREITAS, Gilberto Passos de. A Compatibilidade Jurídica e a importância da aplicação da Justiça Restaurativa nos Procedimentos de apuração de ato infracional. LEOPOLDIANUM, ANO 45, 2019, nº 125, p 7-24.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. Justiça Restaurativa: da teoria à prática. 1.ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. Justiça Restaurativa é possível no Brasil? In: SLAKMON, C.,R. DE VITTO; PINTO, R. GOMES (org.). Justiça Restaurativa. Brasília/DF: Ministério da Justiça - PNUD, 2005.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. A construção da justiça restaurativa no Brasil: o impacto no sistema de justiça criminal. Disponível em: http://www.idcb.org.br/documentos/sobre%20justrestau/construcao_dajusticarestaurativanobrasil2.pdf Acesso em: 4 set 2019.

SECCO, Márcio; LIMA, Elivânia Patrícia de. Justiça restaurativa – problemas e perspectivas. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro , v. 9, n. 1, p. 443-460, Mar. 2018 .Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662018000100443&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Sept. 2019.

SANTANA, Selma Pereira de; MACÊDO, Sóstenes Jesus dos Santos. A justiça restaurativa como um novo olhar sobre Justiça Juvenil Brasileira. RJurFA7, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 104-126, jul./dez. 2015.

SPOSATO, Karyna Batista. Direito Penal de Adolescentes: Elementos para uma teoria Garantista. São Paulo: editora Saraiva, 2013.

UTILIZAÇÂO DAS FERRAMENTAS TECNOLOGICAS E METODOS DE ENSINO NAS AULAS DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Souza, Walter Andrade de[16]

RESUMO

Objetivo do artigo é analisar as modificações que se fazem necessárias em salas de aula com a utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação. O uso de multimídia constitui um importante recurso pedagógico, que segundo PCN (Parâmetros Curriculares nacionais) pode incrementar as práticas de ensino e aprendizagem nas escolas. O estudo da vida deve contemplar a compreensão das estruturas, das ideias, dos sentimentos com os quais os alunos estão envolvidos ou que os envolvem. O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica. A coleta das informações foi realizada através do levantamento de análise de ideias diferentes trazidas por livros e artigos que tratam a temática apresentada. O mundo hoje é "fato" está cada vez mais tecnológico, e a obtenção desses recursos acessíveis a todos, seja em suas casas, por meio do computador, internet e celulares entre outras formas, por que não levar esse material, essa revolução tecnológica atrativa e que está ao alcance da maioria das pessoas, dos alunos em questão, para dentro das salas de aulas. Conclui-se que a tecnologia é fundamental na busca pela melhor aceitação dos alunos no entender do conteúdo e, sobretudo melhor dinâmica de ensino, consequentemente agregando um valor maior a possibilidade de crescimento educacional.

PALAVRAS-CHAVES: Multimídia. Tecnologia. Educacional. Vida. Recurso pedagógico.

INTRODUÇÂO

A revolução digital desencadeou a obtenção de um conhecimento pleno/empírico ao uso das mídias, faz-se necessário com essa evolução pesquisar, conhecer e debater sobre o uso dos recursos didáticos tidos como tradicionais e a prática do uso dessas multimídias no contexto de aprendizagem no ensino de biologia. Esse acontecimento tecnológico proporcionou um melhoramento em termos organizacionais, se tratando de educação o professor, tratar-se de se adaptar os meios de obtenção de informação por meio de rede de computadores interligados a rede de internet e conhecer e manusear os equipamentos de multimídias, facilitando assim o uso em sala de aula. Uma das principais ferramentas no processo ensino-aprendizagem é o ensinar pesquisando, torna a aula mais desafiadora para o educando além de abranger os conhecimentos

[16] Pós graduando em Ensino de Biologia - Instituto Souza Ensino de Biologia. (walterwadsbio@hotmail.com)

acerca do conteúdo estudado, a pesquisa é fundamental nesse processo, elevando o grau de conhecimentos dos alunos de forma a aguçar a criticidade do mesmo sobre vários assuntos.

A melhor maneira para por em prática o uso da pesquisa em sala, para obtenção do melhor conteúdo, é utilizando recursos tecnológicos, nesse caso, uma essencial ferramenta de pesquisa é a introdução da internet em sala. O ensino de ciências é relevante para que o educando amplie seu conhecimento, tanto do mundo como de si mesmo, desenvolvendo, assim, a capacidade de falar escrever e se comunicar, no sentido de buscar respostas para as dúvidas que as crianças têm em relação aos fenômenos da natureza. Nesse sentido podemos dizer que o ensino do conteúdo de ciências contribui para ajudar as crianças a pensar de maneira lógica sobre os fatos cotidianos e a resolver problemas simples, promovendo, dessa forma, o desenvolvimento intelectual dos mesmos. Logo, se entende que o ensino de ciências com seus métodos, linguagem e conteúdos próprios é fundamental para a formação integral dos educandos, como ser pensante atuante e corresponsável pelos destinos da sociedade.

As crianças, desde os primeiros anos de vida principalmente nos anos iniciais da escolaridade são cidadãs que se constroem por meio de processos interativos com os outros e com o meio em que vivem. Assim, são sujeitos de suas produções com os objetos do seu conhecimento. Nesse percurso, o ensino de ciências contribui para que elas a entendem de maneira científica os fatos e fenômenos à sua volta, além disso, aprendem noções de higiene pessoal, passam a conhecer melhor o próprio corpo, adquirem consciência a respeito da preservação do meio ambiente, dos animais, das doenças e é com essa perspectiva que discuto o ensino de ciências nos anos iniciais da escolarização.

O presente estudo faz uma análise do uso de multimídia pelos professores nas aulas de Ciências nas séries iniciais do Ensino Fundamental, averiguando a concepção dos educadores sobre o uso de tecnologia em sala de aula como instrumentos pedagógicos, busca entender a importância das multimídias no ensino de ciências, dinamizando essa ferramenta tecnológica e mostrando como utilizar os recursos para lecionar de forma atrativa.

EDUCAÇÃO E SUAS FORMAS

Existem diferentes formas de se pensar educação, não existe uma educação certa, o que existe são educações diferentes para cada sociedade, para cada grupo de pessoas, adolescentes, jovens, crianças e adultos. Por meio da intensa onda tecnológica que modificou os costumes das pessoas e principalmente das crianças e adolescentes, a educação em sala de aula deve ser pensada e vivenciada de acordo com o mundo hoje. O quanto devemos conhecer o valor da educação em nossas vidas? - O que conhecemos sobre educação hoje em dia já vem de muito tempo

atrás, com os gregos e depois os romanos, que criaram o sistema de educação que servi de base até hoje em nossas escolas.

> A educação deixou de ser apenas um direito fundamental consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a que todo ser humano pode aspirar, legitimamente, para a sua realização pessoal. Ela passou a ser precondição essencial para qualquer tipo de desenvolvimento, para a redução da taxa de desemprego e da pobreza, para o progresso social e cultural, para a promoção de valores democráticos e para o estabelecimento de uma paz duradoura. (VESENTINI apud WERTHEN, 2009).

O direito à educação de qualidade é primordial para o desenvolvimento de uma sociedade, bem como, o dever do governo em disponibilizar estruturas fundamentais para tal desenvolvimento. A educação é fundamental para qualquer pessoa e está diretamente ligada a diversos fatores que estão atrelados na estruturação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) proposto pela ONU (Organizações das Nações Unidas), pela importância social que a educação promove e pelos bem que faz para o desenvolvimento de um país. O IDH tem por finalidade de estudo avaliar o grau de desenvolvimento de um país, essa pesquisa organizada pela ONU é realizada todos os anos.

O IDH serve como base para os governantes dos países identificarem e combaterem dificuldades encontradas nos setores sociais dos mesmos. Portando para o Brasil que é um país emergente de grande expansão territorial e forte candidato a se torna um grande potencial mundial, essa pesquisa traz informações necessárias para a melhoria e por consequência o desenvolvimento social e econômico do país. Todos os fatores sociais giram em torno de um, a educação, o povo brasileiro ainda está carente de uma educação de qualidade, a formação de um país começa pela educação, e a qualidade do ensino, a implantação de uma cultura de estudo e pesquisa tem que se começa com as crianças, estimulando-as a sempre busca maior conhecimento. O Brasil na maioria dos setores sociais e econômicos, mais o fundamental que é a educação, é deixada de lado, ainda tem muitos contrastes econômicos e sociais, o que levar a ter um desempenho abaixo de países emergentes. A má distribuição de renda ainda é um fator que influência na melhoria de outros serviços como saúde e educação. Um país para se torna desenvolvido, tem de funcionar em todos os setores, educação e saúde são fatores fundamentais, para esse desenvolvimento e o Brasil tem de crescer e melhores esses setores sociais.

Um país que investe em educação, está investindo nas pessoas, no melhor desenvolvimento da sociedade, vários fatores estão associados a melhoria educacional de um país, bem como: o emprego, visto que quanto maior o grau de conhecimento e educação, menor a possibilidade de não obter emprego futuro, reduz a pobreza, por conta de fatores sociais, a sociedade sabe onde investir seus conhecimentos e deveres.

> A escolarização integral e de boa qualidade se tornou no segredo do sucesso para uma sociedade que procura acompanhar a revolução técnico-científica. Integral, porque deve ocupar praticamente todo o dia do aluno, de manhã e à tarde, com no mínimo 9 horas de aulas diárias, tal como já ocorre há décadas em vários países: Japão, Cingapura, Holanda, Dinamarca etc. Escolas de qualidade não quer dizer apenas – embora também – equipadas com laboratórios, bibliotecas, computadores à disposição dos alunos e professores, conexão à internet e/ou às intranets, videotecas, projetores multimídia, programas obrigatórios e bem elaborados para estudos do meio etc. Mas quer dizer, principalmente, docentes bem formados e bem remunerados, que se atualizam constantemente, que possuem no máximo 30 alunos por sala de aula e 25 horas-aula por semana (o restante do tempo, remunerado, deve ser preenchido por estudos, pesquisas, preparação de aulas, correção de trabalhos etc.). (VESENTINI, 2009).

O importante em saber uma ciência não é puramente o fato de saber, mas como vivenciar isso, onde encontrar maneiras, relações, conceitos dos quais posso atribuir o que aprendi para benefício da sociedade, é essa relação que molda a ideia de aprender a aprender, é fator primordial estabelecer essa relação para o que foi aprendido em sala, não apenas estudar para fazer uma prova, mas, implica em algo de maior relevância, uma importância fundamenta no entender das aglomerações espaciais que ocorre no mundo a volta de todos, aprender para estabelecer parâmetros que possam melhorar a vida das pessoas, que possam modificar a relação homem-meio, entender que essas relações são benéficas.

Durante um bom tempo e ainda hoje, de forma menos contundente, acreditou-se que a iniciação ao mundo da ciência só deveria ocorrer após o processo de alfabetização ficando, portanto, o seu aprendizado relegados aos anos intermediários e finais do ensino fundamental. Entre as correntes que defendiam essa posição, estavam aqueles que acreditavam que o conhecimento científico é inacessível a compreensão das crianças, dada sua complexidade.

As atividades de ensino empregadas nas aulas de ciências, assim como nas demais disciplinas escolares, devem ser planejadas de modo que as ideias, teorias e o conhecimento que os alunos trazem dentro de si possam ser aproveitadas, debatidas complementadas e desenvolvidas. Assim, a aprendizagem consiste na elaboração de novos conteúdos e requer mudanças conceituais similares, como aquelas observadas na produção do conhecimento científico em que hipóteses e teorias anteriormente vigentes são reformuladas ou substituídas, envolvendo rupturas e mudanças de rumo. Deste modo, durante o processo de aprendizagem, espera-se que, ao longo do tempo, que o indivíduo abandone concepções inadequadas do ponto de vista científico e as substitua por concepções cientificamente aceitáveis.

> Observa que a maior parte da aprendizagem é construída a partir de relações sociais. Mediante as relações que trava no seu cotidiano, nas trocas de experiências, os alunos vão se apropriando de conhecimentos com os quais interagem, construindo seus próprios conceitos e/ou conhecimentos e, nesse sentido, os grupos são locais ideais. (VYGOTSKY, 1989)

Ao se desenvolver o ensino e aprendizagem em ciências, consideramos os conceitos, procedimentos e as atitudes como conteúdos de ensino. Eles devem ser compatíveis com o nível de desenvolvimento cognitivo da criança, ter relevância do ponto de vista social e permitir que ela compreenda as relações entre o ser humano e a natureza mediadas pela tecnologia. Moran (2007, p. 162), considera que as "novas tecnologias" penetram a escola de forma pacífica ou às vezes promovendo rupturas, exigindo novos espaços, nova formação dos profissionais, novas relações entre pessoas e destas com o conhecimento, ou seja, provocando mudanças em diversos elementos da cultura escolar.

Durante muito tempo os jogos foram considerados como um agravante em relação aos estudos, hoje essa concepção mudou, pois estão sendo inseridos nas escolas através de projetos educacionais. Os jogos despertam uma maior interação e competitividade, tendo em vista que esses são aspectos que os adolescentes tem afeição, assim pode ser feito uma maior aproximação entre eles e os conteúdos, o que propicia um aumento no índice de aprendizagem dos alunos.

Segundo Magalhães & Oliveira (2013) para a educação, a Internet pode ser considerada a mais completa, ampla e diversificada ferramenta de aprendizado do mundo. Pode-se por meio dela encontrar fontes de informação que virtualmente nos tornam aptos a estudar diversas áreas do conhecimento.

UTILIZANDO AS MIDIAS

As Multimídias na educação consistem em grandes recursos que surge como ferramenta de comunicação que podem ser caracterizados por atributos como: Interatividade, mobilidade, globalização, velocidade. A interatividade perpassa a ideia de que as aulas estão monótonas, não só para adolescentes, mas também e principalmente para crianças que necessitam de uma atenção maior e dinamismo nas aulas de Ciências para poder prender a atenção desse aluno, o educando está cansado de tudo que é estático, querendo opinar, dizer o que pensa e interagir com os alunos e com o professor. Não há dúvida de que a interatividade é o diferencial que envolve a educação atualmente, pois, é por meio dela que devemos imprimir uma nova abordagem para a educação geográfica nas escolas para crianças.

> "A tecnologia deve ser usada para entender as dificuldades de cada aluno, fazer o diagnóstico e oferecer um conteúdo que se adapte melhor a cada um deles. Saber onde estão as dificuldades dos alunos, personalizar a capacitação dos professores, ter um diagnóstico em tempo real e oferecer soluções customizadas. Uma

> boa opção é usar ferramentas como Facebook, Twitter e games." (Cláudio Sassaki, cofundador da Geekie).

Os tipos de mídia são basicamente três: Mídia digital é baseada em tecnologia digital como a internet, os programas educacionais e os jogos de computador. Recentemente a TV digital adentrou a essa classe, tendo como principal característica a interatividade. Nessa categoria, o usuário pode filtrar as informações, visualizando apenas as que o agradam e pode enviar as suas próprias. É uma via de mão dupla, você recebe, mas também pode fornecer conteúdo informativo. A mídia eletrônica essa categoria, enquadram-se a televisão, o rádio e o cinema, que se configuram como formas de comunicação unidirecional, ou seja, apenas passam informações e não permitem a interação com quem as está acompanhando. É o caso também dos DVDs e dos recursos audiovisuais. Mídia impressa é o formato de mídia mais antigo, são compostas por elementos como jornais, revistas, mala-direta, folders e catálogos.
Resumindo, é todo tipo de material impresso que visa comunicar algo, ou seja, a dinâmica na utilização das mídias é benéfica para o melhor aprendizado do aluno, visto que a tecnologia está em todas as áreas do conhecimento e principalmente na vida de os educandos.

> Mídias Sociais são tecnologias e práticas on-line, usadas por pessoas (isso inclui as empresas) para disseminar conteúdo, provocando o compartimento de opiniões, ideias, experiências e perspectivas. Seus diversos formatos, atualmente, podem englobar textos, imagens, áudio e vídeo. São websites que usam tecnologias como blogs, mensageiros, podcasts, wikis, videologs ou mashups (aplicações que combinam conteúdo de múltiplas fontes para criar uma nova aplicação), permitindo que seus usuários possam interagir instantaneamente entre si e com o restante do mundo. (FONTOURA, 2009).

O emaranhado de informações contidas na internet ao mesmo tempo, pode disseminar um rico conhecimento, pode transmitir também informações falsas, ou complexas para o entendimento prévio do educando, assim um pré-conhecimento sobre essas ferramentas antes do seu uso é fundamental para melhor abrangência e capacidade de compreensão do aluno sobre questões que envolvem a Biologia e seus fenômenos sociais. Dessa forma, pelo fato da internet ser uma ferramenta extremamente abrangente, o seu uso requer orientação dos professores. É notório que essas aplicações contribuem para melhorar a capacidade de professores e alunos de encontrar e associar informações, trabalhar em grupo e comunicar cada vez mais, de forma adequada. A busca pela melhora da educação nas series iniciais do ensino fundamental na disciplina de Biologia perpassa diretamente pela inclusão da tecnologia aos meios tradicionais de ensino, onde a interação dessas duas formas de ações pedagógicas pode ser benéfica para professores.

A internet é uma ferramenta que permite inúmeras possibilidades de tornar a didática mais envolvente e assimilativa. Ela contém mecanismos que contribuem para captar a atenção do aluno de uma forma mais aguda e consequentemente aumentar as chances de um aprendizado de sucesso. Compete às escolas e principalmente aos profissionais/professores da área usufruir desses avanços tecnológicos, visando melhorar cada vez mais a dinâmica em sala de aula com mecanismos tecnológicos que possuem esse poder de mudança.

O youtube, como uma ferramenta da web, hoje dispõe de vários tipos de informações e com certeza para ser mais proveitosa para a educação é preciso que educadores tornem este ambiente colaborativo para aprendizagem, além de treinar os alunos nessas tecnologias e conceitos. É claro que a grande quantidade de vídeos disponibilizados, faz com que seja um grande desafio desenvolver e inovar práticas pedagógicas e estratégicas. Uma vez no youtube, o usuário tem acesso a várias ferramentas e recursos, é um ambiente de ampla interatividade e pode ser usado como um instrumento educacional, esta interação não é unilateral, pelo contrário, o usuário pode cooperar ao enviar novos vídeos, assim alcançando o objetivo de todo o educando que seria a evolução da criticidade, da curiosidade.

APRENDER CIÊNCIAS

A prática pedagógica de Ciências do professor das séries iniciais do Ensino Fundamental é permeada por conflitos, dificuldades, elementos estimuladores e entraves que operam no trabalho docente, tornando o professor ora resistente, ora aberto a mudanças. Há uma vasta literatura produzida sobre a formação profissional docente e, particularmente, sobre os conhecimentos incorporados e mobilizados pelo professor em seu trabalho, os saberes docentes. Segundos Passos et al. (2004), ocorre uma dispersão semântica levando sobre o termo "saber docente", levando-o a receber várias denominações como saber profissional, conhecimento profissional, saber disciplinar, saber da experiência, conhecimento do professor, saber da docência.

"A atividade prática é a interação entre o aluno e materiais concretos, sejam objetos, instrumentos, livros, microscópio etc. Por meio desse envolvimento, que se torna natural e social, estabelecem-se relações que irão abrir possibilidades de atingir novos conhecimentos. " (VASCONCELLOS, 1995). Esse tipo de atividade é usado nas aulas práticas de Ciências para o melhor aprendizado dos conteúdos teóricos trabalhados em sala de aula, estabelecendo o diálogo entre teoria e prática. Segundo Andrade e Massabni (2011), essas atividades permitem adquirir conhecimentos que apenas a aula teórica não proporcionaria, sendo compromisso do professor, juntamente à escola, oferecer essa oportunidade para a formação do aluno. A disciplina de Ciências no Ensino Fundamental pode desenvolver aulas práticas como uma metodologia que

auxilie na aprendizagem do conhecimento científico, como fruto de raciocínio lógico e também valores construídos.
Dessa forma os alunos de Ciências, por meio de atividades práticas, têm a possibilidade de investigação, comunicação, debate de fatos e ideias, possibilitados pela observação e comparação, o que lhes favorece o modo de pensar em que há conexões entre ciências, tecnologia e sociedade. "O objetivo do professor é que seu aluno adquira conhecimento e aprenda os conteúdos trabalhados, e não é possível atingir a compressão de determinados conteúdos sem trabalhar com a aula prática" (FROTA-PESSOA; GEVERTZ; SILVA, 1985).
Aprender ciências é uma das coisas que os estudantes e suas famílias querem quando se dirigem ás escolas. O professor concreto, que está na escola pública brasileira e nas escolas privadas nos dias atuais, dispõe de alguns recursos que podem ser bem empregados, para contribuir na aprendizagem dos alunos.
No ensino de biologia, o uso de mídias como instrumentos de ensino e aprendizagem pelos docentes é essencial para a aprendizagem, tendo em vista que na biologia, que estuda a vida, suas complexas, abundantes e diversas ações, reações e relações.

> Mesmo com tecnologias de ponta, ainda temos grandes dificuldades no gerenciamento emocional, tanto no pessoal como no organizacional, o que dificulta o aprendizado rápido. As mudanças na educação dependem, mais do que das novas tecnologias, de termos educadores, gestores e alunos maduram intelectuais, emocional e eticamente; pessoas curiosas, entusiasmadas, abertas, que saibam motivar e dialogar; pessoas com as quais valha a pena entrar em contato, porque dele saímos enriquecidos. São poucos os educadores que integram teoria e prática e que aproximam o pensar do viver. Os educadores marcantes atraem não só pelas suas ideias, mas pelo contato pessoal. Transmitem bondade e competência, tanto no plano pessoal, familiar como no social, dentro e fora da aula, no presencial ou no virtual. E eles, numa sociedade cada vez mais complexa e virtual, se tornarão referências necessárias. (MORAN, 2010).

Assim a internet hoje é um grande meio de aprendizado, comunicação e divulgação para os indivíduos, e na educação não é diferente, pois está sempre presente no cotidiano dos docentes e discentes, principalmente auxiliando no desenvolvimento de ambos e inserindo-os num mundo virtual.
Porto (2006) salienta que lecionar com e por meio das tecnologias é um binômio indispensável à educação. Não se trata de apenas integrar o conhecimento das novas ferramentas tecnológicas se suas linguagens são necessárias ir além. Assim também é a Biologia, pois com sua abrangência e interdisciplinaridade, é preciso buscar novos meios, novas

alternativas, para torná-la estimulante aos alunos, possibilitando que possam se tornar cidadãos críticos e ativos na sociedade.

Tem crescido nos últimos tempos as pesquisas visando a superar o modelo tradicional de ensino. Carvalho (2000), por exemplo, observa que em biologia, atualmente, o ensino está reduzido à transmissão de conceitos prontos, e para ele, a escola tem outro papel. Historicamente, é possível perceber que o ensino de Ciências evoluiu de acordo com as circunstâncias e à época, acompanhando o desenvolvimento da sociedade, haja vista sua forte presença na vida do homem.

Autores como Krasilchik (1992), Bazzo; Pereira; Von Lisingen (2003) e Santos (2007) trabalhando com o conceito de CTS – Ciência Tecnologia e Sociedade observam que o ensino de Ciências, passou por muitas mudanças até se chegar à elaboração do atual conceito que se tem de CTS. Segundo Krasilchik (1992), na década de 60, o ensino de Ciências passou por uma fase em que era apresentada como neutra e o importante eram os aspectos lógicos da aprendizagem e a qualidade dos cursos era definida pela quantidade de conteúdos conceituais transmitidos.

> Nesta dinâmica de interações, o professor deve livrar-se de conceitos aprendidos e repassados aos alunos. No seu entender o professor deve produzir com os alunos os conceitos que irão operar para entender as relações com que lidam. Para o autor, deve-se problematizar a realidade, criar situações para estimular o aluno. A sala de aula deve ser o lugar de falar, de ouvir, de modo que aconteça uma ampliação de conhecimentos dos envolvidos. (MARQUES, 2002)

Amorim (1997) entende que as relações entre a Ciência, Tecnologia e Sociedade caracterizam-se por uma nova postura nas escolas que implica tanto a escolha de temas que fujam de conteúdos tradicionais, devendo emergir de situações vinculadas à sociedade atual, marcadamente tecnológica, como na construção de metodologias de ensino que não se atenham à participação passiva dos alunos, mas que estimulem o debate, a postura crítica frente à participação da Ciência e da Tecnologia na Sociedade e a construção e efetivação de ações transformadoras dentro da sociedade.

Segundo Freire (2005), a educação deveria ir muito além da repetição, constituindo-se em um instrumento de libertação, de superação das condições sociais vigentes. Para ele, "ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 2005, p. 79). Essa midiatização ocorre por meio de uma educação problematizadora, de caráter reflexivo, de desvelamento da realidade, na qual o diálogo começaria a partir da reflexão das contradições básicas da situação existencial. É nessa reflexão que o diálogo permite a educação para a prática da liberdade.

Ensinar Ciências é fazer com que o aluno contribua para o seu próprio desenvolvimento, e que seja capaz de questionar, refletir e raciocinar. De

acordo com os autores da PC/SC (1998, p.118) "Corresponde a uma elaboração de valores e não só de aquisições de informações. É preciso pensar para cada nível de ensino as maneiras de garantir esta construção de múltiplos componentes".

Nas aulas de Ciências ocorrem múltiplas interações entre o professor e os alunos e essas se referem a uma ampla variedade de conteúdos, que inclui: a história científica a ser ensinada (possivelmente envolvendo aspectos conceituais, tecnológicos e ambientais); aspectos procedimentais do fazer Ciências (por exemplo, como montar um sistema simples de destilação da água); questões de gerenciamento e organização da sala de aula (por exemplo, dando instruções para tarefas a serem realizadas ou chamando a atenção e solicitando silêncio da turma em determinado momento da aula). Mesmo reconhecendo a importância de todos esses aspectos na definição dos conteúdos das interações em sala de aula, a estrutura analítica proposta foca a atenção nos conteúdos relacionados ao desenvolvimento da história científica que está sendo ensinada, ou seja, dos conteúdos conceituais do assunto a ser abordado.

> A necessidade de um novo olhar no ensino e nas aulas das Ciências Naturais ao afirmar que: a complexidade da sala de aula e a singularidade das ações práticas dos professores demandam ferramentas analíticas que tornem visíveis aspectos importantes dessas ações, de modo a possibilitar a reflexão sobre um repertório de ações bem-sucedidas do ponto de vista da aprendizagem dos alunos. (MORTIMER, 2004)

O objetivo do ensino de Ciências é formar um indivíduo que saiba buscar o conhecimento, tendo competência e responsabilidade em suas ações. O processo de produção desse conhecimento implica pensar o ensino das ciências vinculado às peculiaridades da vida concreta das pessoas, ou seja, ao dar um sentido ao processo educativo é necessário dar-se também um sentido àquilo que o aluno está ouvindo. Embora saibamos que isso nem sempre é uma tarefa simples, a escola precisa favorecer essa transição.

Conforme Brasil (1999), o aluno deve se sentir "desafiado pelo jogo do conhecimento", deve adquirir o "espírito de pesquisa e desenvolver a capacidade de raciocínio e autonomia" para poder transcender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo concluiu-se que a aula prática é importante na disciplina de Ciências, pois ajuda no melhor aprendizado do conteúdo. As aulas práticas proporcionam situações em que o aluno é atuante, não apenas por serem atividades "mecânicas", mas por estarem construindo seu conhecimento, interagindo com suas próprias dúvidas e conhecimentos já adquiridos anteriormente, extraindo "lições" do objeto estudado e tirando suas conclusões e, por isso, tornando-se agente do seu aprendizado. Para que as atividades práticas sejam realmente úteis no ensino, é preciso que o professor as situem adequadamente no processo de aprendizagem. Desse

modo, além de facilitar a assimilação dos conteúdos científicos trabalhados, possibilita o diálogo entre o aluno e o mundo que o cerca, e direciona os valores construídos durante a formação escolar para a sociedade.
Pretende-se ter conhecimento de como fornecer informações acerca do pensamento de pesquisadores renomados sobre como se deve tratar o ensino da ciência nas séries iniciais do ensino fundamental e como as multimídias podem implicar em uma melhor formação educacional não só para adultos ou adolescentes, mas, também para crianças.
Sabendo que as mídias, os recursos tecnológicos assolam a vida em sociedade atualmente, é notório que cada vez mais a tecnologia está inserida no contexto social de cada pessoa, de cada educando, seja na escola ou em casa e esse recurso deve ser utilizando para benefício educacional, onde, o professor com maestria pode adicionar esses recursos tão acessíveis à sala de aula para facilitar o aprendizado das crianças acerca da ciência.
Explica a importância do estudo biológico desde a infância, na construção do saber, conhecendo o espaço que vivemos o ambiente e sua interação com o homem. Estudar Ciência deve ser prazeroso, pois, é uma disciplina que tem essa função social e aproxima o homem, as pessoas, do ambiente em que estamos estabelecendo moradia, onde vivemos de fato. Os educandos com a utilização dos recursos audiovisuais, visuais e por meio de rede sociais estão conectados a todo o mundo, as informações são presentes e cada vez mais fundamenta para compreender as manifestações ocorridas não só ao redor de todas as pessoas, mas, em todo o mundo.
Então unir essas duas práticas, Biologia e utilização de multimídias, torna o sistema educacional nas séries iniciais do ensino fundamental bastante dinâmico, interativo, e prazeroso para o educando, além de preparar o aluno para ações em longo prazo, pois, o mesmo estará utilizando recursos fundamentais para o próprio futuro já que hoje em dia com a revolução técnico científica sempre crescendo, a tecnologia será cada vez mais utilizada não só nas escolas, mas também em postos de trabalho.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. C. R. O **Ensino de Biologia e as relações entre Ciência / Tecnologia / Sociedade**: O que dizem os professores e o Currículo de Ensino Médio? VI Encontro "Perspectivas do Ensino de Biologia" – Coletânea. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação. 1997.

ANDRADE, M. L. F; MASSABNI, V. G. O **desenvolvimento de atividades práticas na escola:** Um desafio para professores de Ciências. Ciência e Educação**,** 2011.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnologia. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CARVALHO, W. (org). **Biologia: o professor e a arquitetura do currículo.** São Paulo: Articulação Universidade/Escola Ltda, 2000.

FONTOURA, Wagner. **A Hora e a Vez das Mídias Sociais**. Disponível em:<http://www.boombust.com.br/a-hora-e-a-vez-das-midias-sociais/>. Acesso em: 13 abril. 2019

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FROTA-PESSOA, Oswaldo; GEVERTZ, Rachel; SILVA, Ayrton Gonçalves da**. Como ensinar ciências**. 5.ed. São Paulo: Nacional, 1985, 218.

KRASILCHIK, M. **Caminhos do Ensino de Ciências no Brasil**. Brasília, 1992.

MARQUES, M. O. **Educação nas Ciências**: interlocução e complementaridade**.** 2002.

MORAN, J.B. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 2ed. Campinas, SP. Papirusm, 2010.

MORTIMER, E.F. **Utilizando uma ferramenta sociocultural para analisar e planejar o ensino na formação inicial de professores de química.** 2004.

OLIVEIRA FILHO, V. H. **As novas tecnologias e a mediação do processo ensino-aprendizagem na escola.** Disponível em: < www.ufpi.br/subsite Files/ppged/arquivos/.../GT_17_03_2010pdf>. Acesso em 15/04/2019.

PASSOS, C. L. B., et al. **Saberes Docentes:** um olhar sobre a produção acadêmica brasileira na área de Educação Matemática. 2004.

PORTO, T. M. E. As **tecnologias de comunicação e informação na escola:** relações possíveis...relações construídas**.** Revista Brasileira de Educação v. 11. 2006.

VASCONCELLOS, C. D. S. **Planejamento: plano de ensino:** aprendizagem e projeto educativo. 4.ed. São Paulo: Libertad, 1995.

VESENTINI, José William. **Repensando a geografia escolar para o século XXI** - São Paulo: Plêiade, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 168p. (Coleção Psicologia e Pedagogia. Nova Série).

O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO CICLO I

RAINERI , IARA ALESSANDRA DONATI [17]
SUTILI , FELIPE KORBUS[18]

RESUMO:
Diferente do que muitas pessoas imaginam, quando se fala em ciência, algo automaticamente associado a profissionais de jaleco, que vivem em laboratórios e falam coisas incompreensíveis vem em nossa mente, ou seja, pessoas que vivem em um mundo inacessível, fora da normalidade. No entanto a ciência está no nosso cotidiano, não só de maneira complexa como muitas vezes é vista, mas também em muitas coisas simples, que podem e devem ser ensinadas às crianças desde a educação infantil. Além desse paradigma criado pela população, o ensino de ciências, apesar de ser considerado por muitos docentes como uma disciplina do currículo pouco significativa, as vezes até deixada de lado, para que se aplique as consideradas "importantes" como português e matemática, vem ganhando espaço nas instituições de ensino, tendo um olhar mais crítico. O ensino de ciências vem com o objetivo de despertar o pensamento independente e maior desenvolvimento do aluno.

PALAVRAS- CHAVE: Ciências; Educação Infantil; Ciclo I.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste artigo é refletir e entender como o ensino de ciências, tanto as naturais, quanto as outras, vem sendo visto pelas instituições de ensino, como é trabalhado, quais os paradigmas, as dificuldades e o que os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem para essa disciplina do currículo.

O tema Ciências na escola, se resume a um feijão plantado em um copinho com algodão, em que na maioria das vezes as crianças nem mesmo entendem o objetivo ou o porque de estarem fazendo aquilo. Ou mesmo plantar uma muda de árvore para se comemorar a data, sem que seja explicado seu porque e sua importância.

Com as preocupações atuais relacionadas à conscientização sobre o meio ambiente e a poluição, na realidade momentânea que vivemos hoje, o ensino de ciências passou a ser visto com outros olhos.

Devido às mudanças, e aos olhares críticos, acarretaram-se ações centralizadas na melhoria da qualidade do ensino.

[17] Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, graduação em Pedagogia e em Letras - Libras. Especialização em Língua de Sinais e em Deficiência Intelectual. Atualmente é professora da FACULDADE CORPORATIVA CESPI- FACESPI – Piraju/SP. iara19861@hotmail.com

[18] Possui graduação em Química Industrial e doutorado em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Professor Doutor da Faculdade de Ciências Agronômicas da UNESP- Campus Botucatu/SP. felipe.sutili@unesp.br

Assim, o artigo tende a aproximar um olhar sobre o ensino de ciências, considerando os conhecimentos prévios dos alunos, levando-os a um encontro com o desconhecido, convidando as crianças a viajar nesse mundo usando ferramentas com as quais poderão enfrentar a ciência com um olhar mais curioso e muito mais aguçado.

Contudo, para que o ensino alcance qualidade é necessário que o próprio docente compreenda os objetivos, conteúdos e processo de avaliação de tal proposta, para que a partir disso seja capaz de transmitir o conteúdo aos seus alunos com segurança, construindo as respostas junto com as crianças e não respondendo mecânica e imediatamente.

O ENSINO DE CIÊNCIAS NO CICLO I.

O ensino de ciências leva o indivíduo a uma compreensão do mundo e das suas transformações, da sexualidade humana sem preconceitos, contribui para formação da autoestima, respeito ao próprio corpo e ao dos outros e o entendimento da saúde como um valor pessoal e social. Para atingir tais objetivos a educação infantil utiliza-se do brincar, do lúdico para facilitar o desenvolvimento humano e integral (Lanes, 2011).

De acordo com o PCN (Parâmetro Curricular Nacional) do ensino de ciências (1997), a criança inicia o processo de aprendizagem muito antes da escolaridade obrigatória. São curiosas, perguntam, buscam explicações e respostas com muita frequência, tanto para si mesmas quanto a outras pessoas, em diversas situações de sua vida. As respostas vêm desde o ambiente doméstico e a cultura regional, também através da mídia e até das culturas de massas.

Quando essas crianças chegam a escola já possuem uma certa bagagem de representações e explicações da realidade. É muito importante que o professor reconheça o conhecimento cultural e de mundo dessa criança, para que dessa forma construam um importante fator no processo de aprendizagem, sendo ainda ampliadas, transformadas e sistematizadas com a mediação do professor.

Tanto a escola quanto o professor têm papel fundamental de estimular os alunos a perguntarem e buscarem respostas sobre a vida humana, ambiente e recursos tecnológicos que fazem parte do dia a dia, ou distantes no tempo e no espaço.

> "Entretanto, crianças pequenas compreendem e vivem a realidade natural e social de modo diferente dos adultos. Fora ou dentro da escola, as crianças emprestam magia, vontade e vida aos objetos e às coisas da natureza ao elaborar suas explicações sobre o mundo. De modo geral, em torno de oito anos as crianças passam a exibir um modo menos subjetivo e mais racional de explicar os acontecimentos e as coisas do mundo. São capazes de distinguir os objetos das próprias ações e organizar etapas de acontecimentos em intervalos de tempo" (PCN, p.45,1997).

Ainda de acordo com o PCN,1997, as possibilidades de trabalho na área de Ciências Naturais, são muitas, porém devem ser respeitadas as idades e o amadurecimento dos alunos e sob intervenção do processo de aprendizagem, ainda que as explicações mágicas permaneçam.
Diversos pesquisadores da área, afirmam que o ensino de ciências deve ser iniciado na educação infantil, pois é nessa fase da vida que o ser humano está muito interessado em explorar, descobrir novos fatos do cotidiano, e a crianças podem ir além da observação e descrição dos fatos. (Lanes, 2011)

> "O impacto do Ensino de Ciências sobre a qualidade da educação se deve ao fato de que ele envolve um exercício extremamente importante de raciocínio, que desperta na criança seu espírito criativo, seu interesse, melhorando a aprendizagem de todas as disciplinas. Por isso, se a criança se familiariza com as ciências desde cedo, assim mais chances ela tem de se desenvolver neste campo e em outros. Porém, em buscas realizadas em bancos de dados tradicionais de periódicos indexados, encontram-se poucas referências sobre o uso do lúdico e recreação no Ensino de Ciências, sendo quase inexistente na Educação Infantil. Isto aponta para uma possível carência de estudos sobre esta temática" (Lanes, p.03,2011).

OBJETIVOS DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO CICLO I.

As crianças já são pesquisadoras por natureza, e os objetivos de se ensinar ciências na educação infantil, segundo o PCN, são:

- ¨observar, registrar e comunicar algumas semelhanças e diferenças entre diversos ambientes, identificando a presença comum de água, seres vivos, ar, luz, calor, solo e características específicas dos ambientes diferentes;
- estabelecer relações entre características e comportamentos dos seres vivos e condições do ambiente em que vivem, valorizando a diversidade da vida;
- observar e identificar algumas características do corpo humano e alguns comportamentos nas diferentes fases da vida, no homem e na mulher, aproximando-se à noção de ciclo vital do ser humano e respeitando as diferenças individuais;
- reconhecer processos e etapas de transformação de materiais em objetos;
- realizar experimentos simples sobre os materiais e objetos do ambiente para investigar características e propriedades dos materiais e de algumas formas de energia;
- utilizar características e propriedades de materiais, objetos, seres vivos para elaborar classificações;
- formular perguntas e suposições sobre o assunto em estudo;

• organizar e registrar informações por meio de desenhos, quadros, esquemas, listas e pequenos textos, sob orientação do professor;
• comunicar de modo oral, escrito e por meio de desenhos, perguntas, suposições, dados e conclusões, respeitando as diferentes opiniões e utilizando as informações obtidas para justificar suas idéias;
• valorizar atitudes e comportamentos favoráveis à saúde, em relação à alimentação e à higiene pessoal, desenvolvendo a responsabilidade no cuidado com o próprio corpo e com os espaços que habita¨ (p.46-47,1997).

CONTEÚDOS DO ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

É no primeiro ciclo que a criança vai ter uma primeira noção de ambiente, ser humano, saúde e recursos tecnológicos.

O ambiente está relacionado ao resultado de suas interações com seus componentes como: seres vivos, ar, água, solo, luz, calor, diferentes seres vivos –suas características, hábitos, alimentação, reprodução, ciclo vital etc.

O professor pode usar seres vivos e ambientes característicos de sua própria região, se for de sua preferência, e sempre orientar aos alunos sobre o que deve ser observado (PCN, 1997).

Os conteúdos para o primeiro ciclo, de acordo com o PCN, p.50,1997:

• ¨comparação de diferentes ambientes naturais e construídos, investigando características comuns e diferentes, para verificar que todos os ambientes apresentam seres vivos, água, luz, calor, solo e outros componentes e fatos que se apresentam de modo distinto em cada ambiente;
• comparação dos modos com que diferentes seres vivos, no espaço e no tempo, realizam as funções de alimentação, sustentação, locomoção e reprodução, em relação às condições do ambiente em que vivem;
• comparação do desenvolvimento e da reprodução de diferentes seres vivos para compreender o ciclo vital como característica comum a todos os seres vivos;
• formulação de perguntas e suposições sobre os ambientes e os modos de vida dos seres vivos;
• busca e coleta de informações por meio de observação direta e indireta, experimentação, entrevistas, leitura de textos selecionados;
• organização e registro de informações por meio de desenhos, quadros, esquemas, listas e pequenos textos, sob orientação do professor;
• interpretação das informações por intermédio do estabelecimento de relações, de semelhanças e diferenças e de sequencias de fatos;
• utilização das informações obtidas para justificar suas ideias;

> • comunicação oral e escrita de suposições, dados e conclusões, respeitando diferentes opiniões" (PCN, p.50,1997).

No que se refere ao bloco "ser humano e saúde" o PCN,1997, dispõe de transformações durante o crescimento e o desenvolvimento, as principais características em relação ao corpo, doenças, além de orientações sexuais e de saúde. Os conteúdos, tratam-se de:

> • ¨comparação do corpo e de alguns comportamentos de homens e mulheres nas diferentes fases de vida — ao nascer, na infância, na juventude, na idade adulta e na velhice — para compreender algumas transformações, valorizar e respeitar as diferenças individuais;
>
> • conhecimento de condições para o desenvolvimento e preservação da saúde: atitudes e comportamentos favoráveis à saúde em relação a alimentação, higiene ambiental e asseio corporal; modos de transmissão e prevenção de doenças contagiosas, particularmente a AIDS;
> • comparação do corpo e dos comportamentos do ser humano e de outros animais para estabelecer semelhanças e diferenças;
> • elaboração de perguntas e suposições acerca das características das diferentes fases da vida e dos hábitos de alimentação e de higiene para a manutenção da saúde, em cada uma delas;
> • observação, representação e comparação das condições de higiene dos diferentes espaços habitados, desenvolvendo cuidados e responsabilidades para com esses espaços;
> • busca e coleta de informações por meio de leituras realizadas pelo professor para a classe, interpretação de imagens, entrevistas a familiares, pessoas da comunidade e especialistas em saúde;
> • confrontação das suposições individuais e coletivas com as informações obtidas;
> • organização e registro de informações por meio de desenhos, quadros, listas e pequenos textos, sob orientação do professor;
> • comunicação oral e escrita de suposições, dados e conclusões, respeitando diferentes opiniões¨ (PCN, p.53,1997).

Quanto aos recursos tecnológicos, trata-se da transformação da natureza para utilização de recursos naturais, como alimentos, materiais e energia que são inseparáveis da civilização.
Para fabricação de produtos industriais, assim como os artesanais que fazem parte do nosso dia-a-dia, depende-se de materiais básicos como minério, madeira, exploração da terra para realizações de plantio, criação de animais, pesca entre outros (PCN, 1997).

Os conteúdos a serem abordados, de acordo com o PCN, p.55,1997 são:

> • ¨investigação de processos artesanais ou industriais da produção de objetos e alimentos, reconhecendo a matéria-prima, algumas etapas e características de determinados processos;
> • conhecimento de origens e algumas propriedades de determinados materiais e formas de energia, para relacioná-las aos seus usos;
> • formulação de perguntas e suposições sobre os processos de transformação de materiais em objetos;
> • busca e coleta de informações por meio de observação direta e indireta, experimentação, interpretação de imagens e textos selecionados;
> • organização e registro de informações por intermédio de desenhos, quadros, esquemas, listas e pequenos textos;
> • interpretação das informações por meio do estabelecimento de regularidades e das relações de causa e efeito;
> • utilização das informações obtidas para justificar suas ideias;
> • comunicação oral e escrita de suposições, dados e conclusões, respeitando diferentes opiniões¨ (PCN, p.55,1997).

PORQUÊ E COMO SE DEVE ENSINAR CIÊNCIAS DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL.

Como muito se viu, a disciplina de ciências sempre foi considerada abstrata e complexa além de não estar ao alcance de todos os alunos, e que apenas poucos alunos, aqueles considerados os mais esforçados e capazes, poderiam receber alguma educação científica.

Porém nos últimos anos assumiu-se como um desafio, que deve fazer parte dos propósitos de qualquer sistema educativo do século XXI, uma ciência para todos, ou, também chamada de "alfabetização cientifica" (Claxton, 1991).

Isso, não diz respeito apenas a que todos os cidadãos possam e devam aprender ciência, sem nenhum tipo de exclusão, mas sim de que possam e queiram fazê-lo desde uma idade bem precoce.

Para isso a educação infantil deve contribuir, de modo a oferecer um cenário para que a criança compreenda melhor como percebe o mundo e como acredita que as coisas aconteçam, também podemos chamar de ciência intuitiva.

Segundo Pozo 2009, não temos a necessidade de estudar ciência, uma vez que somos cientistas natos, desde o berço, cientistas intuitivos. Temos uma intuição tão incrível capaz de prever como objetos se movem, de como devemos agarrá-los para que se desloquem. Alem de ideias sobre como os organismos funcionam e do que necessitam para sobreviver. Somos de maneira geral, físicos, biólogos, psicólogos e inclusive matemáticos intuitivos, e o melhor, sem nem saber que somos.

E se temos toda essa capacidade intuitiva, uma dúvida ocorre; porque a maioria dos alunos possuem dificuldades enormes para aprender física, biologia e matemática? Como podemos ser cientistas intuitivos tão bons assim, e ainda julgar difícil e complicado aprender ciência?
A educação infantil tem papel relevante nesses termos. Deve proporcionar às crianças, meios para que elas se vejam como pequenos cientistas explorando sistematicamente tudo que há a sua volta, construindo sistematicamente hipóteses, e seu conhecimento cientifico.
A partir dessa concepção, aprender ciência, exige construir novas competências, ou capacidades cognitivas, além de linguagens e sistemas representativos, que permitam olhar a realidade de modo a acrescentar novos conceitos significativos, ao funcionamento cognitivo que permitam chegar onde uma mente não alfabetizada certamente não chegaria.
Fica claro, portanto, que é preciso construir para se aprender ciência e para isso é preciso assentar previamente a ciência intuitiva das crianças. Antes de ensinar, ou passar algum conceito, as instituições de educação deveriam levar seus alunos a aprofundarem-se nessas intuições, na ciência que já trazem do berço, que eles próprios a compreendam melhor, sendo capazes de falar sobre elas, e explorar seus limites.
A escola infantil deve proporcionar o ambiente para que a criança compreenda melhor como percebe o mundo em torno de si e como acredita que as coisas aconteçam, sua ciência intuitiva, e paralela a isso, explore seus limites e então sinta a necessidade de compartilhar ou comparar esses conhecimentos com o de outras crianças, o que a forçará a manejar novas palavras, desenhos, números, imagens e de certa forma, novas linguagens, que a ajude expressar, além de compreender melhor suas ideias (Pozo, 2009).
De maneira breve, a educação cientifica nessa idade deveria auxiliar as crianças a:

- Tornarem conhecimento sobre sua consciência intuitiva, enriquecendo seus próprios conteúdos e indo mais a fundo em suas explicações;

- Serem capazes de aprender e representar suas ideias e observações diante de códigos diferentes como, gestos, ritmo, ações, explicações verbais, desenhos, imagens, incluindo também cálculos;

- Explorar aquilo em que ela acredita, que percebe e à medida que as confronta com situações mais ricas e complexas, enriqueça suas próprias teorias, na busca contínua de novas explicações, porém não para abandonar o que acreditava anteriormente, mas por perceber que seus conhecimentos já não são mais suficientes;

- Comparar as suas crenças e observações com as de outras crianças, aprendendo a dialogar com elas e usar todos os

> códigos, representações e experiências que adquiriu, para ajudar aos outros.

Para isso o planejamento deve ser norteado a partir do desenvolvimento de habilidades e atitudes, sendo as habilidades cognitivas prioritárias, depois se deve levar em consideração as atitudes, o que se deseja desenvolver; noções de conceitos chaves, relacionados à, ou as disciplinas envolvidas, uma vez que determinados conteúdos podem ser interdisciplinares, ou seja, envolvendo várias disciplinas do currículo; metodologias e estratégias, que colaborem no desenvolvimento de habilidades, valores e conceitos-chave definidos como prioridade; as atividades voltadas aos métodos que favoreçam o desenvolvimento de habilidades, garantindo também aspectos afetivos e emocionais; e os assuntos ou temáticas que sirvam de enredo ao desenvolvimento do que foi definido como sendo prioridade, ou ainda que sejam de interesse , lúdicos, entre outros.

Planejar a partir de habilidades e atitudes, permite ao professor que ele reconheça sentido ao se falar do ensino de ciências baseado em resoluções de problemas e na investigação, fazendo-se uso do pensar e do agir.

Abre-se a partir disso um espaço para que se note, sobretudo que nas séries iniciais da educação em ciência, também há nexo em se priorizar um processo de ensino e aprendizagem voltado para a formação, e não meramente em informação.

Para isso o trabalho docente deve ser mais direcionado, a levar as crianças de forma estruturada e planejada, a explorar e observar as explicações ao invés de provê-las de explicações, modelos, teorias ou dados (Pozo, 2002b).

Além de na maioria das vezes as crianças se espantarem e se encantarem ao realizar uma atividade de ciências, elas exercitam a capacidade de observação, relatam acontecimentos e preveem resultados.

Tingir flores brancas sem pintar as pétalas, apenas mergulhando o caule em corantes coloridos, encher balões sem assopra-los, apenas colocando em gargalos de garrafas com fermento e açúcar, são "mágicas" que fascinam as crianças, e que podem ser feitas em qualquer espaço da instituição e com baixo custo. O professor deve ser mediador das ações dos processos de ensino e aprendizagem e, além disso, estar seguro e ter conhecimento daquilo que irá propor, para que as atividades não sejam apenas algo solto, mas que tenham um começo meio e fim, com objetivos determinados antes, e que sejam alcançados plenamente.

O professor deve ter a consciência de que, para programar os conteúdos que serão trabalhados com seus alunos, deve antes avaliar seus próprios conhecimentos sobre os temas curriculares: o que e como aprenderam, o que se sabe pouco, não se sabe, ou até mesmo nunca se ouviu falar. Deve-se como primeiro passo se atualizar para o planejamento de atividades com ciências (Cavalcanti, 1995).

O interesse do professor, que o leva aprender mais sobre determinado conteúdo, é elemento essencial para uma atitude positiva de ensino. Isso se deve a um interesse que implica na aprendizagem junto com as crianças, quando essas buscam respostas. Um dos traços do bom professor é ter a capacidade de admitir que não conhece tudo (Harlan e Rivkin, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo vem de maneira breve, mostrar um pouco das ciências na educação desde o infantil até o ciclo I. E voltar os olhares para essa disciplina que, da mesma forma que uma visita a um museu de ciências pode ser uma experiência lúdica e com grande potencial para se gerar aprendizagens, um espaço qualquer de uma instituição de ensino que seja oferecido às crianças para suas explorações e descobertas pode ser muito interessante e rico de conhecimentos.

No entanto, o professor precisa ter conhecimento e sentir-se seguro em relação ao que irá trabalhar. Mas o que vemos muitas das vezes é a indução a supervalorizar o conteúdo conceitual, deixando de lado práticas e atividades concretas. Além de terem obtido em sua formação circunstâncias que quase nada favorecem a construção do ensino de ciências.

Um exemplo é, ao se trabalhar na educação infantil a metamorfose da borboleta, ficar o professor apegado em nomes e teorias. Seria muito mais proveitoso e significativo apresentar às crianças os ovos, as lagartas, o casulo e depois a borboleta. Porque não fazer em sala de aula, onde as crianças poderão observar todo dia as mudanças ocorrendo?

Para um ensino de ciências eficaz, é necessária uma prática pedagógica que considere o modo de agir e de pensar das crianças, compreenda o pensamento e as suas ações em uma perspectiva construtivista, ou seja, o entendimento que elas constroem seu conhecimento por meio de um processo dinâmico de experimentação e criação de um ambiente de cooperação e desafios.

A avaliação internacional realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que mostra o desempenho de alunos de vários países, fez com que uma atenção maior se voltasse para a necessidade de aperfeiçoar o olhar cientifico – investigativo nos alunos brasileiros.

No último exame do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa - *Programme for International Student Assessment*) realizado em 2015, os alunos brasileiros que participaram tiveram um desempenho pífio em ciências. Num ranking de 70 países, o Brasil ficou na 63ª posição (OCDE, 2016).

A partir daí constatou-se que o importante é fazer com que os alunos percebam a constante transformação que o mundo passa o tempo todo. O maior desafio é adequar a linguagem para a maior compreensão de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais/ Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CLAXTON, G. *Educando mentes curiosas*. Madri: Visor, 1991.

POZO, J.I. *Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem*. Porto Alegre: Artimed, 2002b.

POZO, J. I; GÓMEZ CRESPO, M.A. *A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico*. Porto Alegre: Artimed, 2009.

CAVALCANTI, Z. *Trabalhando com historia e ciências na pré-escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FRACALANZA, H. AMARAL, I.A. do; GOUVEIA, M. S. F. *O ensino de ciências no 1º grau.* 13.ed. São Paulo: Atual, 1986.

HARLAN, J.D.; RIKVIN, M.S. *Ciências na educação infantil: uma abordagem integrada.* 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

REHDER, M. *Natureza em ação.* Revista Nova Escola. Ano XXV, n. 231, p.69. Abril. 2010.

BIZZO, Nélio Marcos V. Metodologia e prática de ensino de ciências: A aproximação do estudante de magistério das aulas de ciências no 1º grau. Disponível em: http://www.ufpa.br/eduquim/praticadeensino.htm. Acesso em: 30 jun 2019, ás 11:32.

LANES, Dário Vinicius Ceccon. Ensino de ciências por meio da recreação na educação Infantil. Disponível em: http://w3.ufsm.br/ppgecqv/Docs/Dissertacoes/DarioLanes.pdf Acesso em: 2 out 2019 ,ás 11:47.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Resumo de resultados nacionais do PISA 2015; 2016. Disponível em: https://www.oecd.org/pisa/PISA-2015-Brazil-PRT.pdf, Acesso em 30 set de 2019.